

# **Genealogia da influência neoliberal e ordoliberal no discurso da Comissão Europeia 2010 - 2014**

**Miguel Antunes Gomes do Sacramento Monteiro**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações  
Internacionais, especialização em Relações Internacionais**

**Março, 2019**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Catherine Moury e coorientação científica da Professora Doutora Ana Santos Pinto.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer à minha família, especialmente a José Manuel Sacramento Monteiro e a Friederike Haiser, mas também às minhas orientadoras Ana Santos Pinto e Catherine Moury.

# **GENEALOGIA DA INFLUÊNCIA NEOLIBERAL E ORDOLIBERAL NO DISCURSO DA COMISSÃO EUROPEIA 2010 – 2014**

**MIGUEL ANTUNES GOMES DO SACRAMENTO MONTEIRO**

## **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** Genealogia; Neoliberalismo; Ordoliberalismo; Comissão Europeia; Análise de discurso; Crise do euro.

Após a crise financeira de 2008, as instituições financeiras entraram em falência causando a crise das dívidas soberanas na zona euro. Desde o início da crise das dívidas soberanas, que afectou principalmente os países do sul da Europa, foi proposta a execução de um programa de austeridade como forma de solução da crise.

O discurso dominante da Comissão Europeia de 2010 a 2014 baseou a sua abordagem na ideia de que os países afetados “estavam a viver acima das suas possibilidades”, argumento que justificou a adoção de medidas como a flexibilização laboral, liberalização dos serviços, privatizações, redução de pensões e salários.

A solução apresentada pela CE foi apelidada por vários autores de neoliberal ou ordoliberal. Todo este discurso tornou-se cada vez mais questionado desde o início da crise, por economistas que alertavam para os maus resultados do processo de liberalização e das políticas aplicadas durante a crise do euro.

Partindo deste contexto, a dissertação traça uma genealogia crítica do discurso neoliberal a nível internacional e ordoliberal a nível regional para compreender o discurso da CE 2010 - 2014. Pretende-se identificar os principais agentes, contextos e conceitos que estruturaram o discurso neoliberal e ordoliberal. A investigação parte de uma abordagem genealógica baseada na análise crítica de discurso foucaultiana, para entender como o discurso se tornou dominante ao longo da história recente. Nesse processo, analisa-se as comunidades epistémicas que formaram o discurso neoliberal e a sua institucionalização internacional bem como do ordoliberalismo a nível europeu, de forma a compreender a influência sistémica que esses dois discursos tiveram nas principais propostas da CE 2010-2014.

No final desta investigação, concluir-se-á que existe uma influência da ideologia neoliberal a nível internacional e do ordoliberalismo europeu no discurso da CE 2010 - 2014.

# **GENEALOGY OF NEOLIBERAL AND ORDOLIBERAL INFLUENCES IN THE EUROPEAN COMMISSION DISCOURSE 2010 – 2014**

**MIGUEL ANTUNES GOMES DO SACRAMENTO MONTEIRO**

## **ABSTRACT**

**KEYWORDS:** Genealogy; Neoliberalism; Ordoliberalism; European Commission; Discourse analysis; Euro crisis.

After the financial crisis of 2008, financial institutions "too big to fail" went bankrupt causing the eurozone crisis. Since the beginning of the sovereign debt crisis, which mainly affected the countries of southern Europe, the application of "structural adjustment programs" has been proposed as a solution.

The European Commission's dominant discourse from 2010 to 2014 based its approach on the idea that the affected countries "were living beyond their means", an argument that justified the adoption of measures such as labor flexibility, liberalization of services, privatization, reduction pensions and salaries.

The solution presented by the EC was dubbed by various neoliberal or ordoliberal authors. This whole speech has been increasingly questioned since the beginning of the crisis by economists who warned of the poor results of the liberalization process and the policies implemented during the euro.

Based on this context, the dissertation traces a critical genealogy of neoliberal discourse at the international level and ordoliberal level at a regional level to understand the dominant discourse of the EC 2010-2014. It intends to identify the main agents, contexts and concepts that structured neoliberal and ordoliberal discourse. The research starts from a genealogical approach based on the critical analysis of foucauldian discourse, to understand how discourse has become dominant throughout recent history. In this process, we analyze the epistemic communities that formed the neoliberal discourse and its international institutionalization as well as the ordoliberalism at European level, in order to understand the systemic influence that these two discourses had on the main EC proposals 2010-2014.

At the end of this investigation, it will be concluded that there is an influence of international neoliberal discourse and regional European ordoliberalism in the discourse of EC 2010-2014.

## ÍNDICE

Introdução.....	1
<b>Capítulo I – Plano de investigação e metodologia de análise.....</b>	<b>3</b>
1.1 Identificação do tema e objectivos.....	3
1.2 Operacionalização e Metodologia.....	4
1.3 Estrutura da dissertação.....	8
<b>Capítulo II – Enquadramento teórico.....</b>	<b>9</b>
2.1 Definição de neoliberalismo.....	9
2.2 Definição de ordoliberalismo.....	12
<b>Capítulo III - Genealogia do neoliberalismo e ordoliberalismo.....</b>	<b>14</b>
3.1 O nascimento do neoliberalismo.....	14
3.2 Thatcher.....	20
3.3 Reagan.....	22
3.4 Ordoliberalismo alemão .....	24
<b>Capítulo IV – Institucionalização internacional do neoliberalismo.....</b>	<b>28</b>
4.1 Conjuntura do “Consenso de Washington”.....	28
4.2 FMI.....	30
4.3 BM.....	39
4.4 GATT e OMC.....	43
4.5 Crítica ao “Consenso de Washington”.....	47

<b>Capítulo V - Discurso ordoliberal no quadro regional UE.....</b>	<b>51</b>
5.1 Origens liberais do projeto europeu.....	51
5.2 Tratado de Maastricht.....	54
5.3 Pacto de Estabilidade e Crescimento e Pacto Orçamental.....	55
5.4 Contexto político da Troika.....	59
 <b>Capítulo VI - Discurso da CE 2010 - 2014.....</b>	<b>62</b>
6.1 Perfil do Presidente da CE.....	62
6.2 Discursos do Estado da União de 2010 a 2014.....	64
6.2.1 Estado da União 2010.....	64
6.2.2 Estado da União 2011.....	68
6.2.3 Estado da União 2012.....	71
6.2.4 Estado da União 2013.....	74
6.3 Perfil do Comissário dos Assuntos Económicos e Monetários.....	78
6.4 O discurso do Comissário dos Assuntos Económicos e Monetários.....	79
6.5 Sumário dos discursos.....	83
 Conclusão.....	85
Bibliografia .....	88
Anexos .....	108
Anexo A: Evolução do PIB.....	108
Anexo B: Correlação entre austeridade e dívida pública.....	109
Anexo C: Dívida pública grega.....	110
Anexo D: Dívida pública portuguesa.....	111
Anexo E: Emigração portuguesa .....	112
Anexo F: State of the Union 2010.....	113

Anexo G: State of the Union 2011 .....	120
Anexo H: State of the Union 2012.....	136
Anexo I: State of the Union 2013.....	139



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**ACT** – Agreement of Clothes and Textiles

**AEI** – American Enterprise Institute

**ALDE** – Alliance of Liberals and Democrats of Europe

**ASEAN** – Association of South East Asian Nations

**AUROP** – Associação Universitária de Estudos Europeus

**BCE** – Banco Central Europeu

**BP** – British Petroleum

**BM** – Banco Mundial

**CDU** - Christlich-Demokratische Union

**CE** – Comissão Europeia

**CECA** – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

**CESEC** – Centro de Estudios Socioeconómicos

**CIA** – Central Intelligence Agency

**CIERL** - Comité international d'étude pour le renouveau du libéralisme

**CPS** – Centre for Policy Studies

**CSU** – Christlich-Soziale Union

**EUA** – Estados Unidos da América

**FDP** - Freie Demokratische Partei

**FEE** – Fundation for Economic Education

**FEEF** – Fundo Europeu de Estabilidade Financeira

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**IBRD** – International Bank for Reconstruction and Development

**GATT** – General Agreement on Tarrifs and Trade

**GUE/NGL** - Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia

**IEA** – Institute of Economic Affairs

**ISI** – Intercollegiate Studies Institute

**IVA** – Imposto sobre o valor acrescentado

**LSE** – London School of Economics

**MEE** – Mecanismo de Estabilidade Europeu

**MPS** – Mont Pèlerin Society

**MRPP** – Movimento Reorganizativo dos Trabalhadores Portugueses

**NAFTA** – North American Free Trade Agreement

**ODEPLAN** – Oficina de Planificación Nacional

**OMC** – Organização Mundial do Comércio

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PPE** – Partido Popular Europeu

**PSD** – Partido Social Democrata

**PSE** – Partido Socialista Europeu

**SAL** – Structural Adjustment Loans

**S&D** – Socialists and Democrats

**SOFOFA** – Sociedade de Fomento Fabril

**SPD** – Sozialdemokratische Partei Deutschland

**TECG** – Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação

**UE** – União Europeia

**UK** – United Kingdom

## INTRODUÇÃO

A queda do banco de investimento Lehman Brother nos Estados Unidos, em 2008, indicou o prenúncio de uma crise que marcaria o fim de um ciclo económico e político. Um dos grandes símbolos do sistema financeiro global tinha ruído, e com ele todo o sistema financeiro. Os bancos “too big to fail” foram resgatados não só nos EUA, mas também nos diversos Estados-membros, numa das maiores crises financeiras da história.

A crise financeira internacional veio a evidenciar as fragilidades económicas de alguns dos países mais vulneráveis da zona euro. A esta crise financeira de 2008, seguiu a crise das dívidas soberanas que afetou principalmente os PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha). Estas economias tiveram de executar “reformas estruturais” que se traduziram na privatização de serviços públicos, flexibilização laboral, e redução e congelamento de pensões e salários do sector público. Alguns destes países recorreram a “*pacotes de ajuda financeira*” da Troika (i.e CE, BCE e FMI), como Portugal, Irlanda ou Grécia, que tiveram de executar “reformas estruturais” sob escrutínio destas instituições.

O debate sobre o neoliberalismo e ordoliberalismo, ganhou assim um maior relevo na política europeia durante o período de austeridade, marcado pela execução do programa de “reformas estruturais” defendidas pela CE. Estes “*programas de ajustamento*” tiveram como consequências sociais o aumento do desemprego e pobreza, intensificando assim o debate sobre as soluções administradas a estes mesmos países. Foi neste panorama, que se tornou central o debate político sobre os princípios orientadores destas mesmas soluções defendidas no âmbito da UE. O debate público sobre as ideias que orientavam o pensamento económico dominante tornou-se especialmente importante durante o programa de austeridade aplicado a Portugal e outros países sob o mandato do Presidente da CE, José Manuel Durão Barroso, no período 2010 – 2014. A discussão pública ficou marcada por clivagens políticas entre os defensores dos “*programas de ajustamento*”, e os que questionavam os pressupostos dos mesmos. Os principais partidos políticos europeus, como o PPE e ALDE, defenderam o cumprimento integral dessas reformas estruturais, o S&D defendeu interpretações

flexíveis conciliadas com maior investimento, os Verdes europeus criticaram as medidas de austeridade propondo como alternativa um “Green New Deal”, e a esquerda GUE/NGL, a desobediência ao Pacto Orçamental (TECG).

Neste contexto, autores como Joseph Stiglitz e Paul Krugman, que já vinham criticando os princípios em que se baseavam os programas estruturais desde os anos 90, insurgiram-se contra a solução advogada pela Troika em 2010. Foi nesta conjuntura, que surgiram também obras de análise do neoliberalismo e ordoliberalismo, como “Capital XXI” (Piketty 2013), “The Road to Mont Pèlerin” (Morowski et al, 2009), “The euro: How a common currency threatens the future of Europe” (Stiglitz 2016) ou “The Long Shadow of ordoliberalism” (Dullien e Guérot 2012), no âmbito das quais, alguns autores caracterizaram as medidas defendidas pela CE, e consagradas nos Tratados, como neoliberais (Stiglitz 2016), e outros, como ordoliberais (Wren-Lewis 2015).

É neste sentido, que surge a importância de identificar a genealogia das influências neoliberais e ordoliberais, de modo a compreender melhor o discurso da Comissão Europeia 2010-2014, bem como a conjuntura que marcou a crise das dívidas soberanas durante este período. A presente dissertação tem como objectivo responder às questões suscitadas no âmbito do mandato da CE 2010-2014 durante a crise da zona euro.

## **Capítulo I - Plano de Investigação e metodologia de análise**

### *1.1 Identificação do tema e objectivos*

O tema analisado nesta dissertação enquadra-se no âmbito disciplinar de Ciência Política e Relações Internacionais, principalmente inspirado na teoria crítica das Relações Internacionais, que destaca a primazia dos fatores discursivos e qualitativos na análise dos fenómenos políticos.

Como principal objetivo, procura-se compreender como os discursos neoliberal e ordoliberal se tornaram dominantes ao ponto de influenciar a CE entre 2010-2014. Para responder a essa pergunta, analisaram-se os contextos, agentes e conceitos estruturantes do discurso neoliberal a nível internacional e ordoliberal a nível regional. Nesse sentido, tenta-se compreender a forma como o discurso se naturalizou<sup>1</sup>, e as suas influências a nível internacional e regional.

A pertinência da análise dos discursos da CE 2010-2014, neste período cronológico, encontra-se no facto de este ter sido o período de execução das reformas estruturais aplicadas pela Troika (CE, BCE e FMI) no contexto da crise das dívidas soberanas. A análise tem como objectivo o discurso da CE 2010 – 2014, porque esta instituição desempenhou um papel essencial em todo o processo de execução e justificação dos “programas estruturais” na zona euro.

De forma a compreender o discurso da CE 2010-2014 marcado pelo contexto de crise financeira, coloca-se a pergunta orientadora: Como se tornaram dominantes as influências neoliberal e ordoliberal que influenciaram o discurso da CE entre 2010 e 2014?

Desta pergunta fundamental, derivam as seguintes perguntas secundárias:

- Quais são as definições de neoliberalismo e ordoliberalismo?
- Qual é a relação entre estas duas tendências?
- Quais foram os principais contextos e agentes que estruturaram o discurso

---

<sup>1</sup> Termo usado no âmbito da análise discursiva para descrever o processo pelo qual um discurso se torna consensual

neoliberal e ordoliberal?

- De que forma estão patentes estas ideologias no discurso da CE 2010 – 2014?

- Como se pode caracterizar ideologicamente o discurso da CE 2010-2014?

## *1.2 Operacionalização e Metodologia*

De forma a responder às principais perguntas, analisam-se as fontes primárias e secundárias escritas na realização deste trabalho. Utilizam-se livros, tratados, acordos, discursos, relatórios para compreender a formação do discurso neoliberal e ordoliberal dominante nas instituições internacionais e europeias. A investigação tem como metodologia a análise crítica de discurso (Foucault 1977/1984; Fairclough 1992; Wodak 2003), que incide principalmente sobre os relatórios anuais das principais organizações internacionais FMI, BM e OMC, bem como os discursos do Estado da União e do Comissário para os Assuntos Monetários e Económicos no período compreendido de 2010 a 2014. A dissertação tem como principal inspiração o campo teórico da teoria crítica, e não assume a posição do primado positivista<sup>2</sup>, compreendendo que existe sempre uma normatividade implícita na teoria, ao mesmo tempo que questiona como se formou o “status quo” ou o discurso dominante (Cox 1981; Linklater 1986; Marcuse 1968/2006; Habermas). Para cumprir o objetivo proposto, analisa-se a relação entre capacidades materiais (ex: económicas), ideias e instituições para a compreensão do fenómeno político<sup>3</sup> (Cox 1981; Fairclough 1992). As capacidades materiais definem-se pelo poder militar e económico (coercivo), as ideias são compreendidas enquanto significados e discursos criados de forma intersubjetiva (simbólico), e as instituições enquanto cristalizações de determinadas relações de força que estabilizam um conjunto de regras (Cox 1981). A partir da interação destes três fatores constitui-se a estrutura histórica que condiciona a realidade política (Cox 1981; Gill 1993; Fairclough 1992).

---

<sup>2</sup> Corrente de pensamento baseada na obra do francês Auguste Comte que advoga que só a partir da utilização de métodos quantitativos e empíricos se pode produzir conhecimento válido.

<sup>3</sup> Esta posição é inspirada no materialismo histórico da obra de Marx e Engels, que faz derivar a superestrutura (ideologia, instituições, cultura ect) da estrutura económica (meios de produção e relações de produção).

Entende-se por “*discurso*”, a forma de organização do conhecimento que estrutura o significado das práticas sociais (Foucault 1969-72; Gill 1995; Wodak 2003). O discurso define-se por ser um corpo de enunciados intersubjetivos sistemáticos que representam, significam, limitam, fixam e possibilitam a interpretação de um determinado fenómeno (Foucault 1969-72; Gill 1995; Wodak 2003). Os discursos são constituídos a partir de uma determinada relação de forças histórica que atua na sua composição, baseada na relação entre poder e saber, patente no complexo de instituições investidas de autoridade que produzem conhecimento pelo qual as práticas sociais são orientadas<sup>4</sup> (Foucault 1969-72; Wodak 2003).

Uma das problemáticas que vai estar sempre subjacente de forma implícita, será a também a relação entre *poder, linguagem e história*, tal como é proposta na análise crítica de discurso foucaultiana, ou seja, entre a relação entre o desenvolvimento histórico das estruturas sociais, instituições e o discurso, e a forma como ambos os elementos são constitutivos uns dos outros (Wodak 2003; Fairclough 1992; Foucault 1969-72; Gramsci 1971/1992). Este trabalho tem também como referência teórica de fundo a “*hegemonia cultural*”<sup>5</sup> gramsciana, entendida como a forma com que uma determinada relação de domínio social se consensualiza na sociedade (Gramsci 1971/1992). Esta mesma conceção revela a importância do discurso enquanto veículo primordial pelo qual o poder justifica e *naturaliza* determinadas relações de sociais (Fairclough 1992; Foucault 1969-72; Gramsci 1971/1992).

É neste sentido, que também não podemos esquecer a *história* e a forma como o *poder* e a *linguagem* se desenvolvem no decurso do tempo (Wodak 2003). A linguagem é entendida como o meio pelo qual o entendimento ocorre, e como meio primordial que possibilita a articulação de uma identidade ou horizonte de sentido (Gadamer 1960/2004). O discurso, revela-se historicamente limitado pelo facto da linguagem não poder transcender o contexto histórico, como afirma o filósofo:

*“Our historical consciousness is always filled with a variety of voices in which*

---

<sup>4</sup> Ver “Vigiar e Punir”, “História da Sexualidade” e “História da Loucura”.

<sup>5</sup> Ver ensaio de Gramsci “Os Intelectuais” nos Cadernos da Prisão sobre a função dos intelectuais (artistas, jornalistas, professores, especialistas) na formação do consenso.

*the echo of the past is heard” (Gadamer 1960/2004: 285)*

Portanto, rejeita-se uma concepção de razão ou discurso universal que transcenda o condicionamento da história, sendo que todo o discurso é limitado pela sua contingência. A investigação parte do pressuposto, que a história limita e possibilita toda a interpretação (Gadamer 1960/2004), partilhando da ideia de que no processo interpretativo nunca se parte de uma “*tabula rasa*”<sup>6</sup>, mas sempre de algo que é dado a priori (Gadamer 1960/2004).

*“(...) in any society there are manifold relations of power which permeate, characterise and constitute the social body, and these relations of power cannot themselves be established, consolidated nor implemented without the production, accumulation, circulation and functioning of a discourse. There can be no possible exercise of power without a certain economy of discourses of truth which operates through and on the basis of this association.” (Foucault, 1980<sup>a</sup>: 93)*

Tendo por base este entendimento ontológico e epistemológico, esta investigação inspira-se portanto na análise crítica do discurso foucaultiano baseada no método genealógico, de forma a perceber o instrumento metodológico utilizado na compreensão da passagem dos discursos neoliberal e ordoliberal desde a sua origem até se tornarem hegemónicos tanto no panorama internacional como europeu.

A origem do método genealógico remonta ao século XIX, de uma forma bastante definida em “Genealogia da Moral” do alemão Friedrich Nietzsche (1887/2007). O filósofo procura a génese da moralidade contemporânea judaico-cristã como forma de entender o processo pela qual esta se tornou dominante na tradição ocidental (Nietzsche 1887/2007). Foucault (1977/1984) constituiu o “método genealógico” no âmbito das ciências sociais a partir destas influências filosóficas. O autor francês utiliza este método no livro “Vigiar e Punir”, depois de abandonar a utilização do “método arqueológico” nas obras “História da Loucura” e “Uma história da Sexualidade”. Foucault (1977/1984) declara no ensaio “Nietzsche, Genealogy, History” que o método genealógico procede de forma

---

<sup>6</sup> Conceito filosófico em latim que aparece em John Locke (1690) “Ensaio sobre o Entendimento Humano” que significa literalmente “tábua raspada”, podendo ser traduzido como “folha em branco”, metáfora para qualificar algo que está por ser preenchido.



meticulosa, sobre documentos que foram recopiados muitas vezes. O método deve procurar analisar os detalhes e as partes discursivas que parecem mais consensuais, porque é nesta aparente normalidade que se escondem os conceitos que estruturam o discurso dominante. É a partir da repetição do discurso que este se normaliza socialmente (Foucault 1977/1984). A genealogia é descrita como procedendo a partir da análise das partes discursivas mais monótonas, ou que aparentam ser universais, desinteressadas ou objetivas. É sob estas aparências de neutralidade que se esconde o discurso dominante (Foucault 1977/1984).

O método genealógico, ao contrário do que possa indicar, não é apenas uma forma de recuperar uma suposta “origem pura” ou identidade original do conceito (Foucault 1977/1984). O objetivo deste método, está na constatação da “historicidade” das narrativas que se apresentam neutrais e objetivas, ao mesmo tempo que se revelam as relações de poder que tornam os discursos dominantes (Foucault 1977/1984). Com este método, os universais abstratos platônicos, são temporalizados e revelados como ideias mortais. Os discursos são concebidos como finitos e radicados num determinado contexto histórico de relações de poder. Esta desconstrução faz-se a partir da análise do discurso e da sua evolução e descontinuidades (Derrida 1976/2013). O processo de desnaturalização do discurso evidencia a sua construção social baseada na relação entre saber e poder. Só tendo consciência da mutabilidade do discurso dominante, se pode emancipar os indivíduos desse mesmo paradigma que se apresenta como único (Foucault 1977/1984). Nesta abordagem crítica, os discursos são resultado das relações fácticas de poder, tendo como função principal justificar ou legitimar o poder dominante (Gramsci 1971/1992). Quando o discurso dominante se torna pouco consensual, perde-se a base de legitimidade social que garante o apoio popular à elite dirigente (Gramsci 1971/1992). Neste sentido, tanto para Foucault como para Gramsci, o grande campo de batalha política encontra-se na luta pela consensualização de certo tipo de corpo de ideias na sociedade.

É partindo da influência teórica de Foucault, que se vai analisar as influências neoliberais e ordoliberais no discurso da CE.

### 1.3 Estrutura da dissertação

A presente dissertação está organizada em seis capítulos:

No Capítulo II, identificar-se-á as várias definições de neoliberalismo e ordoliberalismo, bem como se explorará a polémica relação entre estas duas tendências de pensamento económico.

No Capítulo III, abordar-se-á a genealogia do neoliberalismo e ordoliberalismo, procedendo a uma análise da história do discurso neoliberal no âmbito internacional e ordoliberal no contexto europeu, traçando o desenvolvimento destes dois discursos até à contemporaneidade de uma forma sintética, tendo como eventos paradigmáticos a criação da MPS, Thatcher, Reagan e ordoliberalismo alemão. No Capítulo IV analisar-se-á a institucionalização do “*Consenso de Washington*” a nível internacional pelas principais instituições como o FMI, BM e OMC. Analisar-se-á a conjuntura internacional, e o desenvolvimento do discurso do FMI, BM e GATT/OMC. Por último abordar-se-á a crítica ao “*Consenso de Washington*” por economistas de referência.

No Capítulo V, investigar-se-á o discurso ordoliberal no quadro regional da UE, com a análise das origens liberais do projeto europeu, footprint do ordoliberalismo no Tratado de Maastricht, Pacto de Estabilidade e Crescimento e Pacto Orçamental (TECG). Por último, abordar-se-á o contexto da crise de 2008 que antecedeu ao mandato da CE 2010-2014. No VI Capítulo, traçar-se-á o perfil do Presidente da Comissão, bem como identificar-se-á as principais ideias do discurso do Estado da União de 2010 a 2014. Por último, elaborar-se-á um perfil do Comissário dos Assuntos Económicos e Monetários e analisar-se-á os seus discursos antes, durante e depois do mandato de forma a perceber a orientação política da CE.

No final do trabalho concluir-se-á com uma reflexão sobre as influências do discurso da Comissão Europeia 2010-2014 enquadrado num contexto histórico e internacional mais amplo.

## Capítulo II – Enquadramento teórico

*“(...) so neoliberalism is first and foremost a theory of how to reengineer the state in order to guarantee the success of the market and its most important participants, modern corporations.” (Morowski et al, 2015: 161)*

### 2.1 Definição de neoliberalismo

O neoliberalismo abordado neste trabalho não pode ser confundido com o significado da teoria das relações internacionais, que advoga a compreensão da política internacional tendo especialmente em conta as instituições e organizações internacionais, bem como os mecanismos de cooperação (Doyle 1986; Keohane 2012).

Nesta dissertação analisa-se o neoliberalismo político-económico. Este conceito, como tantos outros na teoria política, detém uma pluralidade de definições (Clarke 2008). A diversidade de significados foi potenciada na última década, pela popularização do termo no debate público. É neste sentido que se pode caracterizar o neoliberalismo como um conceito polissémico, que qualifica objetos tão distintos como Estados, espaços, técnicas, tecnologias, discursos, enquadramentos discursivos, formas de pensar, projetos, agendas, ou como processos de reestruturação, reformas, privatização ou lógicas de mercado<sup>7</sup>(Clarke 2008: 138). A vasta panóplia de significados, revela a abrangência das definições e a complexidade do conceito. Apesar da polissemia, o neoliberalismo aparece sempre associado a programas político-económicos que advogam a “privatização”, “liberalização”, “flexibilização”, “financeirização”, “empreendedorismo” ou “reformas estruturais”.

No entanto, o “neoliberalismo” não pode ser definido unicamente a partir da identificação dos processos políticos e económicos a que está associado. Para se entender a matriz deste conceito, terá de se definir o “liberalismo” de que este é herdeiro. Enquanto corpo de ideias e princípios, o liberalismo, tem uma vasta pluralidade de tendências. O neoliberalismo deriva as suas maiores referências de

---

<sup>7</sup> “states, spaces, techniques, technologies, discourses, discursive framework, ideologies, ways of thinking, projects, agendas, (...) restructuring, reform, privatization, regulatory framework, (...) market logics, market forms of calculation (...)” (Clarke, 2008: 138)

uma específica tendência do liberalismo, descrito como *laissez-faire* ou liberalismo clássico<sup>8</sup> (Doyle 1986). Este liberalismo clássico não pode ser confundido com o liberalismo político, que sintetiza os princípios do Estado de Direito democrático. O liberalismo político pode ser conjugado com diferentes programas político-económicos que vão desde a social-democracia, liberalismo social, liberalismo clássico, conservadorismo ou libertarianismo (Keohane 2012). O liberalismo político tem como princípios fundamentais, a separação de poderes, a tolerância religiosa, o Estado de Direito, democracia representativa, a preservação da propriedade privada bem como das liberdades civis, sendo passível de ser conjugado com um Estado mais ou menos interventivo no mercado (Keohane 2012). O “neo” indica uma renovação do património do liberalismo clássico (Morowski et al, 2015). Esta corrente de pensamento liberal, apresenta-se como herdeira do liberalismo *laissez-faire*, que se exprime na defesa intransigente da propriedade privada, comércio-livre e mercado-livre (Hayek 1960). Autores como Adam Smith, David Hume, Bernanrd Medeville, John Locke, Alexis des Tocqueville, são alguns dos nomes que compõem o pensamento político do liberalismo clássico (Hayek 1960). Este liberalismo, nascido da tradição Whig<sup>9</sup>, partia da tese de que o egoísmo racional dos agentes económicos num mercado livre criava a riqueza das nações (Hayek 1960; Smith 1776/1950; Mandeville 1714/1924). Para estes autores, a intervenção do Estado na economia era o grande inimigo do sucesso económico, pois o mercado de forma descentralizada através da “mão invisível”<sup>10</sup> acabava por alocar melhor os recursos do que o planeamento económico (Smith 1776/1950). Partindo desta tradição de pensamento, o neoliberalismo recupera as ideias do liberalismo clássico, adaptando-as ao desenvolvimento das ciências económicas e à realidade do pós-guerra (Morowski et al, 2015; Harvey 2007).

Este termo surge nos princípios do século XX, tendo como principais figuras Hayek e Friedman, que popularizaram as abordagens neoclássicas e “free-marketeers” no pós-guerra em oposição ao consenso keynesiano (Morowski et al,

---

<sup>8</sup> Termo francês para “deixar fazer” que exprime a atitude liberal ou libertária económica.

<sup>9</sup> Tradição liberal protestante britânica crítica do absolutismo monárquico conhecida pelo seu papel central na Revolução Gloriosa de 1688 e na promoção do constitucionalismo liberal.

<sup>10</sup> Termo usado por Adam Smith em “A riqueza das nações” (1776) para se referir à alocação eficiente e descentralizada de recursos por meio da lei da oferta e procura.

2015; Harvey 2007). Estas tendências políticas caracterizam-se por defenderem sociedades assentes na ideia de que a lógica de mercado deve ser o princípio organizador da economia (Foucault 1988/2008, Morowski et al, 2015) A utilização corrente deste termo no século XX e início de XIX no debate público, levou a diferentes usos e significados, constituindo uma vasta pluralidade de definições do conceito (Holborow 2015).

Numa perspetiva económica pode ser definido como uma doutrina macroeconómica (Ferguson 2010: 170), constituída pela aliança entre a economia neoclássica<sup>11</sup> que garante a legitimidade intelectual, e a tradição austríaca-libertária<sup>12</sup> que fornece a retórica política (Chang 2000: 5). Para estes economistas, o neoliberalismo é caracterizado como o conjunto de doutrinas económicas que se baseiam na defesa do mercado-livre caracterizadas como “supply-side economics”<sup>13</sup>, que se traduzem na desregulação económico-financeira, na apologia do comércio-livre, na privatização do sector público e na promoção de uma disciplina orçamental centrada no controlo da despesa pública, e uma política monetária centrada no controlo da inflação (Chang 2010; Stiglitz 2008, Krugman 2008).

No entanto a definição de neoliberalismo, acaba por oscilar entre interpretações mais estritas do termo que o definem essencialmente pelas tendências políticas que defendem a auto-regulação do mercado e a menor intervenção do Estado na economia (Wern-Lewis 2015), daqueles que o definem de uma forma mais abrangente como políticas anti-keinesianas baseadas na austeridade e privatização de serviços públicos (Chang 2010; Stiglitz 2008, Krugman 2008).

---

<sup>11</sup> Conjunto de teorias ortodoxas que partilham do pressuposto que o agente económico é racional, egoísta e atua sempre de forma a maximizar as suas preferências de acordo com os princípios do mercado e da lei da oferta e da procura.

<sup>12</sup> Conjunto de teorias económicas heterodoxas baseadas no individualismo metodológico e político conhecidas por defenderem o Estado mínimo, da qual fazem parte Hayek, Mises e Rothbard.

<sup>13</sup> Termo usado para descrever as políticas económicas que promovem o crescimento económico a partir da desregulação e diminuição de impostos como forma de atração de investimento privado.

## *2.2 Definição de ordoliberalismo*

O ordoliberalismo teve origem na Escola de Freiburg (Alemanha) nos inícios de 1930, a partir dos trabalhos de Walter Eucken (economista) e Franz Böhm (jurista), que advogavam a necessidade de regras e instituições fortes de forma a criar um mercado-livre verdadeiramente competitivo (Vanberg 2017). A teoria defendia a criação de uma ordem legal-institucional que estabelecesse um mercado-livre competitivo (Vanberg 2017). O ordoliberalismo de Walter Eucken, não concebia o mercado-livre como evento natural de geração espontânea, mas como uma criação jurídica e institucional que devia funcionar de forma a garantir o funcionamento do mercado (Vanberg 2017). Desta forma, pretendia-se ultrapassar as falhas que o liberalismo clássico apresentou durante a grande crise dos anos 30, a partir do estabelecimento de regras anti-monopolistas e serviços públicos básicos para colmatar as falhas do mercado (Vanberg 2017). Na concepção ordoliberal, o papel do Estado consistia em ser o guardião da competitividade contra os interesses privados rentistas e monopolistas (Vanberg 2017). Por todas estas características, o ordoliberalismo alemão foi apresentado como uma alternativa ao liberalismo laissez-faire e ao planeamento económico (Vanberg 2017). Os pensadores ordoliberais defendiam uma intervenção na economia com o objectivo de estabelecer uma política social mínima para os perdedores do mercado, ao contrário de Hayek e Friedman que confiavam na auto-regulação do mercado (Wörsdörfer 2011). Neste sentido, o ordoliberalismo prevê a inclusão de políticas de redistribuição como impostos progressivos ou rendimento mínimo social para resolver os problemas sociais. Estas características redistributivas ordoliberais distintivas, não se encontram presentes na doutrina de Hayek ou na escola de Chicago (Wörsdörfer 2013).

No entanto, esta teoria económica advogava como principal objectivo o controlo da inflação e uma disciplina económica do Estado segundo os princípios da lógica de mercado, que se contrapunha ao keynesianismo do pleno emprego e ao dirigismo francês (Dullien e Guérot 2012).

Esta teoria económica institucionalizou-se sob o nome de “economia social de mercado” na Alemanha do pós-guerra, durante os Governos de Konrad Adenauer e Ludwig Erhard. Os resultados desta política tiveram o seu reflexo no “milagre económico alemão” durante o período 1948 – 1966 (Dullien e Guérot 2012). O

consenso sobre o sucesso da doutrina ordoliberal entre a elite alemã e os principais partidos, acabou por se repercutir nos Tratados que definiram as regras da zona euro (Dullien e Guérot 2012).

No entanto, para alguns autores, o ordoliberalismo não é mais do que uma expressão alemã do neoliberalismo (Schmitt 2018; Morowski et al, 2015; Foucault 1978-79/2008; Harvey 2007), mas para outros, estas teorias são distintas (Wren-Lewis 2015). Os autores que defendem a categorização do ordoliberalismo como forma de neoliberalismo, advogam que esta teoria se enquadra na definição de neoliberal por ter a lógica de mercado como princípio primordial ao qual o Estado se deve conformar (Schmitt 2018; Morowski et al, 2015; Foucault 1978-79/2008; Harvey 2007). Nesta perspectiva, o neoliberalismo não se caracteriza pelo Estado mínimo ou ausência de intervenção, mas por um Estado que intervém de forma a adequar a sociedade à lógica de mercado (Foucault 1978-79/2008). Por outro lado, os defensores do ordoliberalismo como teoria alternativa ao neoliberalismo, argumentam com o facto de esta teoria não partilhar o ideal neoliberal de mínima intervenção do Estado na economia, por não prescindir de instituições e regras fortes para a organização do mercado (Wren-Lewis 2015). Para estes autores, o neoliberalismo caracteriza-se por ser um herdeiro da tradição *laissez-faire*, ao qual o ordoliberalismo pretende ser uma alternativa desde a sua criação (Wren-Lewis 2015). Segundo estes últimos autores, o neoliberalismo é entendido de uma forma estrita como *laissez-faire* (Wren-Lewis 2015), ao passo que os outros compreendem esta ideologia de uma forma mais abrangente para designar as políticas de mercado-livre caracterizadas pela promoção da austeridade, privatização e desregulação (Schmitt 2018; Morowski et al, 2015; Foucault 1978-79/2008; Harvey 2007).

Todo o debate em torno da categorização do ordoliberalismo alemão, acabou por ter repercussões na análise da crise da zona euro (Wren-Lewis 2015; Dullien e Guérot 2012; Beck e Kotz 2017). Consoante a definição de “neoliberalismo” e “ordoliberalismo”, assim se pode classificar a política seguida pela CE. Com a preponderância alemã na UE, e a vitória do ordoliberalismo em relação ao dirigismo francês na definição da política da zona euro, a doutrina alemã ganhou cada vez maior expressividade na política europeia (Dullien e Guérot 2012).

### Capítulo III - Genealogia do neoliberalismo e ordoliberalismo

Neste capítulo aborda-se a história do neoliberalismo e ordoliberalismo desde a sua origem no pós-guerra até ao final da Guerra-Fria, de forma a entender os principais eventos históricos que se revelaram como preponderantes na formação do discurso dominante nas principais instituições internacionais e regionais que vieram a influenciar o discurso da CE. Investiga-se o início de Mont Pèlerin, e os eventos paradigmáticos, como os governos de Thatcher, Reagan, e o ordoliberalismo alemão.<sup>14/15/16/17</sup>

#### 3.1 O nascimento do neoliberalismo

*“These intellectuals are the organs which modern society has developed for spreading knowledge and ideas, and it is their convictions and opinions which operate as the sieve through which all new conceptions must pass before they can reach the masses.” (Hayek 1945: 111)*

O termo neoliberalismo com o sentido moderno, apareceu pela primeira vez nos escritos do autor Hans Honegger nos anos 20, que usava o conceito para categorizar o pensamento económico que defendia o empreendedorismo e a competição de mercado, contra o planeamento socialista (Morowski et al, 2015).

Uma das primeiras figuras centrais para a formação do pensamento neoliberal foi Ludwig Von Mises, autor de “Liberalism” em 1927. Nesta obra, o

---

<sup>14</sup> “then secretary of the Vienna Chamber of Commerce and organizer of one of the most prominent Privat seminars, which included Friedrich Hayek and Fritz Machlup, initiated the “socialist calculation debate,” eventually positioning neoliberal economics as the most important intellectual foe of scientific and technocratic socialism. Mises’s seminar attracted many foreign scholars (such as Lionel Robbins, Frank Knight, and John van Sickle), who would become key members of the Mont Pèlerin Society after World War II.” (Morowski et al, 2015: 11)

<sup>15</sup> “The program of liberalism, therefore, if condensed into a single word, would have to read: property, that is, private ownership of the means of production (...)” (Mises 2001: 19)

<sup>16</sup> “For the liberal, the state is an absolute necessity, since the most important tasks are incumbent upon it: the protection not only of *private* property, but also of peace, for in the absence of the latter the full benefits of private property cannot be reaped.” - (Mises 2001: 39)

<sup>17</sup> “They contend that socialism as a completely comprehensive system encompassing all the means of production is unworkable and that the application of the socialist principle to a part of the means of production, though not, of course, impossible, leads to a reduction in the productivity of labor, so that, far from creating greater wealth, it must, on the contrary, have the effect of diminishing wealth.” (Mises 2001: 19)



autor defendia um conceito de liberdade radicado no princípio da propriedade privada (Morowski et al, 2015; Mises 1927/2002). Para Mises, o Estado tinha como função primordial assegurar a estabilidade e o princípio da propriedade privada (Mises 1927/2002).

*“Side by side with the word "property" in the program of liberalism one may quite appropriately place the words "freedom" and "peace." (Mises 1927/2002)*

Os colóquios Walter Lippmann, organizados em 1938 por Louis Rougier em França, foram também determinantes para organizar os pensadores liberais em torno das ideias de Mises, ao juntar figuras como Raymond Aron, Friedrich Hayek e Michael Polanyi. Nos colóquios estiveram também presentes personalidades que se tornaram influentes na política internacional, como o secretário-geral para a cooperação económica europeia (Robert Marjolin), os pais da economia social de mercado alemã ordoliberal (Wilhelm Ropke e Alexander Rustow), conselheiros do General Charles de Gaulle como Jacques Rueff, ou especialistas de Ronald Reagan como Stephan Possony (Morowski et al, 2015)

Foi a partir destes colóquios, que surgiu o “Comité international d'étude pour le renouveau du libéralisme” (CIEL). No entanto, os esforços dos neoliberais acabaram por ser interrompidos pela segunda guerra mundial, mas o legado deixado foi preponderante para a criação da MPS no pós-guerra (Morowski et al, 2015). Hayek acabou por recuperar as ideias neoliberais, numa altura especialmente marcada pelo planeamento económico (Morowski et al, 2015; Harvey 2007).

As ideias liberais de Hayek, no sentido de Mises, elaboraram uma equivalência entre o socialismo e os fascismos<sup>18</sup> ao identificar a raiz do autoritarismo no planeamento económico (Hayek 1945; Morowski et al, 2015; Foucault 1978-79/2008; Harvey 2007). O discurso de Hayek, concebia o socialismo como sinónimo de planeamento económico, identificado como a

---

<sup>18</sup> “Few recognize that the rise of fascism and Marxism was not a reaction against the socialist trends of the preceding period but a necessary outcome of those tendencies.” (Hayek 1945: 39 - 40)

ideologia que está na origem dos totalitarismos<sup>19</sup> (Hayek 1945). Estas ideias são manifestas em “The Road to Serfdom”, de 1945, quando o autor associa o planeamento económico com a ditadura, e o mercado com a liberdade (Hayek 1945)<sup>20</sup>. A associação direta entre o intervencionismo económico e ditadura, tornou a liberdade do mercado como o princípio que garante a defesa da liberdade civil e política (Hayek 1945)<sup>21</sup>. É com este pensamento político que se justifica o liberalismo económico concebido por Hayek e seus percursores (Morowski et al, 2015; Harvey 2007). Sob esta perspetiva, a propriedade privada garantia a defesa da liberdade individual que era o grande legado da tradição ocidental, por oposição ao planeamento totalitário que representava uma degeneração desse património cultural (Hayek 1945, Harvey 2007)<sup>22</sup>.

No contexto de Guerra Fria, o economista austríaco fez uso da dicotomia “capitalismo” ou “comunismo”, “mercado” ou “planeamento”, de forma a criar um falso dilema e uma simplificação dos sistemas políticos e económicos (Harvey 2007). Hayek contestou as políticas keynesianas<sup>23</sup> do pós-guerra ao associá-las com o totalitarismo (Hayek 1945; Harvey 2007). Evocava o perigo do totalitarismo na execução dos programas de investimento público iniciados por Roosevelt (Hayek 1945; Harvey 2007). A doutrina de Hayek também se distinguiu do ordoliberalismo de Eucken, por conceber um mercado espontâneo e auto-regulado, que prescindia de uma ordem legal-institucional de cariz ordoliberal para funcionar (Wörsdörfer 2013). A teoria de Hayek rejeitava também as políticas sociais que os autores ordoliberais aceitavam de forma a colmatar as falhas do mercado como regulação anti-monopolista, impostos progressivos, rendimento social mínimo e seguros sociais (Wörsdörfer 2013).

O pensador austríaco entendia que a hegemonia do socialismo nas

---

<sup>19</sup> “By the time Hitler came to power, liberalism was dead in Germany. And it was socialism that had killed it.”

<sup>20</sup> “In order to achieve their ends, the planners must create power – power over men wielded by other men – of a magnitude never before known.” (Hayek 1945: 41)

<sup>21</sup> “Our generation has forgotten that the system of private property is the most important guarantee of freedom.” (Hayek 1945: 41)

<sup>22</sup> “Individualism, in contrast to socialism and all other forms of totalitarianism, is based on the respect of Christianity for the individual man and the belief that it is desirable that men should be free to develop their own individual gifts and talents. This philosophy, first fully developed during the Renaissance, grew and spread into what we know as Western civilization.” (Hayek 1945: 42)

<sup>23</sup> Teoria económica de Keynes favorável ao intervencionismo económico de forma a colmatar as falhas de mercado a partir de programas de investimento público.

sociedades ocidentais, em 1949, que possibilitava o New Deal, tinha como principal sustento os “intelectuais orgânicos” (Gramsci 1971/1992), os sectores profissionais (jornalistas, artistas, professores, filósofos, pensadores, cientistas) de atividade imaterial que funcionavam como “gate-keepers of ideas” ou “second-dealers of ideas” (Hayek 1945). Hayek propôs-se, então, a disputar a hegemonia cultural no sentido gramsciano - apesar de utilizar um vocabulário diferente - ao referir que os “intelectuais” eram os órgãos pelos quais se difundia o conhecimento e ideias para o público geral (Hayek 1945) <sup>24</sup>. Esta ideia tornou-se patente em “The Intellectuals and Socialism”, quando o autor identificava que a grande força do socialismo derivava da sua hegemonia cultural. O economista referia que todo o país que avançou em direção ao socialismo foi sempre precedido por vários anos em que as suas ideias conquistaram os intelectuais mais ativos (Hayek 1945) <sup>25</sup>. O autor reconhecia, assim, a importância da disputa no plano cultural para vencer o combate político. Esta intenção estava patente em Hayek (1945), quando este fez um apelo à criação de líderes intelectuais comprometidos com os ideais neoliberais. <sup>26</sup> Identificado o problema, o economista filósofo pretendia criar uma articulação entre fundações, universidade, e interesses empresariais, políticos, com o intuito de disputar a hegemonia cultural para o liberalismo económico (Morowski et al, 2015; Harvey 2007).

Foi neste contexto de reconhecimento do poder dos intelectuais que se realizou o primeiro encontro da MPS em 1947, num hotel Suíço que deu o nome ao grupo (Morowski et al, 2015; Harvey 2007). Esta iniciativa organizou a intelligentsia liberal de várias profissões e áreas disciplinares. Nos eventos da MPS foram convidados economistas, filósofos, jornalistas, e políticos em torno da reflexão sobre o liberalismo, num contexto internacional especialmente marcado pelo comunismo soviético (Morowski et al, 2015; Harvey 2007). A criação da

---

<sup>24</sup> “These intellectuals are the organs which modern society has developed for spreading knowledge and ideas, and it is their convictions and opinions which operate as the sieve through which all new conceptions must pass before they can reach the masses.” (Hayek 1945: 111)

<sup>25</sup> “In every country that has moved toward socialism, the phase of the development in which socialism becomes a determining influence on politics has been preceded for many years by a period during which socialist ideals governed the thinking of the more active intellectuals.” (Hayek 1945: 106).

<sup>26</sup> “We need intellectual leaders who are prepared to resist the blandishments of power and influence and who are willing to work for an ideal, however small may be the prospects of its early realisation. They must be men who are willing to stick to principles and to fight for their full realisation, however remote.” (Hayek 1945: 129)

MPS, concretizou o apelo que Hayek fez no ensaio “The Intellectuals and Socialism” (1945).

Entre os primeiros participantes da MPS, estiveram personalidades como Friedrich Hayek, Milton Friedman, Ludwig von Mises e Karl Popper<sup>27</sup>, que se juntaram em torno da defesa dos princípios da liberdade individual, propriedade privada e da economia de mercado-livre (Morowski et al, 2015; Harvey 2007). A filosofia política da MPS concebia a intervenção estatal como algo intrinsecamente totalitário, que deveria ser restringido ao máximo para preservação das liberdades humanas (Harvey 2007). Deduzia-se, portanto, que só podiam existir liberdades civis com liberdade económica, ou seja, só numa economia de mercado-livre se poderia garantir a “sociedade aberta”<sup>28</sup> (Hayek 1945; Popper 1945/2012; Harvey 2007)

Foi contra o “consenso socialista” que estes intelectuais se revoltaram, acusando os principais partidos do pós-guerra nos EUA e no Reino Unido de terem um programa socialista. Para derrotar o consenso sobre a necessidade de intervenção estatal na economia e as políticas distributivas, seria necessário colocar em causa a força dos sindicatos, dos funcionários públicos, as nacionalizações, a regulação do mercado, os impostos altos e a sua progressividade. Ou seja, para estes pensadores seria necessário derrotar a hegemonia do “socialismo” na definição das políticas domésticas e criar uma nova mentalidade que defendesse a liberdade contra a “servidão socialista”<sup>29</sup>.

A MPS funcionou como o diretório da rede de institutos e fundações neoliberais que teve como principais organizações<sup>30</sup>, a Universidade de Chicago, LSE, Volker Fund, FEE, IEA (UK), CPS (UK), Heritage Foundation, Hoover Institute, CATO institute, Atlas Economic Research Foundations, AEI, entre outros (Morowski et al, 2015). As fundações e institutos revelaram-se preponderantes

---

<sup>27</sup> Filósofo conhecido pela sua obra “A Sociedade Aberta e os seus inimigos” de 1945 e pela doutrina epistemológica do falsificacionismo.

<sup>28</sup> “Hayek also regarded the creation of the Mont Pèlerin Society, which first met in 1947, as an opportunity for minds engaged in the fight against socialism to exchange ideas – meaning, by socialism, all those ideas devoted to empowering the state.” (Hayek 1945: 101)

<sup>29</sup> Alusão ao título do livro de Hayek “O caminho para a servidão”.

<sup>30</sup> “The Mont Pèlerin Society and related networks of neoliberal partisan think tanks can serve as a directory of organized neoliberalism because it is part of a rather novel structure of intellectual discourse. It has been designed to advance and integrate various types of specialized knowledge within and across the confines of philosophy, academic research in economics, history, sociology, and applied policy knowledge in its various forms.” (Morowski et al, 2015: 5)

para o avanço das ideias neoliberais, como mostrou a importância do Volker Fund para a promoção da hegemonia neoliberal na Escola de Chicago, mas também para a criação da MPS (Morowski et al, 2015). Hayek foi um pivot essencial entre o Volker Fund, Universidade de Chicago e MPS (Morowski et al, 2015). Estas fundações em articulação com os interesses empresariais conservadores norte-americanos que se opunham ao New Deal, foram fundamentais para garantir o financiamento da causa. A articulação entre as faculdades e fundações foram também essenciais para formar os especialistas e o discurso neoliberal transnacional (Morowski et al, 2015).

Hayek ao ter contribuído para organizar estas “comunidades epistémicas” de intelectuais influentes de diversas disciplinas e países, desenvolveu uma coordenação de um sector político que se encontrava fragmentado e sem um discurso comum a nível transnacional (Morowski et al, 2015)<sup>31</sup>. O discurso tornou-se transnacional e transdisciplinar, conferindo um corpo teórico cada vez mais definido. A influência destas comunidades neoliberais projectou-se junto do poder político a partir dos conselheiros e especialistas, e na comunicação social com jornalistas, políticos e edição de obras de Hayek e Friedman (Morowski et al, 2015).

Estas ideias ganharam ressonância numa conjuntura de Guerra Fria, principalmente entre os interesses económicos e sectores mais conservadores dos Estados Unidos, que pretendiam afirmar o mercado livre contra o comunismo soviético.

---

<sup>31</sup> “The international academy Hayek sought was actually designed to create a space where like-minded people who shared philosophical ideas and political ideals could mingle and engage in a process of further education and collective learning dedicated to advancing a common neoliberal cause. The effort of the incipient neoliberal thought collective led to the creation of a comprehensive transnational discourse community” (Morowski et al, 2015: 5)

### 3.2 *Thatcher*

O neoliberalismo no Reino Unido teve como principal influência a obra de Hayek (1944), “O caminho para a servidão”, que influenciou largos sectores da direita política (Morowski et al, 2015; Harvey 2007). Para a criação do discurso neoliberal dominante, foram essenciais diversas organizações políticas desde, o IEA, até ao empresário Anthony Fischer, ou os professores Ralph Harris e Arthur Seldon ligados ao Partido Conservador, mas também numa fase final, Thatcher e o CPS (Morowski et al, 2015; Harvey 2007).

Os think-tanks, em articulação com interesses empresariais e o Partido Conservador, foram essenciais para organizar uma nova intelligentsia neoliberal britânica que não se revia na linha orientadora do partido (Morowski et al, 2015). Estes sectores da direita britânica tiveram na vitória de Margaret Thatcher a possibilidade de realizar o programa político falhado durante os anos de Ted Heath (Morowski et al, 2015). No entanto, as ideias neoliberais apoiadas por estes sectores, começaram por ser marginais dentro do Partido Conservador, estabelecendo-se enquanto dominantes apenas a partir da vitória de Margaret Thatcher em 1979 (Morowski et al, 2015; Harvey 2007). A nova direita neoliberal dos tories teve como principal associação política os Selsdon Group<sup>32</sup> formalizado em 1973, que estiveram na origem das orientações políticas neoliberais de Ted Heath, acordadas pelo Governo depois do célebre encontro com o grupo de intelectuais no Selsdon Hotel em 1970 (Morowski et al, 2015).

Apesar da esperança inicial de Margaret Thatcher no governo de Ted Heath, que julgava representar uma viragem ideológica dentro do partido, este rapidamente se tornou uma desilusão para todos os neoliberais britânicos, pela cedência política aos interesses dos sindicatos e a continuação de políticas económicas expansionistas (Thatcher 1993)<sup>33</sup>. Foi durante o período de desilusão com o Partido Conservador que Margaret Thatcher e Keith Joseph criaram o CPS, estabelecendo uma plataforma de promoção das ideias neoliberais com o objetivo de ganhar futuras eleições (Thatcher 1993; Harvey 2007). Com o apoio da CPS, a

---

<sup>32</sup> Grupo de pressão neoliberal britânico criado em 1973 ligado ao Partido Conservador.

<sup>33</sup> “Indeed, Ted Heath responded to the defeat of his Government on the issue of incomes policy in the first 1974 election by proposing a still more ambitious scheme of interventionist government in the second.” (Thatcher 1993)

futura Primeira-Ministra elaborou o que viria a ser o seu programa político, patente nos manifestos “The Right Approach” em 1976, e “The Right Approach to the Economy” no ano seguinte (Thatcher 1993).

Em 1979, concorreu a eleições contra o trabalhista James Callaghan depois do “Winter of Discontent” de 78/79, num contexto em que se instalou uma crise política devido a um tenso processo de negociação entre os sindicatos e o Governo (Thatcher 1993). Neste contexto de declínio económico do país, Thatcher elaborou uma agenda política radical pondo em causa o “consenso socialista” sobre o papel do Estado na economia (Harvey 2007). O discurso de Thatcher prometia uma disciplina fiscal, um apertado controlo da inflação, uma vasta agenda de privatizações e profundas alterações no código laboral. Nesta narrativa culpava-se o investimento público e o sector público pelos problemas económicos, apresentando como solução um drástico programa de redução do papel do sector público.

*“If spending money like water was the answer to our country's problems, we would have no problems now. If ever a nation has spent, spent, spent and spent again, ours has. Today that dream is over. All of that money has got us nowhere but it still has to come from somewhere. Those who urge us to relax the squeeze, to spend yet more money indiscriminately in the belief that it will help the unemployed and the small businessman are not being kind or compassionate or caring. They are not the friends of the unemployed or the small business. They are asking us to do again the very thing that caused the problems in the first place. We have made this point repeatedly.” (Thatcher 1980)*

O programa político-económico ficou marcado pelas privatizações das principais empresas públicas britânicas (BP, BT, British Gas, British Airways), liberalização do mercado de serviços (telecomunicações, eletricidade e gás), desregulação do sector financeiro, flexibilização laboral e redução do poder dos sindicatos (Morowski et al, 2015; Harvey 2007). Todo este programa evocava a necessidade de uma “nova mentalidade” que tinha como objetivo adequar a sociedade e o sector público de acordo com os princípios do mercado.

*“The fact is that only when we introduce the spur of competition in the State owned industries do they begin to respond to the needs of the customer. That is why, for example, Norman Fowler, when he was at the Ministry of Transport*

*stripped away the veto powers of British Rail on bus coach licences. If you can travel now from Manchester to London or from Edinburgh to Bristol by road or rail at fares lower than when we took office that is thanks to Norman Fowler, just as it is thanks to Freddie Laker that you can cross the Atlantic for so much less than it would have cost you in the early 1970s. Competition works.” (Thatcher 1981)*

Nesta perspetiva, o princípio da competição teria de se expandir para esferas tradicionais do sector público para cumprir com os requisitos do mercado. O Estado teria de ser organizado segundo os princípios do mercado, a partir de um programa baseado na liberalização, privatização e estabilização. Este discurso que caracteriza o neoliberalismo, radicado num enaltecimento do princípio da competitividade e estrita disciplina financeira, vai também estar patente na narrativa da CE 2010 e 2014, e em especial no programa da Troika.

### 3.3 Reagan

As ideias neoliberais nos Estados Unidos tiveram como principal organização a Universidade de Chicago, mas também entidades como o Volker Fund que financiaram os projetos de investigação como “Free Market Study” ou a publicação do livro “O caminho para a servidão” de Hayek (Morowski et al, 2015). Apesar da longa tradição neoliberal, o discurso neoliberal só se tornou dominante com desde a nomeação de Paul Volcker a Presidente da Reserva Federal Americana e a eleição de Ronald Reagan (Harvey 2007).

No entanto, estas ideias foram inicialmente apoiadas nos EUA pela fundação gerida por Luhnnow que prestou o apoio financeiro a pensadores libertários e conservadores como Milton Friedman, Murray Rothbard e Ludwig Von Mises, conhecidos por defenderem o Estado mínimo (Morowski et al, 2015). Esta fundação articulou-se com outras entidades defensoras do livre mercado, como ISI, Hoover Institution e FEE, durante os anos 50 de forma a difundir as ideias neoliberais pela sociedade americana (Morowski et al, 2015). A articulação entre os think tanks, interesses empresariais, e uma cultura conservadora norte-americana com figuras mediáticas como William F. Buckley, ou a campanha de Barry Goldwater para Presidente dos EUA, potenciaram a difusão das ideias do



livre mercado associadas a um ideário conservador (Morowski et al, 2015; Harvey 2007). Esta cultura política expandiu-se durante os anos 70 a partir da criação de diversos institutos e fundações entre eles, o exemplo do CATO Institute ou a Heritage Foundation, que tiveram membros que aconselharam Reagan durante a sua governação (Harvey 2007).

*“The Founding Fathers knew a government can't control the economy without controlling people.” (Reagan 1964)*

Ronald Reagan, depois de ter sido ator de Hollywood, ex-líder sindical, motivational speaker pela General Electric, tornou-se politicamente conhecido em 1964 na campanha de Barry Goldwater, com o discurso “A Time of Choosing” (Harvey 2007). O discurso reiterou a ideia central de Hayek (1945), que fazia derivar a liberdade política do mercado livre, construindo uma falsa oposição entre mercado livre ou totalitarismo. Depois de se tornar Governador da Califórnia pelo partido Republicano de 1967 a 1975, candidatou-se ao cargo de Presidente dos EUA contra Jimmy Carter, radicalizando a apologia do mercado como um traço de identidade americano a favor da liberdade contra o totalitarismo comunista. Com a nomeação de Ronald Reagan nos Estados Unidos, depois da governação de Jimmy Carter ter sido marcada pelas crises petrolíferas de 1973 e 1979, o consenso keynesiano do pós-guerra tinha chegado ao fim (Jessop 1994; Lipietz 1994). Nesta conjuntura, abriu-se a oportunidade da aplicação de um programa neoliberal que prometeu fazer renascer a economia internacional (Jessop 1994; Lipietz 1994).

O programa económico de Reagan apresentou como principais medidas a redução de impostos para as grandes empresas, desregulação do mercado, privatização de serviços públicos e redução do investimento em programas sociais (Harvey 2007). Um dos exemplos mais marcantes da política fiscal foi a diminuição da taxa de 70% sobre os rendimentos do último escalão para 28% ao longo do mandato (Harvey 2007). As medidas apresentadas justificaram-se a partir do efeito de “trickle down economics”, caracterizado pela ideia de que se as classes mais favorecidas tivessem mais rendimento disponível, este iria traduzir-se em maior investimento privado, que por sua vez aumentaria os postos de trabalho e salários, acabando por beneficiar os mais pobres (Havey 2007).

No entanto, estas medidas tiveram como consequência o aumento das

desigualdades sociais na sociedade norte-americana, contribuindo para o crescente descontentamento da classe média em relação à situação do país (Harvey 2007). Estas medidas foram criticadas por economistas de referência como Krugman (2008) e Stiglitz (2008), que indicaram que durante o período de Reagan a dívida pública cresceu e as desigualdades aumentaram.

### *3.4 Ordoliberalismo alemão*

No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, a República Federal Alemã, sob o Governo de Konrad Adenauer e Ludwig Erhard, procurou uma forma de reconstrução da sua economia a partir de um programa que tinha como objetivo relançar a economia alemã, a partir da liberalização económica (Foucault 1978-79/2008; Dullien e Guérot 2012). A teoria ordoliberal de Walter Eucken foi reabilitada por autores como Röpke e Rüstow que pretendiam criar uma alternativa ao planeamento económico e ao *laissez-faire*. O discurso político de Konrad Adenauer assumia a necessidade de criar uma economia “social de mercado”, conferindo ao Estado o papel de garantir um enquadramento legal e institucional para tornar o mercado mais competitivo (Foucault 1978-79/2008). Ao Estado, cabia a função de criar as condições possíveis para o bom funcionamento e estabilidade do mercado.

Para os autores ordoliberais, o mercado-livre deveria ser planeado, necessitando de instituições que pudessem promover um mercado competitivo e estável (Foucault 1978-79/2008; Morowski et al, 2015; Dullien e Guérot 2012). Entre os principais princípios dos ordoliberais, estava a defesa intransigente da regulação dos monopólios e de leis anti-trust<sup>34</sup> (Foucault 1978-79/2008; Morowski et al, 2015).

A literatura ordoliberal anterior a 1945, influenciou de forma determinante a fundação da nova República Federal Alemã, principalmente no período de reconstrução aberta (Morowski et al, 2015; Foucault 1978-79/2008; Dullien e Guérot 2012). Estas teorias económicas criticavam as políticas de planeamento e coletivização, tanto adotadas pela União Soviética como pelas democracias

---

<sup>34</sup> Leis que regulam as práticas anticompetitivas ou monopolísticas que distorcem os princípios do mercado.

liberais (Morowski et al, 2015; Foucault 1978-79/2008; Dulien e Guérot 2012). Foi neste contexto de forte influência ordoliberal, que Erhard se tornou Presidente da Administração Económica entre 1946 e 1949, de forma a organizar a transição da economia de guerra para uma economia aberta (Morowski et al, 2015; Foucault 1978-79/2008; Dulien e Guérot 2012).

Foucault (1978-79/2008), no ensaio sobre o “Nascimento da Biopolítica”, partilha da opinião de que o ordoliberalismo, foi essencial para o desenvolvimento das primeiras experiências políticas neoliberais. Nesta obra, o autor concebe o ordoliberalismo como neoliberalismo alemão, referindo que esta teoria se distingue do neoliberalismo americano, mais céptico sobre o papel do Estado (Foucault 1978-79/2008). Apesar das diferentes concepções sobre a intervenção do Estado na economia, estas duas formas de neoliberalismo, partilhavam em comum a crítica ao keynesianismo no pós-guerra (Foucault 1978-79/2008)<sup>35</sup>.

O autor constatou, que as políticas de desregulação de Ludwig Erhard baseavam-se numa “fobia do Estado”, radicada no contexto da Alemanha Nazi (Foucault 1978-79/2008). Neste discurso do pós-guerra, o Estado é encarado como um potencial inimigo à liberdade dos cidadãos (Foucault 1978-79/2008). Segundo Ludwig Erhard, a economia deveria ser “livre” do “controlo” do Estado. Para o político alemão, o “controlo” económico por parte do Estado estava intrinsecamente ligado às liberdades e garantias dos cidadãos, tal como na obra de Hayek. A liberalização económica foi justificada a partir da necessidade de impedir o retorno do totalitarismo (Hayek 1945).<sup>36</sup> O discurso de Erhard elaborou uma dicotomia entre mercado livre e o totalitarismo tal como Hayek, que

---

<sup>35</sup> “What is the nature of today's liberal, or, as one says, neo-liberal program? You know that it is identified in two main forms, with different cornerstones and historical contexts. The German form is linked to the Weimar Republic, the crisis of 1929, the development of Nazism, the critique of Nazism, and, finally, post-war reconstruction. The other, American form, is a neo-liberalism defined by reference to the New Deal, the criticism of Roosevelt's policies, and which, especially after the war, is developed and organized against federal interventionism, and then against the aid and other programs of the mainly Democrat administrations of Truman, Kennedy, S Johnson, etcetera.” (Foucault 1978-79/2008: 78 - 79)

<sup>36</sup> “This took place on 18 April. Ten days later, the 28th, at the meeting of the Council at Frankfurt, Ludwig Erhard—who was not in charge of the Scientific Council, for it had come together around him, but of the economic administration of the Anglo-American zone, or at any rate of the German part of the economic administration of the zone—gave a speech in which he took up the conclusions of this report. That is to say, he laid down the principle of no price controls and called for gradual deregulation, but he accompanied this principle, and the conclusion he drew from it, with a number of important considerations. He says: “We must free the economy from state controls.” (Foucault 1978-79/2008: 80 – 81)

estabelecia uma ligação direta entre liberdade económica e liberdades individuais (Foucault 1978-79/2008). Para os neoliberais alemães, a liberalização económica foi uma forma de combater o totalitarismo (Foucault 1978-79/2008). O grande adversário nazi, foi associado às políticas intervencionistas, e a liberalização económica associada à liberdade e democracia (Foucault 1978-79/2008)<sup>37</sup>. Foi sob esta justificação, que se executou um programa de liberalização económica, que alcançou a sua fase final em 1952-53, depois de um processo de abolição do controlo de preços.<sup>38</sup> (Foucault 1978-79/2008).

No entanto, para tradição ordoliberal o mercado não surgia de forma espontânea como no liberalismo clássico anglo-saxónico. Para os ordoliberais, o mercado era o resultado de instituições, que deveriam operar de acordo com os princípios concorrenciais de forma a garantir o funcionamento ordenado (Foucault 1978-79/2008: 103). O pensamento ordoliberal, inverteu a fórmula do Estado enquanto regulador do mercado, para uma lógica em que as leis do mercado regulam e limitam o funcionamento do Estado de acordo a competitividade (Foucault 1978-79/2008)<sup>39</sup>. Sob esta perspetiva, o sector público deveria ser reestruturado de acordo com os princípios do mercado (Foucault 1978-79/2008: 116).

O ordoliberalismo tornou-se uma escola de pensamento económico bastante influente ao nível da política do país. Estas ideias acabaram por influenciar o consenso contemporâneo designado como “new classical economics”, derivado das teorias neoclássicas (Dullien e Guérot 2012). Este pensamento tornou-se dominante nas Universidades de economia do país, mas

---

<sup>37</sup> “To summarize all this, the decisive point of the Nazi experience for the Freiburg liberals and this was their choice of adversary, if you like, the way in which they set up the field of adversity necessary for the definition of their strategy was that, first, they thought they could establish that Nazism was the product of an economic invariant which is indifferent and as it were impervious to the capitalism/socialism opposition and to the constitutional organization of states,” (Foucault 1978-79/2008: 114)

<sup>38</sup> “So, on 18 April there is the report of the Scientific Council; 'on 28 April Erhard's discourse; on 24 June 1948/8 abolition of price controls, on industrial products, then of price controls on food, and then progressively, but relatively slowly, of all price controls. In 1952 price controls are abolished on coal and electricity, which is, I think, one of the last price controls to be abolished in Germany. And it is only in 1953 that there is removal of exchange controls for foreign trade that reaches the level of around 80%-90%. So, in 1952-1953 liberalization is more or less established.” (Foucault 1978-79/2008: 87)

<sup>39</sup> “the ordoliberals say we should completely turn the formula around and adopt the free market as organizing and regulating principle of the state, from the start of its existence up to the last form of its interventions. In other words: a state under the supervision of the market rather than a market supervised by the state” (Foucault 1978-79/2008: 116)

também em instituições essenciais como o Banco Central alemão (Dullien e Guérot 2012). O think-tank Centrum für Europäische Politik, as fundações Ordnungspolitik e Walter Eucken, bem como as fundações partidárias Friedrich Naumann (FDP) ou Konrad Adenauer (CDU), são algumas das instituições conhecidas na promoção dos ideais ordoliberais na sociedade alemã. Algumas destas fundações como Ordnungspolitik e Walter Eucken, encontram-se também ligadas a fundações neoliberais como a Friedrich Hayek ou a figuras como Milton Friedman. A fundação Walter Eucken chegou a ter Milton Friedman como Presidente honorário em 1978, e a fundação Ordnungspolitik apresenta-se como tendo como principal influência a obra de Eucken e Hayek.

Foi a partir da articulação destas instituições (universidades, think-tanks, institutos, partidos e fundações) que se criou o consenso político-económico da elite alemã, e que se encontra patente ao nível do governo e do banco central alemão (Dullien e Guérot 2012). Esta influência ordoliberal faz com que a elite governativa manifestasse cética em relação a medidas de estímulo económico por via do investimento público ou do aumento salarial, acabando por centrar-se na redução da dívida pública e no controlo da inflação (Dullien e Guérot 2012).

Este pensamento ordoliberal encontrou apoio principalmente entre os partidos da direita alemã CDU, CSU e FDP, os mesmos que identificaram a crise das dívidas soberanas como tendo origem na indisciplina financeira dos países intervencionados pela Troika<sup>40</sup> (Dullien e Guérot 2012). Estes três partidos foram os mais céticos em relação aos empréstimos concedidos, mostraram-se mais favoráveis à austeridade, e revelaram-se mais críticos da mutualização da dívida e do investimento a nível europeu (Dullien e Guérot 2012). No entanto, as medidas de austeridade também foram advogadas pelo SPD, apesar deste partido ter defendido também a necessidade de medidas de estímulo económico, e de uma eventual mutualização das dívidas (Dullien e Guérot 2012). Esta relação de forças favorável aos partidos da direita política alemã, acabou por ser preponderante para a execução das reformas estruturais na crise das dívidas soberanas, bem como na orientação das políticas económico-financeiras da zona euro patentes no Pacto

---

<sup>40</sup> Termo russo que significa um grupo de três, usado para designar a concertação da CE, BCE e FMI no âmbito da aplicação dos programas de ajustamento estruturais durante a crise das dívidas soberanas.

Orçamental (TECG) e Governação na União Económica e Monetária (Dullien e Guérot 2012; Nedergaard 2013; Beck e Kotz 2017).

## **Capítulo IV - Institucionalização internacional do neoliberalismo**

No presente capítulo, analisa-se a conjuntura internacional que esteve na origem da institucionalização do neoliberalismo, bem como o desenvolvimento do discurso nas principais instituições internacionais (FMI, BM e OMC). Analisa-se a conjuntura do “Consenso de Washington”, e em seguida, o desenvolvimento do discurso no âmbito do FMI, BM e OMC. Por último, identificam-se as principais críticas ao “Consenso de Washington” e aos respetivos programas aplicados pelas organizações internacionais desde os anos 80 até ao presente.

### *4.1 Conjuntura do “Consenso de Washington”*

O discurso neoliberal tornou-se dominante numa conjuntura marcada pelas crises petrolíferas e inflação, e pela continuidade da Guerra Fria que reforçava a identidade das soluções de mercado por oposição ao planeamento soviético (Jessop 1994; Lipietz 1994; Harvey 2007). A liberdade económica e o mercado-livre, no contexto em que este discurso se tornou dominante, não traduziu apenas uma filosofia de organização política e económica, mas constituiu também uma marca identitária que visava um antagonista estatista (Harvey 2007).

O “consenso keynesiano” do pós-guerra que orientava a política económica das Organizações do Bretton Woods, foi colocado em causa, principalmente nos anos 80 com a nomeação de Volcker a presidente da Reserva Federal Americana, e com a eleição de Reagan e Thatcher (Harvey 2007). O discurso neoliberal tornou-se dominante sob a hegemonia dos Estados Unidos no bloco ocidental, que garantiu a estabilidade suficiente para a criação do mercado internacional liberalizado (Kindleberger 1986; Gilpin 1981; Harvey 2007). Nesta conjuntura deu-se a transição do “embedded liberalism” caracterizado pelo multilateralismo e intervencionismo domésticos para o liberalismo laissez-faire (Keohane 2012; Ruggie 1982; Harvey 2007). Esta transição no regime internacional - entendido

como conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos - fez-se a partir da mudança na estrutura de poder do sistema internacional (Ruggie 1982). Este regime internacional sustentado pelo poder dos EUA, acabou por basear-se no princípio da racionalidade de mercado, dando maior margem de atuação às forças de mercado, simultaneamente que se restringia a intervenção dos Estados na economia (Gilpin 1981; Kindleberger 1986; Ruggie 1982; Harvey 2007).

A pax americana estabeleceu as condições para o processo de liberalização da economia internacional a partir das principais instituições internacionais FMI, BM e GATT (Kindleberger 1978; Gilpin 1981). Este mercado permitiu a projeção do poder dos EUA a partir das principais instituições internacionais como das multinacionais norte-americanas que conseguiram mais oportunidades no mercado internacional através da liberalização da economia mundial (Gilpin 1987/2016). Neste sentido, a liberalização do mercado internacional foi fundamentalmente parte de uma estratégia de política externa norte-americana (Gilpin 1987/2016).

Com a queda da União Soviética e a desmoralização do movimento comunista, esta alternativa perdeu credibilidade, abrindo espaço a uma afirmação do liberalismo económico sem possibilidade de ser rivalizado a nível internacional (Gilpin 1981; Harvey 2007). Segundo Keohane (2012), neste contexto em que foi formada a OMC, o “ocidente” encontrava-se num momento histórico de auge do seu domínio.

É nesta conjuntura, que se estabeleceu o “Consenso de Washington”, que se exprimia na concordância entre os especialistas das principais instituições internacionais como o FMI, BM ou OMC (Williamson 1993; Harvey 2007). Para o ideólogo do “Consenso de Washington”, este consenso era evidente entre os decisores políticos das instituições internacionais da altura, que se caracterizava por ser o conhecimento convencional dos economistas influentes em Washington durante os anos 90 (Williamson 1993)<sup>41</sup>. As principais medidas defendidas pelo consenso podiam ser sintetizadas na estabilidade macroeconómica através do controlo da inflação e redução da despesa pública, abertura das economias ao comércio internacional, liberalização de capitais, e na liberalização do mercado

---

<sup>41</sup> “the conventional wisdom of the day among the economically influential bits of Washington, meaning US government and the international financial institutions” (Williamson 1993: 1329)

interno através de privatizações ou desregulação económica (Gore 2000)<sup>42</sup>.

O processo de deliberação e elaboração do manifesto, teve como principais participantes, os membros do Congresso de Washington, membros da administração e respetivos técnicos das instituições financeiras, as agências económicas dos EUA, e a mesa da Reserva Federal Americana, em conjunto com think-tanks como IEA (Balassa et al, 1986). Foi nesta especial constelação entre a elite política e financeira de Washington em contacto com os especialistas e think-tanks neoliberais, que se elaboraram as recomendações estruturais do regime económico internacional das décadas seguintes (Balassa et al, 1986).

#### *4.2 FMI*

Criado em 1945 nos EUA, o FMI tinha como principal objetivo impedir o retorno à instabilidade económica a partir da criação de uma instituição multilateral. Esta organização internacional foi criada para combater o protecionismo e a instabilidade do mercado internacional, de modo a evitar a conjuntura que esteve na origem da segunda Guerra Mundial.

Foi no contexto internacional do pós-guerra, e de crescente poder dos Estados Unidos sobre o “bloco ocidental” que se constituíram as organizações internacionais de Bretton Woods (Gilpin 1981; Harvey 2007). O paradigma patrocinado pelo poder internacional dos Estados Unidos, rejeitava o isolacionismo, protecionismo e unilateralismo (Gilpin 1981; Harvey 2007). É sob os valores do multilateralismo, universalismo e liberalismo que se instaurou a ordem liberal internacional (Harvey 2007). As organizações internacionais como o FMI, BM foram as entidades que passaram a estruturar o sistema internacional do pós-guerra fora da zona de influência soviética (Harvey 2007). O mandato do FMI caracterizou-se pela promoção do livre-comércio, a fluidez das relações comerciais internacionais e a coordenação de políticas económicas a nível internacional.

---

<sup>42</sup>“The Washington Consensus: In broad terms, this approach recommends that governments should reform their policies and in particular: a) pursue macroeconomic stability by controlling inflation and reducing fiscal deficits; (b) open their economies to the rest of the world through trade and capital account liberalization; and c) liberalize domestic product and factor markets through privatization and deregulation. Propagated through the stabilization and structural adjustment policies of the International Monetary Fund (IMF) and World Bank, this has been the dominant approach to development from the early 1980s to the present.” (Gore 2000: 789-790)



Segundo o “Article of Agreements” 2016, documento que estabeleceu os propósitos da organização, os principais objetivos da organização são a promoção da cooperação monetária internacional, facilitação da expansão e crescimento balanceado do comércio internacional, bem como a promoção de altos níveis de emprego, estabilização das taxas de câmbio, eliminação das restrições a trocas externas, e redução dos desequilíbrios na balança internacional de pagamentos (FMI 2016).

Ao longo do tempo, o FMI desenvolveu diversas orientações económicas de forma a cumprir com o mandato (Chorev e Babb 2009). O FMI de “Bretton Woods”, desenvolvido por Keynes e Dexter White, acabou por ter um papel diferente a partir dos anos 80, época em que a instituição começou a ter uma orientação neoliberal. Este “embedded liberalismo” do pós-guerra, deu lugar ao neoliberalismo nos anos 80 (Ruggie 1982; Keohane 2012; Morton 2003; Harvey 2007; Chorev e Babb 2009)<sup>43</sup>. O FMI e o BM assumiram esta mudança nas suas orientações político-económicas no contexto da “Third-world debt crisis” em 1982, durante o período de Ronald Reagan (Chorev e Babb 2009). Nesta conjuntura, a capacidade de intervenção do FMI na economia mundial aumentou exponencialmente. O “Trust Fund” dos anos 70 foi substituído pelo “Facility for Structural Adjustments” em 1986, e o “Enhance Facility For Structural Adjustments” em 1987 (Chorev e Babb 2009).

O papel do FMI mudou substancialmente desde essa altura, obtendo uma posição mais interventiva na condução da política nacional dos Estados a partir da crise das dívidas de 1982<sup>44</sup> (Przeworski e Vreeland 2000). Os programas estruturais criados nos anos 80 inseriram no vocabulário da instituição o termo de “programas de ajustamento”. A partir da década de 80, o léxico do neoliberalismo constituiu-se em volta de conceitos como “reformas estruturais”, “abertura”, bem como “liberalização” ou “privatização”. Os desenvolvimentos destes programas coincidiram com um discurso marcado pela exaltação do “mercado-livre”, ou a “liberdade económica”, que se opunha ao comunismo soviético. Foram estes

---

<sup>43</sup> “As a consequence, “embedded liberalism” gave way to U.S.-led global neoliberalism” (Morton 2003: 162–3; Harvey 2005)” (Chorev e Baab 2009)

<sup>44</sup> “Fulfilling this function, the IMF transformed itself from a currency regulating institution to an international organization involved in the national policies of much of the third world, particularly since the onset of the debt crisis in 1982.” (Przeworski e Vreeland 2000: 388)

programas de empréstimos com condições do FMI e BM, que implementaram as recomendações do que ficou conhecido como a filosofia do “Consenso de Washington”. Em troca da assistência financeira, foram aconselhados vastos programas de austeridade fiscal que se traduziram em cortes no sector público e aumento de impostos para as populações<sup>45</sup>(Przeworski e Vreeland 2000). Ao longo dos anos 80, os programas do FMI ficaram cada vez mais caracterizados por executarem vastos programas de *liberalização* e *privatizações* nos países submetidos aos “programas de ajustamento estrutural”.

Nos relatórios anuais do FMI (1980) e (1981), ainda não existia uma referência recorrente ao léxico que caracteriza o discurso neoliberal, baseado em palavras-chave como “structural adjustments”, ou em palavras como “flexibility” ou “liberalization”. É referido ainda no relatório anual do FMI (1981) de uma forma ainda reticente, de que a liberalização “pode” ter um papel importante para as economias em desenvolvimento ou países de médio rendimento.

*“To this end, trade liberalization among developing countries, especially those exporting manufactures and other middle-income countries, may play a useful role.” (IMF 1981: 56)*

A partir de 1982 o discurso liberalizador tornou-se mais assertivo, a solução proposta pelo FMI foi no sentido da redução dos direitos laborais, subsídios, proteção de indústrias locais e da regulação económica. Identificou-se o problema económico destes países na “rigidez” e falta de balanço estrutural das economias. Os fatores de rigidez foram identificados como sendo a negociação salarial, proteção industrial, subsídios públicos, investimento público e impostos sobre o capital. No discurso do FMI estes foram obstáculos ao funcionamento do mercado que deveriam ser retirados de forma a promover uma economia “aberta”. Desta forma, elaborou-se um programa para reduzir a intervenção do Estado na economia e conformá-la com os princípios do mercado. No discurso do FMI estava implícita a ideia de que o mercado enquanto mecanismo mais racional e eficiente de alocação de recursos deveria ter uma preponderância sobre a

---

<sup>45</sup>“These conditions typically entail fiscal austerity cutting government. Cutting expenditures and increasing taxes , tight monetary policy raising interest rates and . reducing credit creation, and currency devaluations.” (Przeworski e Vreeland 2000: 388)

intervenção do Estado.

*“An important problem in the industrial countries consists of various rigidities and structural imbalances that have become imbedded in the economic system. Examples are to be found in wage bargaining and price setting, in government subsidies or protection of ailing industries, in the governmental imposition of regulatory burdens, and in structural unemployment. In addition, a considerable degree of rigidity has characterized certain aspects of government spending and taxation, with the result that large budget deficits have become prevalent.” (IMF 1982: 2)*

O relatório de 1983 aconselhava no mesmo sentido dos anteriores, a adoção de uma “prudência fiscal” que se traduzia numa redução do investimento público, que abria caminho para a privatização do sector público. Esta política baseada na contenção da despesa, acabou por restringir a procura e o estímulo à economia no sentido contrário da posição keynesiana. Toda esta prudência fiscal contribuiu para a redução do papel do Estado na economia e mercantilizar serviços tradicionalmente públicos<sup>46</sup>.

O FMI também afirmou que a aplicação do processo de liberalização a diversos países em desenvolvimento estava em curso como solução para resolver os problemas destas economias. Entre os países em que foi avançado uma liberalização das importações encontraram-se países como o Bangladesh, Haiti, Índia, Jamaica, Marrocos, Paquistão, Tunísia, Turquia ou Uganda. Numa primeira fase, os programas de ajustamento levados a cabo pelo FMI, revelaram-se cruciais para a liberalização da economia mundial nos países em desenvolvimento, e só mais tarde se expandiram as reformas para os países desenvolvidos. Os relatórios da organização evidenciam que foram os países em desenvolvimento, os primeiros a ser submetidos a programas de liberalização das importações no âmbito dos programas de ajustamento.

*“Only a limited number of developing countries, including Bangladesh, Haiti, India, Jamaica, Morocco, Pakistan, Tunisia, Turkey, and Uganda, achieved some liberalization of their import regimes. Most of these liberalizations took place*

---

<sup>46</sup> “The adoption of prudent fiscal and monetary policies, although entailing restraint on demand in the short term, offers the best prospect of sustainable expansion over the medium and longer term.” (IMF 1982: 1).

*within the framework of adjustment programs supported by use of Fund resources.” (IMF 1982: 59)*

Depois da liberalização das importações nos países em desenvolvimento, a organização desenvolveu um discurso que incentivava os países desenvolvidos a darem o seu “exemplo” perante os outros, tendo a responsabilidade de continuar o processo de liberalização da economia internacional dando o passo na redução da taxa sobre as importações<sup>47</sup>.

No mesmo relatório defendeu-se também a liberalização de capitais como uma medida promotora da eficiência económica. O discurso do FMI concebeu também a liberalização do fluxo de capitais como uma tendência natural e secular da economia internacional que ia de encontro a uma maior eficiência. O FMI contrastava a sua posição com a alternativa protecionista, que era concebida como contrária à tendência secular em direção ao mercado-livre internacional. Estas “restrições” foram encaradas como um impedimento ao funcionamento livre do mercado internacional que foi concebido como um mecanismo que garantia a boa alocação dos recursos mundiais.

*“Restrictions on capital flows would, however, be contrary to the secular trend in favor of liberalization, which stems from concern to promote economic efficiency.” (IMF 1985: 36)*

A partir de 1987, o discurso ganhou uma maior consolidação, ao mesmo tempo que expandiu o léxico com palavras pouco utilizadas nos relatórios anteriores. O termo “liberalização” foi utilizado de uma forma mais regular no discurso oficial do FMI, bem como o conceito de “reformas estruturais”, “privatização” ou “desregulação”. Nos relatórios elaborou-se uma retrospectiva do processo de liberalização iniciado no princípio da década, concebido como um evento que mudou de forma estrutural a economia mundial no sentido de garantir uma maior competitividade e eficiência do mercado interno dos países

---

<sup>47</sup> “In present circumstances, the industrial countries have a special responsibility to lead the way toward trade liberalization.” (IMF 1985: 29).

intervencionados<sup>48</sup>. O FMI justificou que foram promovidas medidas no mercado interno como a desregulação económica, privatização, reforma fiscal e eliminação de subsídios de forma a promover a produtividade. O discurso da organização tinha implícita uma produtividade alcançada com base na redução do papel do Estado e na expansão do sector privado. O paradigma neoliberal contrariava então o anterior consenso keynesiano, que concebia o investimento público como essencial para estimular a produtividade, propondo uma reestruturação das economias de acordo com a iniciativa privada.

*“Deregulation, privatization, tax reform, and the narrowing or elimination of subsidies were widely recommended as potentially beneficial for productivity and aggregate supply.” (IMF 1987: 39)*

Em relação ao mercado externo, foi defendido um programa de reduções de tarifas, liberalização das importações e a eliminação de outro tipo de controlos ou barreiras ao comércio mundial. Foi promovido por parte do FMI um programa baseado na defesa da liberalização do comércio mundial de forma a garantir a circulação do comércio de acordo com os princípios da competitividade e do mercado internacional. Estas medidas acabaram por retirar aos Estados o papel preponderante sobre sectores estratégicos da economia, colocando maior poder nos agentes do mercado internacional<sup>49</sup>.

Neste sentido, o FMI evidenciou a sua defesa da liberalização do comércio internacional, que caracterizou o neoliberalismo, através da congratulação dos esforços para os acordos do GATT que reforçavam a tendência da liberalização da economia mundial iniciada pela organização em conjunto com o BM. Os acordos do GATT vieram complementar o processo de globalização neoliberal advogado tanto pelo FMI como BM.

*“In this context, the Committee welcomed the recent establishment in the GATT*

---

<sup>48</sup> “As in the past several years, the rapid expansion of flows between the major financial markets has been accompanied by major structural changes that have arisen as a result of financial liberalization and the spread of innovative financing techniques. In part, these liberalizations have reflected efforts to introduce greater competition into domestic financial markets in order to enhance efficiency.” (IMF 1987: 17)

<sup>49</sup> “Recommendations in the area of trade policy included general tariff reductions, liberalization of import licensing systems, and the phasing out of other quantitative controls and non tariff barriers.” (IMF 1987: 39)

*of the negotiating structure for the Uruguay Round of trade negotiations, which should help to open the way for substantive intergovernmental discussions to strengthen and liberalize the trading system.” (IMF 1987: 114)*

No seguimento deste discurso, no relatório anual de 1990, elaborou-se uma análise retrospectiva das reformas levadas a cabo por diversas economias em desenvolvimento. Afirmou-se que foram alcançadas reformas estruturais ambiciosas de forma a ultrapassar o problema da “rigidez”, que segundo a organização estavam na origem da ineficiência destas economias. Neste relatório popularizou-se o termo “liberalização”, sendo referido com mais frequência do que nos relatórios anteriores:

*“Recognizing the inefficiencies generated by these rigidities, many countries, notably Mexico, Ghana, Indonesia, Madagascar, Nigeria, and Viet Nam, implemented far-reaching structural reforms. The measures taken included trade liberalization, price decontrol, restructuring of government finances, reorganization of public sector enterprises, and deregulation of the financial sector.” (IMF 1990: 6).*

Ao longo do texto continuou-se a aconselhar a liberalização financeira e de importações bem como uma expansão do mercado nas mais diversas áreas da economia, especialmente tendo em vista a aplicação destas medidas aos países desenvolvidos, que foram cada vez mais concebidos como o próximo alvo do processo de liberalização. Em nome da produtividade, os países foram aconselhados a darem mais espaço às forças de mercado e para se esforçarem na liberalização financeira e reforma fiscal. O relatório reafirmou em diversas partes do texto o seu compromisso com o processo de liberalização, constituindo-se de forma bastante mais clara e decisiva do que nos relatórios de 1980 e 1981, como um princípio fundamental da política do Fundo<sup>50</sup>.

Em 1995, reconheceram-se os progressos feitos em matéria de liberalização dos países desenvolvidos como Áustria, Finlândia, Grécia, Islândia, Irlanda, Noruega, Portugal, Espanha ou Suécia, tendo sido apelidados de “liberalização

---

<sup>50</sup> “The Fund continues to emphasize the need for further trade liberalization among its member countries.” (IMF 1990: 45)

extensiva”<sup>51</sup>. No relatório de 1995, utilizou-se o termo “market-oriented” para caracterizar o tipo de reformas levadas a cabo por este conjunto de países. O processo de liberalização, foi também referido nesta fase como uma “revolução global”, que mostrou uma consciência da amplitude revolucionária deste processo na economia mundial por parte dos especialistas das organizações internacionais. Esta referência a uma “revolução global”, encontra semelhanças na utilização do termo “revolução silenciosa” usado por Durão Barroso para caracterizar o Pacto Orçamental (TECG) em 2011, que conferiu mais poderes no controlo das contas públicas por parte das instituições europeias em relação aos Estados-membros, de forma a disciplinar as suas economias de acordo com os princípios da competitividade e do mercado.

*“The global revolution in favor of market-oriented economics and the widening implementation of structural adjustment policies have increased member countries' requests for Fund assistance.” (IMF 1995: 130).*

O discurso contra a rigidez repetiu-se em 2000, mas desta vez em relação aos países da zona euro. O FMI aconselhou os países a alterar o modelo social europeu, a partir da redução da assistência social e flexibilização laboral. A organização elogiou também o progresso feito pelos países em matéria de privatizações e desregulação das suas economias, mas aconselhou à execução de mais medidas para se alcançar um maior nível de competitividade. Todas as medidas propostas pelo FMI, foram no sentido de alterar o papel do Estado na economia de forma a conformá-lo de acordo com os princípios do mercado internacional.

*“In the labor market, most Directors felt that many countries needed to reassess the eligibility conditions for unemployment compensation and welfare assistance, promote a less rigid and more differentiated wage structure, and broaden the scope of the most effective vocational and apprenticeship programs. In the product and service markets, Directors welcomed the ongoing progress in privatization and deregulation but called for stepped-up efforts to lock in the beneficial effects of competition.” (IMF 2000: 27)*

---

<sup>51</sup> “Extensive liberalizations took place in Austria, Finland, Greece, Iceland, Ireland, Norway, Portugal, Spain, and Sweden.” (IMF 1995: 50).

Depois da crise financeira de 2008, verifica-se que a terminologia que caracterizou o discurso neoliberal se tornou menos explícita, pretendendo evitar-se possíveis oposições às medidas. No discurso do pós-crise não foram utilizados tão frequentemente os termos como “liberalização”, da mesma forma que se encontram nos relatórios da década de 80 e 90. Depois da crise financeira de 2008, e com a crise das dívidas soberanas, foi identificado que o problema da crise teve como origem os países desenvolvidos e admitiram-se as implicações que a desregulação do sector financeiro teve na crise de 2008<sup>52</sup>.

O FMI pela primeira vez, veio a adotar um discurso com a colocação de ênfase na necessidade de regulação do sector financeiro e supervisão, ao mesmo tempo que afirmou a necessidade de alguns países adotarem políticas de estímulo à economia, aconselhando a consolidação fiscal em função da situação de cada país.

*“Maintaining policy stimulus until a sustained recovery in private demand is apparent, while designing, communicating, and beginning to implement credible medium-term fiscal consolidation strategies, depending on countries’ specific circumstances.” (IMF 2010: 9)*

No novo léxico da organização deixou de estar de forma tão evidente termos como “liberalization” ou “privatization”. Existiu uma menor utilização do termo “structural reforms”, e foi usado o termo “structural policies” em contextos para designar uma política económica mais abrangente que anteriormente. Todos estes sinais revelaram uma tentativa da organização enfrentar algumas responsabilidades e erros anteriores de uma forma subtil ou implícita, sugerindo uma mudança nos programas e medidas a adoptar nas próximas intervenções económicas<sup>53</sup>.

Neste relatório também se referiu que existia a necessidade de conferir maior flexibilidade ao programa de reformas estruturais e na definição dos seus

---

<sup>52</sup> “The global financial crisis that erupted in 2008 took a devastating toll on the world economy. The availability of credit fell, trade collapsed, capital flows dried up, growth slumped, and unemployment rose significantly. While the epicenter of the crisis was a number of advanced economies (and specifically the financial sectors in those countries), the crisis was quickly transmitted to all corners of the globe.” (IMF 2010: 9)

<sup>53</sup> “Fiscal adjustment must go hand in hand with measures to boost growth. Structural policies to kick-start economic activity, make labor markets more effective, and boost productivity are important in many advanced economies.” (IMF 2010: 17)



objetivos, admitindo implicitamente erros cometidos nos programas estruturais por alguma “rigidez” das soluções anteriormente defendidas pela organização.

*“More-streamlined conditionality, with more flexibility in defining structural reform objectives” (IMF 2010: 49)*

No contexto da crise de 2008, o FMI contrariou a tendência de décadas do seu discurso ao defender a necessidade de regulação financeira para garantir a estabilidade macroeconómica. Nos discursos anteriores, a estabilidade económica garantia-se através da desregulação e liberalização dos sectores, neste relatório associou-se pela primeira vez a regulação com a estabilidade<sup>54</sup>.

Segundo Moschella (2014), o início da crise financeira desencadeou uma mudança ao nível do ideário do FMI, que acabou por admitir a necessidade do controlo de capitais e regulação financeira. A mesma opinião sobre a mudança no FMI é corroborada por Lütze e Krank (2010), que indica ainda que a CE desempenhou um papel mais activo na implementação das medidas de austeridade do que o próprio FMI no âmbito dos programas implementados aos países de leste. Todos estes sinais, evidenciaram uma mudança da orientação política da organização internacional, que se afastou do discurso neoliberal dos anos 80 durante a conjuntura da crise de 2008.

#### 4.3 B M

Criado como IBRD, com o objetivo de promover o progresso económico e social através do apoio ao desenvolvimento aos países mais vulneráveis, teve como missão inicial a reconstrução do pós-guerra do continente europeu.

No relatório anual de 1980 do BM, descreveu-se o início da criação dos programas de ajustamento estrutural com a presença do FMI, realizado a partir do encontro das duas organizações. A partir dos relatórios analisados, pode constatar-se que as duas instituições estavam em sintonia na orientação político-económica, quando decidiram criar os programas de ajustamento estruturais que espelhavam

---

<sup>54</sup> “Most Executive Directors felt that debt bias issues warrant attention in countries’ tax reform programs. They also underscored the need for strengthened regulation of the financial and corporate sectors where broader concerns about macrofinancial stability exist.” (IMF 2010: 32)

uma orientação no sentido da liberalização do mercado de uma forma permanente, a partir da partilha de opiniões comuns entre as altas chefias do BM e do FMI (WB 1980: 67).<sup>55</sup>

O extenso programa internacional negociado pelo FMI e BM, tinha como objetivo ser aplicado principalmente nos países em desenvolvimento, de forma a reestruturar estas economias no sentido da adoção de medidas “market-oriented” em nome da competitividade. Foi com este objetivo, que se aconselharam os países da América Latina a realizar uma liberalização “gradual” e outros ajustamentos estruturais de forma a criar um sector industrial competitivo<sup>56</sup>.

Em 1980, o Banco descreveu a evolução da sua orientação político-económica desde os anos 70, marcada por uma estratégia cada vez mais concentrada no desenvolvimento de “private initiative” e “market discipline”. A orientação política do BM daquela altura, baseava-se numa conceção económica que conferia primazia do mercado e sector privado sobre o sector público. Esta estratégia do BM nos anos 80, contrastou com a estratégia da instituição nos anos 40 e 70 marcada pela confiança no sector público para desenvolver as economias e corrigir os erros do mercado.

*“Development strategies have been changing over the past decade, moving toward a greater emphasis on private activity and competitive markets. From the 1940s into the 1970s, economic policy in much of the developing and developed world was characterized by confidence in the capacity of government to spur growth and correct market failures.” (WB 1980: 68)*

Foi a partir do lançamento dos programas de ajustamento que se tornou recorrente o uso do léxico que caracterizou o discurso neoliberal. Este vocabulário

---

<sup>55</sup> “The issue of “structural adjustment” had come full circle, for it was the Development Committee, 1 at its meeting held just before the Annual Meetings of the World Bank and the International Monetary Fund in October 1979, that requested the Executive Directors of the Bank to explore the criteria that could govern program and sector loans in situations where external disequilibria had not yet become severe. In his address to the Boards of Governors at that Annual Meeting, Robert S. McNamara, President of the World Bank, noted that he had earlier indicated that he was prepared to recommend to the Bank’s Executive Directors consideration of requests for “structural adjustment” assistance. In the spring of 1980, discussion on the subject was held by the directors.” (WB 1980: 67)

<sup>56</sup> “For a number of countries, it has become clear that the maintenance of high rates of growth of non-traditional exports over the medium term will require an internationally competitive industrial sector that can come about only through gradual trade liberalization and other structural adjustments.” (WB 1980: 63)

esteve patente no primeiro empréstimo designado como “Structural Adjustment Loan (SAL I)”, à Costa do Marfim em 1981 (WB 1985), patrocinado pelo BM em parceria com o FMI<sup>57</sup>.

O relatório afirmou que o programa tinha como objetivo reduzir o investimento nos serviços públicos de forma a conformar o sector público com as leis do mercado. Sob esta perspetiva económica, o sector público deveria ser submetido perante um “espírito de economização rigoroso” de forma a dar condições aos agentes de mercado. Durante este período, a organização encarou os serviços públicos como despesa, e os países foram aconselhados a reduzir o sector público em nome da “otimização” dos recursos, e a alocarem recursos para atividades remuneratórias ou produtivas. Esta política traduziu-se em menos investimento em sectores como a saúde e a educação (WB 1985).

*“a more-efficient system of public-resources planning and utilization with view to implementing a public investment policy that not only is compatible with the resources and absorptive capacity of the Ivorian economy but also, above all, gives preference to productive and remunerative projects, optimum exploitation and proper maintenance of existing investments, priority infrastructures and essential social services, in a spirit of rigorous economizing.” (WB 1985: 28)*

Em 1985, o relatório descreveu também o processo de “ajustamento” em curso em diversos países da África subsaariana como o Gana, Costa do Marfim, Mali e Togo. Ao mesmo tempo que reconheceu a dificuldade da execução destes programas, aconselhando os países a realizarem políticas de liberalização das importações, prometendo que estas medidas iriam resolver os problemas destas economias.

*“Effective execution of Somalia's important liberalization program will be difficult, but, if successful, the effects would be far reaching.” (WB 1985: 90)*

O relatório de 1987 reforçou também a mesma tendência de defesa da liberalização, referindo que a instituição teve como estratégia a criação de um

---

<sup>57</sup> “The SAL's strategy is based on a market-oriented approach which attempts to act on the supply side”, “the program called for a capping on public expenditure” (WB 1985: 24).

ambiente que promovesse a iniciativa privada, a disciplina de mercado, e o desenvolvimento do mercado<sup>58</sup>. Todas estas medidas, reestruturaram a economia de forma a estabelecer uma nova orientação pelos princípios do mercado. Para cumprir com este desígnio foi aconselhada a redução da intervenção do Estado na economia de forma estrutural. Segundo o relatório, o governo tinha de deixar que o sector privado fosse responsável por áreas tradicionalmente do domínio público como o fornecimento e abastecimento de água.

*"Government capacities face limits, and it is encouraging that governments are seeking to harness private-sector energies in areas that many countries previously considered to be the domain of government to build and operate highways, provide own and run water supplies, for example." (WB 1987: 70)*

As medidas propostas, tiveram como objetivo desencadear uma transformação radical do papel do Estado na economia. O novo paradigma económico impôs a primazia do sector privado sobre o sector público, e o princípio do mercado sobre a distribuição mais equitativa dos recursos. Em diversas partes do relatório defenderam-se também reformas estruturais para os países do leste europeu, baseadas na liberalização do comércio, reforma fiscal, privatizações e reestruturação do sector público.

*"The economic-reform packages being adopted include various combinations of price decontrol, trade liberalization, fiscal reform, and institutional changes such as those relating to property rights." (WB 1987: 26)*

Em 2000, continuou a afirmar-se uma conceção económica dicotómica que oponha economias abertas e fechadas, garantindo-se que as economias liberais teriam maior sucesso<sup>59</sup>. Desta forma, o BM continuou a partilhar com o FMI a premissa de que o mercado era a condição necessária para o sucesso económico, apesar de confirmar que as reformas estruturais acabaram por ser insuficientes no combate à pobreza ou às desigualdades sociais.

---

<sup>58</sup> "It has always been the Bank's policy to help countries adopt a supportive, or "enabling," environment for private-sector development so that they can obtain the advantages of private initiative and market discipline in promoting efficient development." (WB 1987: 68)

<sup>59</sup> "As state-controlled, closed economies have generally failed, institutand market-based, open economies have mostly succeeded.,” (WB 1987: 11)

*“As structural reforms have proven a necessary but insufficient condition for poverty alleviation.” (WB 1987: 11)*

Nos relatórios seguintes a 2000, deu-se uma grande alteração do discurso do BM. O vocabulário dos anos 80, baseado em conceitos como “adjustment programs”, “structural reforms” ou “liberalization”, desapareceu do léxico corrente da instituição. A forma economicista e técnica dos relatórios, deu lugar a uma abordagem mais sensível aos assuntos sociais. O termo “poverty” começou a ser dominante, evidenciando uma mudança na hierarquia de objetivos da instituição, ao mesmo tempo que desapareceu a forma economicista característica dos relatórios anteriores. O novo discurso centrou-se principalmente na dimensão social, tendo ainda sido aprofundados novos temas como as alterações climáticas ou os direitos das mulheres.

Existiu nesta década uma evolução clara do discurso do BM, que se deu depois da aplicação dos programas estruturais ao longo de vários anos. O relatório de 2010 confirmou esta tendência de reformulação do discurso do BM iniciada nos anos 2000. Neste relatório, não se usou o termo “structural adjustment”, “structural reforms” ou “liberalization”. O papel quase indistinguível do FMI e BM no início dos “programas de ajustamento”, lançados por estas duas instituições levou a um desenvolvimento diferente do discurso nestas duas instituições. Na década de 2000, o BM optou por seguir cada vez mais um discurso marcado pela dimensão social e a preocupação da redução das desigualdades sociais e do combate à pobreza, ao passo que o FMI continuou de uma forma mais consistente a seguir as orientações político-económicas iniciadas nos anos 80.

#### *4.4 GATT e OMC*

O GATT, fundado em 1947, foi criado no âmbito dos acordos de Bretton Woods tal como o FMI e o BM, num contexto do pós-guerra, marcado pela rejeição do protecionismo económico.<sup>60</sup> O comércio livre internacional tinha como

---

<sup>60</sup> “Towards the end of the inter-war period it was generally recognised that the rise in restrictive trade barriers, which were largely related to the decline in world trade, would have to be counteracted or dealt with if trade was to recover and to be associated with expanding production and full employment and that only through international action could this be achieved.” (GATT

objetivo promover a estabilidade das relações internacionais mas também o “full employment”, cujo princípio garantia também a validade das medidas anti-protecionistas (GATT 1947: 2). O objetivo do “full employment” como condição essencial da expansão do comércio internacional, está patente na declaração fundadora do GATT quando afirmava que a remoção de barreiras era essencial para aumentar o comércio. O discurso keynesiano sobre a necessidade da promoção do pleno emprego como princípio justificador do comércio-livre, acabou por desaparecer no final dos anos 80 durante a governação de Reagan e Thatcher. Foi nesta mesma década que se lançaram as negociações para a criação da OMC, tendo origem no processo de negociação começado no “Uruguay Round” na Punta del Este (Uruguai), em 1986, sendo finalizado apenas no acordo de Marraquexe, em 1994.

A criação da OMC foi essencial para a continuidade do processo de liberalização dos países europeus. A partir de 1997, vários países europeus liberalizaram grande parte da sua economia com base nos tratados que assinaram no âmbito desta organização. A UE e os seus estados-membros, enquanto membros da OMC, acabaram também por participar no processo internacional de liberalização do comércio, contribuindo para o seu aprofundamento. Estes acordos internacionais, datados da década de 90, acabaram por estruturar as regras da globalização económica sob as quais a UE se rege. Foi neste contexto em que a UE foi socializada no discurso neoliberal, através das normas e orientações dominantes das instituições que estruturam o processo de globalização. Na declaração a 15 de abril de 1994, os países signatários declararam o seu compromisso na criação de um sistema de comércio internacional baseado em políticas económicas “abertas”, orientadas para o mercado, e nos compromissos negociados nos acordos de Uruguai.

*“Determined to build upon the success of the Uruguay Round through the participation of their economies in the world trading system, based upon open, market-oriented policies and the commitments set out in the Uruguay Round Agreements and Decisions” (Marrakesh Declaration 1994: iii)*

Todos estes compromissos internacionais tiveram como princípios basilares as políticas neoliberais partilhadas pelo FMI e BM. Os princípios do discurso neoliberal serviram de orientação para as negociações da “Uruguay Round” que esteve na origem da OMC. Nesta declaração que visava estabelecer a OMC, afirmava-se o objetivo programático da redução de 40% nas tarifas mundiais de acordo com uma abertura vasta do mercado de bens, *“the global reduction by 40 per cent of tariffs and wider market-opening agreements on goods” (Marrakesh Declaration 1994: iii)*. No texto fundacional está subentendido que estas medidas levariam a um comércio mundial cada vez mais “aberto”, que é utilizado como sinónimo de progresso.

*“Ministers express their determination to resist protectionist pressures of all kinds. They believe that the trade liberalization and strengthened rules achieved in the Uruguay Round will lead to a progressively more open world trading environment.” (Marrakesh Declaration 1994: iv)*

No entanto, neste discurso já não se referia a questão do “pleno emprego” como um dos princípios que justificavam a necessidade da liberalização económica, ao contrário dos típicos discursos que podiam ser encontrados na fundação do GATT. No discurso dos anos 90, o crescimento económico é o princípio que justifica todo este processo de construção de um mercado global liberalizado. No primeiro relatório anual da OMC, em 1998, anunciou-se a vitalidade do combate ao protecionismo económico, e a vontade de avançar progressivamente no sentido de uma maior liberalização da economia mundial. A organização tornou patente que o caminho da liberalização económica era essencial para garantir a “saúde” da economia mundial, e que caso este processo parasse existiria um risco de recessão. O discurso baseado na dicotomia entre liberalização ou protecionismo, abertura ou fechamento, acabou por reforçar a ideia de que não existia um caminho alternativo ao processo de liberalização económica que não passasse por um protecionismo estrito. No primeiro relatório encontra-se patente a ideia de que não havia outra alternativa de progresso e crescimento que não passasse pela liberalização advogada pela organização. Os opositores do processo de liberalização foram caracterizados como sendo defensores de um protecionismo que se julga estrito, fechado e atrasado.

*“Resisting protectionism is vital – but it is not enough. Pressing on with trade liberalization is essential to restore health to the world economy. If the momentum in the direction of liberalization stops, recession becomes a real prospect.”(OMC 1998: 2)*

O órgão consultor “Trade Policy Review Body” da OMC, no relatório de 1998, declarou a especial ligação de complementaridade entre as medidas de liberalização, desregulação, reformas estruturais e estabilidade económica. O órgão de consulta da OMC, conferiu uma autoridade científica que se revestia de independência e que confirmava o sucesso destas medidas económicas. O programa de medidas aconselhado pelo relatório da OMC, encontra-se assim, em absoluta sintonia com a orientação política do FMI e BM<sup>61</sup>.

Os principais fatores internacionais descritos pela OMC como sendo os principais eventos do processo de liberalização dos países desenvolvidos, foram o acordo ACT<sup>62</sup> lançado ainda no tempo do GATT em 1994, e a decisão de completar o processo do livre comércio de têxteis, em conjunto com a ronda de negociações do Uruguai.

*“The outcome of these events, together with the Uruguay Round tariffication of non-tariff measures on agricultural products and the ongoing phasing-in of tariff reductions on industrial products in general, is that the scope of quantitative restrictions maintained by industrialized countries has been dramatically reduced, and that the average level of tariffs on manufactures is steadily declining.”(WTO 1998: 23)*

No discurso da OMC, a liberalização era inclusive a solução para os problemas causados pelo próprio processo de liberalização. As desvantagens do processo de liberalização, foram concebidas como efeitos secundários que não deviam ser tomados como elementos tão importantes que pudessem colocar em causa a necessidade das reformas. Segundo a organização, a solução para os prejudicados com a globalização económica promovida pelo FMI, BM e OMC,

---

<sup>61</sup> “In other reviews, the TPRB was at pains to emphasize the links between stable macroeconomic policies, trade liberalization and economic growth, and the role of trade liberalization and deregulation in structural reform programmes.” (WTO 1998: 24)

<sup>62</sup> “Agreement on Textiles and Clothing”, acordo de liberalização da indústria têxtil.



estava na aplicação de mais reformas estruturais. Este padrão de resolução dos problemas a partir de mais reformas estruturais sem conclusão, foi um padrão discursivo que também caracterizou o discurso da CE em 2010 – 2014.

*“Helping those who are hurt by trade liberalization builds much needed support for continuing trade liberalization.” (WTO 1998: 48)*

A OMC revelou nos seus relatórios que a UE foi consistente na adoção dos programas de liberalização económica. Os relatórios dos anos 90, evidenciam também que a UE prestou uma colaboração próxima com a organização no cumprimento dos acordos assinados em prol da liberalização económica<sup>63</sup>.

Em 1999, a OMC congratulou os diversos esforços de integração económica regional, como o alargamento da UE, NAFTA<sup>64</sup>, ASEAN<sup>65</sup>, MERCOSUR<sup>66</sup> e APEC<sup>67</sup>, os quais foram apresentados como grandes conquistas para a liberalização económica mundial. A OMC compreendeu que a liberalização da economia no âmbito regional foi um forte passo no sentido da integração económica global.

*“Regional integration agreements have become increasingly prominent in the 1990s. The enlargement of the EU, NAFTA and ASEAN, and the establishment of MERCOSUR and APEC are among the largest undertakings.” (WTO 1999: 21)*

#### 4.5 Crítica ao “Consenso de Washington”

Depois de décadas de reformas estruturais, o aparente consenso começava a encontrar cada vez mais críticas entre economistas de referência. Uma das principais críticas à globalização promovida pelo “Consenso de Washington” foi elaborada por Joseph Stiglitz (2002), em “Globalizations and its Discontents”, nesta obra o economista refere que as políticas promovidas pelo FMI baseavam-se em pressupostos teóricos errados e em medidas prejudiciais para as economias em desenvolvimento, levando a um fraco crescimento, pobreza e aumento das

---

<sup>63</sup> “The EU ’s schedule was wholly consistent with its liberalization obligations.” (WTO 1998: 150)

<sup>64</sup> Tratado norte-americano de livre comércio entre o Canadá, EUA e México.

<sup>65</sup> Organização internacional de nações do sudeste asiático.

<sup>66</sup> Mercado comum do sul entre os países sul americanos.

<sup>67</sup> Organização intergovernamental para a cooperação do ásia-pacífico.

desigualdades. Nesta obra, o autor refere que as medidas do FMI deixaram de ter como objetivo a estabilidade da economia internacional, por se terem tornado numa expressão dos interesses do sector económico e financeiro de Wall Street (Stiglitz 2002).

Stiglitz (2002) indica que o FMI elaborou os programas de reformas estruturais a partir do pressuposto de que a autorregulação produziria bons resultados económicos. Em oposição a estes pressupostos dogmáticos, o autor constatou que a regulação seria necessária para responder às imperfeições do mercado de forma a gerir os problemas da globalização (Stiglitz 2002). No mesmo sentido, Krugman (1987) identifica que a crença na vantagem competitiva<sup>68</sup> e no comércio livre seriam os elementos centrais do credo neoliberal do FMI.

Tanto Stiglitz (2002) como Krugman (1987) concluíam que o “Consenso de Washington” caracterizado pelo credo neoliberal, esteve na origem do aumento das desigualdades e da volatilidade do sistema económico-financeiro. Segundo Stiglitz (2008), a abertura do mercado de capitais expôs os países a uma volatilidade internacional, promoveu políticas-económicas falhadas, e colocou os países dependentes dos credores. O economista sintetizou as principais falhas do consenso e retirou cinco lições, que refere como sendo consensuais perante os economistas contemporâneos: a) a estratégia de desenvolvimento só poderá existir com a participação dos países em desenvolvimento; b) não há um modelo único que sirva para todos os casos; c) falta de prova científica na comprovação de que a liberalização resulta em todos os casos; d) o desenvolvimento económico não requer necessariamente o Estado mínimo mas sobretudo um “balanced role”; e) o desenvolvimento económico surge da articulação do mercado com as instituições públicas (Stiglitz 2008: 54).

Dani Rodrick (2006), partilha da mesma opinião do prémio nobel, sobre a existência de um consenso de que as reformas estruturais não tiveram o efeito esperado inicialmente e da necessidade de adaptar as medidas económicas ao contexto. Krugman (2008) também refere que o “Consenso de Washington” foi o principal responsável pelo aumento exponencial das desigualdades sociais. O economista indica que a disparidade entre os rendimentos aumentou na sociedade

---

<sup>68</sup> i.e a ideia de que a divisão do trabalho internacional leva a uma maior especialização das economias que beneficiando a qualidade dos produtos e a economia internacional como um todo.

americana, ao mostrar que salário médio nos EUA teve um crescimento residual comparado com o crescimento dos 5% mais ricos. Os dados apresentados evidenciam que o crescimento económico não beneficiou todas as camadas da população por igual, e que o maior crescimento se reflete nos mais ricos (Krugman 2008).

Os críticos do “Consenso de Washington” reconhecem que a desigualdade de rendimentos cresceu na Europa e EUA, causada por uma alteração da política fiscal que reduziu drasticamente os impostos sobre as classes mais favorecidas e a partir da liberalização do mercado iniciados por Reagan e Thatcher (Stiglitz 2008; Krugman 2008; Piketty 2017; Harvey 2007). Piketty (2017) corrobora a tese de que o aumento das desigualdades promovido pela redução da taxa sobre os mais ricos em países como os Estados Unidos e Reino Unido, não contribuiu para um aumento da produtividade como era advogado pelos defensores neoliberais. O economista francês torna evidente que a tese do “trickle down economics”, em que se baseava o programa neoliberal de Reagan e Thatcher - assente na ideia de que a redução da carga fiscal sobre as grandes fortunas acabaria por beneficiar os mais pobres -, acabou por não realizar o efeito esperado (Piketty 2017).

As críticas ao neoliberalismo também surgiram no quadro de organizações como o FMI, estando patente em artigos como “Neoliberalism: Oversold?” (2016) que identificaram que o aumento da desigualdade teve origem nos programas de liberalização e austeridade económica (Ostry et al, 2016). Este relatório publicado pelo FMI, concluiu que as medidas promovidas pela agenda neoliberal afetaram de forma negativa o crescimento económico, por não terem em conta que as desigualdades afetam a durabilidade e o nível de crescimento económico (Ostry et al, 2016, 40-41)<sup>69</sup>. Outros relatórios, como o de Barro e Lee (2005), apontam para a mesma evidência em “IMF Programs: “Who Is Chosen and What Are the Effects?”, concluindo que os programas do FMI tendem a provocar consequências económicas adversas, como baixo crescimento económico e pouco investimento. A partir de uma análise empírica, o relatório declara que os países estariam melhor se

---

<sup>69</sup> “The increase in inequality engendered by financial openness and austerity might itself undercut growth, the very thing that the neoliberal agenda is intent on boosting. There is now strong evidence that inequality can significantly lower both the level and the durability of growth . (Ostry et al, 2016: 40-41)

não tivessem que seguir os programas de ajustamento estrutural<sup>70</sup>. (Barro e Lee 2005)

Todas estas conclusões são corroboradas por Przeworski e Vreelan (2000), que reafirmam a tese de que a participação nos programas estruturais baixa o rácio de crescimento durante o tempo de execução. Os países analisados por este relatório só voltaram a crescer depois da aplicação do programa, mas não tão rapidamente caso não tivessem executado as medidas propostas<sup>71</sup> (Przeworski e Vreelan 2000). Todos estes críticos acabam por identificar o “Consenso de Washington” como um modelo rígido com pouca sustentação empírica, que aumenta as desigualdades, reduz o crescimento económico e cria problemas sociais (Krugman 2008; Stiglitz 2008; Przeworski e Vreelan 2000; Barro e Lee 2005; Ostry et al, 2016; Pikkety 2017).

---

<sup>70</sup>“The bottom line is that IMF loan programs tend to have adverse economic consequences. The harm shows up in lower economic growth and investment and less rule of law, offset by an increase in international openness. We conclude that the typical country would be better off if it could commit itself not to be involved with IMF loan programs.” (Barro e Lee 2005: 1245-1269)

<sup>71</sup> “Program participation lowers growth rates for as long as countries remain under a program. Once countries leave the program, they grow faster than if they had remained, but not faster than they would have without participation.” (Przeworski e Vreelan 2000)

## Capítulo V - Discurso ordoliberal no quadro regional UE

No seguinte capítulo, analisa-se o desenvolvimento do discurso ordoliberal, no âmbito do contexto regional da integração europeia, recorrendo aos princípios pactos e tratados. Primeiro, abordam-se as origens liberais do projeto europeu nos primeiros tratados, em seguida, identifica-se o “footprint” do discurso ordoliberal no Tratado de Maastricht, Pacto de Estabilidade e Crescimento e Pacto Orçamental (TECG). Por último, descreve-se o contexto político que marcou o mandato da CE 2010 – 2014.

### 5.1 Origens liberais do projeto europeu

As orientações políticas do quadro global composto pelas organizações como o FMI, BM e OMC, influenciaram o desenvolvimento do ordoliberalismo no âmbito regional da UE. Foi sob este contexto do “Consenso de Washington”, que organizações como a UE foram socializadas, e em que o ordoliberalismo europeu ganhou maior influência na UE.

A UE enquanto organização supranacional, resultado de um processo de integração, que está para lá da mera confederação e aquém do federalismo, pode ser classificada como *Staatenverbund*<sup>72</sup> ou “união de estados”. Esta organização caracteriza-se também por ser baseada num ideário liberal das relações internacionais que promove o multiculturalismo e que rejeita a “power politics”<sup>73</sup> e a balança de poder europeia.

Enquanto projeto político, a UE construiu a sua identidade a partir da rejeição da “Europa dos nacionalismos” que esteve na origem da Segunda Guerra Mundial. Desta forma, o projeto de integração partiu da rejeição da balança de poder dos nacionalismos para construir um novo paradigma de relações entre Estados. É no contexto da nova “Ordem Liberal”, garantida pelas instituições do Bretton Woods e sob a égide do poder dos Estados Unidos da América, que se

---

<sup>72</sup> Classificação oficial do Tribunal Constitucional alemão para categorizar a EU, que significa “união de estados”.

<sup>73</sup> Conceção de poder baseada nas teorias realistas das Relações Internacionais que concebem o sistema internacional como uma luta de poder entre as nações num sistema internacional anárquico.

estabeleceu o projeto europeu (Krasner 2009). O paradigma europeu do pós-guerra foi baseado na pacificação da relação entre a França e a Alemanha, partindo da ideia de que uma integração progressiva da economia, levaria a uma pacificação das relações entre os Estados. O discurso político liberal esteve presente de forma explícita nos documentos fundadores da integração europeia, como na Declaração de Schuman (1950), a partir da referência da interdependência económica como forma de garantir a paz.

*“The pooling of coal and steel production should immediately provide for the setting up of common foundations for economic development as a first step in the federation of Europe “(Schuman Declaration, 1950)*

A criação da CECA evidenciou uma clara orientação liberal internacionalista, mas não no sentido ordoliberal. Apenas se defendia que a partir da criação de laços económicos se estabeleceriam as condições para a paz política no continente europeu. Esta gradual interdependência económica teria como principal objetivo afastar qualquer forma de antagonismo entre a França e a Alemanha, ao estabelecer um novo paradigma regional entre os Estados. A mesma ideia liberal esteve patente no Tratado de Paris em 1951, assinado por Schuman e Adenauer, quando se propôs substituir as rivalidades seculares através de uma fusão dos interesses essenciais com o objetivo de lançar as bases para instituições capazes de fazer com que os povos europeus pudessem partilhar um futuro pacífico em comum.

*“RÉSOLUS à substituer aux rivalités séculaires une fusion de leurs intérêts essentiels, à fonder par l'instauration d'une communauté économique les premières assises d'une communauté plus large et plus profonde entre des peuples longtemps opposés par des divisions sanglantes, et à jeter les bases d'institutions capables d'orienter un destin désormais partagé .(Tratado de Paris 1951)*

A ideia da pacificação a partir das relações económicas orientadas por uma racionalidade económica dos agentes, encontra-se também na obra de Kant e na ideia liberal das relações internacionais, como de Adam Smith ou Locke. A integração europeia, fez-se a partir do princípio liberal da integração,

materializado na experiência política da CECA. A partir desta integração, o processo expandir-se-ia por via de um processo de “spill-over”<sup>74</sup> que se alargaria a outras áreas (Haas 1958). É sobre este princípio liberal das relações internacionais que se instaura o processo de integração europeia (Kant 1795/1903, Doyle 1986). Segundo Moravcski (1998), o processo de integração europeia é o resultado de uma série de escolhas racionais feitas pelos governos de acordo com os seus interesses nacionais em resposta aos incentivos estruturais da economia mundial. Sob esta perspetiva, a integração europeia sempre avançou numa determinada direção a partir de coligações de diferentes interesses nacionais economicamente orientados (Moravcski 1998). Neste sentido, os Tratados e os pactos são uma expressão da relação de forças intergovernamental e não um resultado meramente técnico (Moravcski 1998). A política económico-financeira europeia foi estabelecida com base num compromisso entre o dirigismo francês e o ordoliberalismo alemão, que acabou por ter este último como influência dominante, principalmente a nível da integração monetária e regras de competitividade do mercado interno europeu (Warlouzet 2019). A credibilidade monetária e económica alemã acabou por favorecer o ordoliberalismo alemão em detrimento do dirigismo francês na orientação da política financeira e monetária da zona euro (Warlouzet 2019).

É num contexto de maior influência política da Alemanha, que o ordoliberalismo ganha uma maior influência a nível europeu, ganhando maior expressão que o dirigismo francês, que se pautava por ser mais protecionista, mais aberto ao investimento público europeu e à intervenção do Estado na economia (Nedegaard 2013).

O Tratado de Maastricht, Pacto de Estabilidade e Crescimento, a Troika, bem como o Pacto Orçamental (TECG) na União Económica e Monetária, que são analisados neste capítulo, acabaram também por ser uma expressão desta relação de forças a nível intergovernamental (Beck e Kotz 2017).

---

<sup>74</sup> O fenómeno identificado pela teoria neofuncionalista de Haas revela que a integração de um sector cria uma dinâmica de incentivos para o aprofundamento da integração noutras áreas.

## 5.2 Tratado de Maastricht

*“German officials were particularly concerned about a situation of moral hazard, in which unlimited support would encourage other countries to run indefinite deficits while forcing Germany to accept higher inflation. The result was the economist position: Germany agreed to accept constraints on its own monetary policy only if other countries fulfilled two preconditions: macroeconomic convergence to low inflation, and capital liberalization. The German government first announced this policy in 1965.” (Moravcski 1998)*

O Tratado de Maastricht foi assinado em 1992 em pleno “Consenso de Washington”, tendo como horizonte a criação da moeda única. Neste contexto, instituições como o FMI, OMC e BM, promoveram abertamente um programa de liberalização extensiva da economia mundial. Nos principais propósitos do Tratado de Maastricht estava patente a intenção de liberalizar o mercado europeu interno em relação ao livre movimento de bens, pessoas, serviços e capital. Com o Tratado de Maastricht institucionalizou-se o ordoliberalismo com influências da conjuntura neoliberal no quadro europeu (Beck e Kotz 2017).

*“(...) an internal market characterized by the abolition, as between Member States, of obstacles to the free movement of goods, persons, services and capital;” (Tratado de Maastricht 1992: 12)*

O Tratado propôs-se coordenar a política económica e financeira, e para concretizar tal objetivo, aconselharam-se os países a orientarem a sua política económica de acordo com os princípios do mercado livre, competitivo e aberto. Todo este discurso encontrou ressonância nos documentos do FMI e da OMC datados do início da década de 90. Foi declarado como princípio basilar a abolição de todas as restrições ao movimento de capitais entre países membros, e entre países membros e países terceiros. Desta forma, consagrou-se a liberalização de capitais como princípio orientador da integração europeia e da posição da



comunidade com países terceiros<sup>75</sup>.

A integração europeia ganhou um cunho ordoliberal através da criação das regras monetárias que estabeleceram os princípios que estão na base da integração monetária e financeira (Wren-Lewis 2015; Dullien e Guérot 2012; Nedegaard 2013; Beck e Kotz 2017). Entre as principais normas que estruturaram a arquitetura da zona euro, está a regra dos 3% de défice, o rácio da dívida de 60% do PIB, e o nível de inflação de modo a garantir “sound finances”. O Tratado de Maastricht, foi assim criado sob uma doutrina macroeconómica que favoreceu a adoção de políticas de austeridade baseadas num forte controlo do défice sobre medidas de estímulo financeiro financeira (Wren-Lewis 2015; Dullien e Guérot 2012; Nedegaard 2013; Beck e Kotz 2017).

Moravcski (1998) revela também que estas regras monetárias foram inicialmente propostas pela Alemanha com o objetivo de controlar a inflação, tendo sido uma condição essencial para a adesão deste país à moeda única. A tentativa de compromisso entre o dirigismo francês e o ordoliberalismo alemão efectuada no âmbito das negociações do Tratado de Maastricht, acabou por permitir uma maior influência da doutrina alemã na integração monetária que se sustentava na credibilidade da moeda do país (Warlouzet 2019; Beck e Kotz 2017).

As regras ordoliberais do Tratado de Maastricht foram aprofundadas especialmente com a entrada em vigor do Pacto de Estabilidade e Crescimento e o Pacto Orçamental (TECG), que garantiram o aprofundamento das regras de Maastricht através do reforço da vigilância e controlo sobre as contas públicas dos Estados-membros (Busch et al, 2013; Beck e Kotz 2017).

### *5.3 Pacto de Estabilidade e Crescimento e Pacto Orçamental*

O Pacto de Estabilidade e Crescimento teve como principal função fazer cumprir as regras acordadas no Tratado de Maastricht, de forma a garantir que os países se comprometiam a orientar as suas políticas pela “sound finance” em prol da estabilidade e coordenação da zona euro (Busch et al, 2013).

---

<sup>75</sup> “Within the framework of the provisions set out in the Chapter, all restrictions on the movement of capital between Member States and between Member States and third countries shall be prohibited.” (Tratado de Maastricht 1992: 3)

Desde a entrada em vigor de Maastricht que o Pacto de Estabilidade e Crescimento foi reforçado, principalmente em 1997, no sentido de uma maior vigilância e controlo sobre as contas públicas dos Estados-membros. Em 1997, decretou-se o regulamento que entrou em vigor em 1999 sobre as medidas corretivas a aplicar aos países, e declarou-se quais seriam os desígnios do reforço do “Pacto de Estabilidade e Crescimento”. Entre os principais objetivos, constaram as finanças públicas sãs, o controlo da inflação, e crescimento sustentável forte conducente à criação de emprego. O termo finanças públicas sãs acabou por repetir a ideia de “sound finances” encontrada nos documentos do FMI, BM e OMC. Todas estas regras europeias foram fortemente influenciadas pelo ordoliberalismo alemão, que pretendia conformar os países a partir de regras claras que preservassem a “ordem” da zona euro (Dullien e Guérot 2012; Beck e Kotz 2017). Estas regras pretendiam assegurar a conformação dos Estados de acordo com as leis de um mercado competitivo, que prescressem regras claras com o objectivo de atingir défices baixos e baixa inflação (Dullien e Guérot 2012; Beck e Kotz 2017).

*“Considerando que o Pacto de Estabilidade e Crescimento se baseia num objectivo de finanças públicas sãs como meio de reforçar as condições de estabilidade dos preços e de um crescimento sustentável forte conducente à criação de emprego” (JOCE 1997, N°L209/10)*

As medidas de “controlo” e “disciplina orçamental” (JOCE 1997) das contas públicas justificaram-se em nome da estabilidade e funcionamento correto da moeda única. Foi a partir desta mesma justificação que se reforçaram os mecanismos de “correção” e o processo de vigilância das contas públicas dos Estados-membros de cariz ordoliberal (Beck e Kotz 2017). O termo “disciplina”, tornou-se cada vez mais usado no âmbito da zona euro, e o discurso ganhou um cunho moral que associava as “alternativas” como comportamentos “indisciplinados” que deveriam ser sancionados por mecanismos burocráticos e automáticos<sup>76</sup>. A sanção revelou-se como um instrumento de punição essencial para fazer com que os objetivos do Tratado de Maastricht fossem cumpridos. Caso

<sup>76</sup>“Considerando que para que a UEM funcione correctamente é necessário que a convergência dos resultados económicos e orçamentais dos Estados -membros que adoptaram a moeda única, adiante designados « Estados-membros participantes », se revele estável e duradoura; que na terceira fase da UEM a disciplina orçamental é necessária para salvaguardar a estabilidade dos preços” (JOCE 1997, N°L209/10)

os países não cumprissem com a orientação político-económica consagrada no Tratado de Maastricht - especialmente a regra dos 3% de défice – , estes seriam punidos de acordo com mecanismos automáticos de sanção que pretendiam ser concebidos como neutrais ou procedimentos técnicos<sup>77</sup>.

Nas diretivas conhecidas por “Six Pact”, propostas pela dupla Sarkozy e Merkel, pretendeu garantir-se que os países passariam a prestar informações atempadas sobre a gestão das suas contas públicas perante as entidades europeias no controlo das contas públicas dos Estados-membros. Também se delegou à CE um papel mais presente no processo de elaboração das previsões e decisão sobre as estratégias a adotar para que os Estados cumprissem com os critérios do Tratado de Maastricht. Esta diretiva teve como objetivo conseguir fazer com que passasse a existir uma maior transparência na prestação de informação sobre a gestão do orçamento público dos Estados de forma a garantir que estes estariam empenhados no cumprimento da “disciplina orçamental” e que não seguiriam políticas macroeconómicas erróneas.

*“As previsões macroeconómicas e orçamentais erróneas e irrealistas podem prejudicar consideravelmente a eficácia do planeamento orçamental e, consequentemente, comprometer o empenho no cumprimento da disciplina orçamental, enquanto que a transparência e a discussão das metodologias previsionais podem aumentar significativamente a qualidade das previsões macroeconómicas e orçamentais necessárias ao planeamento orçamental.”*  
(PEC 2011)

Apesar das diretivas apresentarem um discurso pretensamente independente, técnico e meramente burocrático. Os Estados-membros foram “aconselhados” a evitar uma política orçamental pro cíclica (possivelmente keynesiana), que era associada a uma conduta macroeconómica expansionista e, portanto, errónea do ponto de vista da consolidação orçamental (Stiglitz 2016). Desta forma se encontra patente uma normatividade ordoliberal que se apresenta como politicamente neutra por parte das instituições europeias, que pretendem

---

<sup>77</sup>“Quando o défice excessivo resultar do não cumprimento do critério relativo à relação do défice orçamental referida no n.º 2 , alínea a ), do artigo 104.º C, o montante do primeiro depósito incluirá uma componente fixa , correspondente a 0,2 % do PIB, e uma componente variável correspondente a um décimo da diferença entre o défice expresso em percentagem do PIB no ano anterior e os 3 % do valor de referência do PIB. “ (JOCE 1997, N.º L209/10)

ser concebidas como um mero “guardião” da ordem económica consagrada nos Tratados.

*“Os Estados-Membros deverão evitar a adopção de políticas orçamentais procíclicas e, perante uma conjuntura económica mais favorável, os esforços de consolidação orçamental deverão ser reforçados. Regras orçamentais numéricas claramente enunciadas conduzem à consecução destes objectivos e deverão ser reflectidas na lei do orçamento anual dos Estados-Membros.” (TECG, 2012)*

Esta tendência para reforçar os mecanismos de punição e vigilância sobre as contas públicas dos Estados-membros no sentido de evitar políticas macroeconómicas alternativas acabou por estar também patente no Pacto Orçamental (TECG) assinado em 2012 (Busch et al 2013). Neste tratado intergovernamental, estabeleceu-se que a regra do défice fosse transposta para o quadro constitucional dos Estados-membros, bem como se tornou automático o processo de adoção de “medidas corretivas”. Este tratado foi elaborado num contexto em que o discurso político assumiu formas cada vez mais “disciplinadoras” sobre os países “incumpridores”, “maus alunos”, ou “países que andam a viver acima das suas possibilidades”<sup>78</sup>. Este reforço das regras orçamentais correspondeu às preferências da Alemanha e de países como Holanda ou Finlândia, que se mostraram favoráveis à introdução de sanções automáticas e do limite constitucional ao endividamento público (Moury 2016).

Com o Pacto Orçamental (TECG), a regra da política macroeconómica foi transposta para o quadro legal dos Estados-membros, com a inclusão da regra de 0.5% de défice estrutural (TECG 2012). A política macroeconómica promovida no Tratado de Maastricht, reforçada pelos PEC's e pelo Pacto Orçamental (TECG), eliminava a possibilidade de políticas económicas keynesianas ou expansionistas (Busch et al, 2013). Existiu desta forma uma transposição de uma normatividade ordoliberal para o quadro jurídico dos países, que impediu que estes adotassem outro tipo de políticas económicas, restringindo as possibilidades de decisão das

---

<sup>78</sup> “TENDO PRESENTE que a necessidade de os governos manterem finanças públicas sãs e sustentáveis e de evitarem défices orçamentais excessivos é determinante para preservar a estabilidade de toda a área do euro e, consequentemente, exige a introdução de regras específicas, incluindo uma "regra de equilíbrio orçamental" e um mecanismo automático para a adoção de medidas corretivas” (TECG, 2012)

democracias<sup>79</sup> (Beck e Kotz 2017).

A “regra de equilíbrio orçamental” estabeleceu que os países com dívidas acima dos 60% do PIB não pudessem ter um déficit estrutural acima dos 0,5, e aqueles que têm dívidas abaixo, não pudessem ultrapassar do 1% de déficit estrutural. Estas medidas consagradas no Pacto Orçamental (TECG) acabaram por introduzir uma “disciplina financeira” que impossibilita a adoção de medidas pro-cíclicas (Stiglitz 2013). Estas restrições macroeconómicas, fazem com que alguns Estados-membros, como o caso de Portugal ou Grécia, tivessem de seguir um caminho de contenção permanente do investimento público. Todas estas condicionantes, acabaram por forçar os países a ter de reduzir o papel do Estado na economia de acordo com os princípios do mercado, o que levou a um deterioramento das condições de financiamento do modelo social europeu.

#### 5.4 Contexto político da Troika

*“We certainly live in a democracy and are also glad about this. This is a parliamentary democracy. Therefore the budget right is a core right of parliament. To this extent we will find ways to shape parliamentary co-decision in such a way that it is nevertheless also market- conforming, so that the respective signals emerge on the market.” (Merkel 2011)*

A preponderância alemã no quadro regional europeu tornou-se mais evidente na crise das dívidas soberanas, pelo seu poder económico, moeda credível e maior quota de financiamento nos pacotes de resgate e BCE (Art 2015; Dullien e Guérot 2012; Franz-Josef 2015; Stiglitz 2014). O consenso ordoliberal da elite alemã sobre as reformas estruturais, e a necessidade conformar as democracias de acordo com os princípios do mercado, tanto da CDU/CSU/FDP e SPD, levaram a que este processo tivesse a Alemanha como principal agente da aplicação do programa de austeridade (Dullien e Guérot 2012). A preponderância eleitoral do

---

<sup>79</sup>“REGISTANDO que, nos termos do artigo 273.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, o Tribunal de Justiça da União Europeia deverá ser competente para decidir do cumprimento da obrigação de as Partes Contratantes transporem a "regra de equilíbrio orçamental" para os respetivos ordenamentos jurídicos nacionais, através de disposições vinculativas, permanentes e, de preferência, a nível constitucional” (TECG 2011)

PPE na CE em 2010, a liderança Sarkozy em França, e o apoio dos países nórdicos e de leste, foram também importantes para avançar com o programa de reformas estruturais. Todos estes fatores contribuíram para uma coligação de interesses que formou o discurso dominante da CE entre 2010 e 2014.

O Governo grego de Papandreou foi o primeiro a ter a atenção internacional dos mercados para uma possibilidade de bancarrota. Apesar de em 2009 o Governo grego negar a possibilidade de um “default”, em 2010 foi aprovado o “pacote de ajuda financeira” no valor de 110 biliões de euros com acordo do FMI e dos Estados-membros. Desta forma, transferiu-se o risco da dívida dos investidores privados (bancos alemães e franceses) para o FMI, BCE, FEEF e MEE.

É neste contexto que se formou a “Troika”, representada pelas três instituições - CE, BCE, e FMI, com o intuito orientar a execução dos programas estruturais aplicados na Grécia, Irlanda e Portugal. O programa de reformas estruturais teve como principais sectores de incidência o mercado laboral, pensões e o sector público.<sup>80</sup> Em todo este processo negocial também se revela que a CE teve um papel mais intrasigente na promoção das medidas de austeridade do que o próprio FMI (Moury 2016).

As principais medidas orientadoras do programa de reformas estruturais defendidas pela Troika estão patentes também no “First Review Mission To Portugal” de 2011. Entre os principais objetivos, estava a abertura da economia à competição, redução do envolvimento do governo na atividade do sector privado, a abolição dos direitos especiais do Estado nas empresas com participação pública e a flexibilização laboral. As principais medidas apresentadas acabaram por repetir os tradicionais programas estruturais aplicados pelo FMI e BM desde dos anos 80, que defendiam a redução do papel do Estado na economia e a “abertura da economia à competição” patentes nos discursos neoliberais anglo-saxónico. O discurso da CE reiterou a mesma ideia dos anteriores programas, baseando-se numa conceção de desenvolvimento económico que confere prioridade a uma expansão da lógica de mercado e suprime a intervenção do Estado na economia

---

<sup>80</sup>“**Structural reforms** are making progress. Legislation covering aspects of the labor market, the liberalization of closed professions, health care reform, licensing, and the competition authority has either been passed, or soon will be.” (EC, ECB, IMF Third Review Mission to Greece 2011)

semelhante ao discurso neoliberal anglo-saxónico.<sup>81</sup>

No memorando apresentado ao país aconselharam-se medidas como a privatização das principais empresas públicas, redução do investimento público, bem como a redução dos direitos laborais, cortes e congelamentos nas pensões e ordenados da função pública. O programa acabou por defender as mesmas orientações do programa grego e português, que se traduziram na redução dos salários da função pública, redução do investimento público e dos direitos laborais.<sup>82</sup>

Nos três países, o memorando de entendimento defendeu um programa de privatizações de empresas públicas, redução de investimento público, congelamento e corte de salários e pensões, bem como a alteração dos códigos laborais. Existiu também uma estratégia comum que apostou na consolidação das contas públicas através de políticas de compressão salarial. A terapia de choque que visava a reformulação do papel do Estado nas economias e a compressão salarial e de pensões, utilizou o momento oportuno da urgência provocada pela crise financeira para avançar com reformas desejadas tanto pela CE. O discurso encetado pela Troika revelou o mesmo léxico e a mesma política macroeconómica utilizada nos diversos “programas estruturais” neoliberais datados desde os anos 80. É com base na identificação da origem da crise, no pressuposto destes países “viverem acima das suas possibilidades”, que o discurso da CE elaborou a justificação das reformas para as quais “não há alternativa”.

No entanto, o resultado dos programas estruturais foi duramente criticado por economistas como Piketty (2015), Krugman (2015), Stiglitz (2016), por ter agravado a recessão. Os dois economistas, Piketty (2015) e Stiglitz (2016) apontaram para as consequências económicas e sociais da aplicação do programa

---

<sup>81</sup> “The success of the program hinges above all on the opening of the economy to competition. Reducing government involvement in private sector activity and establishing a level playing field for firms is critical in this regard, and the Government is up to a good start with the abolishment of the special rights of the state in private companies ahead of schedule. Labour market reforms to align the protection and rights under fixed and open-ended contracts are advancing, and the authorities are working on a proposal to create an employer-financed fund for paying out workers’ severance entitlements.” (EC, ECB, IMF 2011, First Review Mission to Portugal)

<sup>82</sup> “Also, a further adjustment of government expenditure, including in particular the public sector wage bill, is needed to keep fiscal consolidation on track. Finally, unemployment remains high, constituting an urgent policy priority. Emerging bottlenecks, especially in relation to the activation of the long-term unemployed, need to be tackled resolutely in the months ahead.” (EC Ninth Review of Ireland, 2013)

de austeridade, nomeadamente no caso grego, que chegaram a produzir taxas de desemprego acima dos 20%, levando a um aumento exponencial da dívida até aos 170% do PIB, e a graves problemas sociais. Além da grave crise social, a austeridade acabou por agravar as desigualdades entre os países da zona euro, não só pela queda do PIB, como pela migração de capital e força de trabalho dos países mais vulneráveis para os mais ricos (Stiglitz 2016).

Neste sentido, as falhas na arquitetura da moeda única e a resposta à crise da zona euro a partir do programa da Troika, acabaram por aprofundar a divergência das economias e a falta de coesão social a nível da EU (Stiglitz 2016).

## **Capítulo VI - Discurso da CE 2010 – 2014**

No presente capítulo, analisa-se o perfil e principais discursos do Presidente e Comissário dos Assuntos Económicos e Monetários da CE 2010 – 2014. Primeiro, aborda-se o perfil do Presidente da Comissão Europeia e os discursos do Estado da União de 2010 a 2014. Por último, investiga-se o perfil do Comissário dos Assuntos Económicos e Monetários, bem como os seus discursos de forma a identificar os principais conceitos que estruturam o seu pensamento político.

### *6.1 Perfil do Presidente da CE*

José Manuel Durão Barroso, nasceu em a 23 de março de 1956, licenciou-se em Direito pela Faculdade de Lisboa, na mesma faculdade em que foi Presidente da Associação Académica (1975 – 1976). Tirou o diploma em Estudos Europeus e concluiu o mestrado no departamento de ciência política na Universidade de Genebra na Suíça.

Ingressou na carreira académica, tendo sido assistente na Faculdade de Direito de Lisboa e no departamento de Ciência Política da Universidade de Genebra. Foi também professor convidado da School of Foreign Service da



Universidade de Georgetown. Foi fundador em 1979 da AUROP<sup>83</sup>, e em 1995 foi diretor do departamento de relações internacionais da Universidade Lusíada

A sua carreira política começou depois do 25 de Abril como militante do MRPP, e simultaneamente assumiu a Presidência da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, tendo sido expulso daquele partido em 1976. Voltou a aderir a um partido político nos anos 80, desta vez no PSD. Foi eleito deputado para a Assembleia da República em 1985, e fez parte do Governo de Cavaco Silva, primeiro como Subsecretário de Estado da Administração Interna (1985 – 1987), e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (1987 – 1992).

De 1992 a 1995, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, e de 1995 a 1996, presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros. Em 1999, foi eleito Presidente do PSD, tendo sido reeleito três vezes e assumindo cumulativamente a qualidade de Vice-Presidente do Partido Popular Europeu (1999 - 2002), bem como o de vice-presidente da Internacional Centrista (2001 - 2005).

Foi eleito e exerceu funções de Primeiro Ministro (2002 – 2004), cargo que veio a abandonar para assumir as funções de Presidente da CE (2004 – 2014).

O ex-Presidente da CE, teve um especial papel nos acordos de Bicesse e na independência de Timor-Leste, bem como no encontro da Base das Lages em março de 2003, com George W. Bush, Tony Blair e José Maria Aznar, em que prestou o seu apoio na “coligação da vontade” que iniciou a Guerra do Iraque. O ex-Primeiro Ministro também esteve representado nos “Bilderberg Meetings” em 1994 enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 2003 como Primeiro-Ministro, e em 2005 enquanto Presidente da CE. Em 2014, foi nomeado membro permanente do clube, substituindo Francisco Pinto Balsemão.

José Manuel Durão Barroso apresentou-se como um político ideologicamente conservador nos costumes e liberal na economia. Nas relações internacionais definiu-se como “atlantista”, partilhando do discurso neoconservador durante a Guerra do Iraque. Em algumas intervenções públicas manifestou-se crítico dos “realistas” e “pessimistas”.

---

<sup>83</sup> “Associação Universitária de Estudos Europeus”

Depois de deixar as funções de Presidente da CE, tornou-se conselheiro da Goldman Sachs International.

## *6.2 Discursos do Estado da União de 2010 a 2014*

Os discursos do Presidente da Comissão durante a segunda Comissão 2010 – 2014 foram marcados pelos conceitos: reformas estruturais, programas de ajustamento, flexibilização, crescimento sustentável, políticas sãs, comércio-livre e liberalização.

Estes termos caracterizaram o discurso da CE durante todo o período analisado. As reformas foram justificadas em nome da “estabilidade económica” e “crescimento sustentável” de modo a resolver os “desequilíbrios económicos severos” ou a “falta de competitividade”.

### *6.2.1 Estado da União 2010*

Os discursos realizados durante o mandato da segunda Comissão do Presidente Durão Barroso, tiveram como contexto político, um ambiente de crise internacional originado na crise do sub-prime e na falência de importantes bancos do sistema financeiro (ex: Lehman Brothers). Esta crise financeira levou a uma deterioração das capacidades de financiamento das economias mais vulneráveis da zona euro. No dia 2 de maio de 2010, a CE, BCE e FMI, elaboraram um programa de “reformas estruturais” para ser aplicado na Grécia, dando início ao longo processo de austeridade neste país. Entre as diversas reformas contidas no programa, constava o aumento do IVA e IRS, corte e congelamento de pensões, redução de salários na função pública, flexibilização laboral, e a privatização de várias empresas públicas.

Durante o ano de 2010 especulou-se sobre a possibilidade de contágio a países como a Irlanda ou Portugal. Foi sob um contexto de incerteza, que foi realizado o discurso do Estado da União, a 7 de setembro de 2010.

Neste primeiro discurso do segundo mandato da CE, o Presidente exprimiu a importância dos próximos doze meses na definição da política europeia dos próximos tempos, criando um ambiente de urgência que necessitava de uma ação

rápida<sup>84</sup>.

É sob este ambiente de urgência que a CE justificou a necessidade de “não ter ilusões”, em contraposição aos “irrealistas”, aludindo a um trabalho que tinha de ser feito rapidamente. No discurso era referido que as medidas expansionistas tiveram o seu tempo, mas que aquela era altura para avançar com as “reformas estruturais”. A CE declarava, que sem a aplicação de um vasto programa de reformas, não poderia existir um “crescimento sustentável”. Afirmava-se implicitamente que não havia alternativa a estas medidas de forma a impedir qualquer resistência às mesmas. Assim, mobilizou-se a urgência do momento para justificar a necessidade de tomar decisões drásticas e rápidas em nome do “futuro”, de forma a evitar que uma reflexão pudesse vir a impedir a execução do programa de austeridade. Segundo Castro Caldas (2012), esta urgência foi utilizada como uma oportunidade pelos partidos do centro-direita em conjunto com a elite financeira que pretendia reformar o Estado social europeu. No discurso da CE de 2010, apelou-se a uma “modernização” do modelo social europeu, a partir de uma conceção de “modernidade” baseada na redução de direitos laborais e na expansão da lógica do mercado para esferas tradicionalmente públicas. O nível salarial e a proteção laboral foram concebidos como fatores que tornavam a economia “rígida”, precisando de ser “flexibilizados” de forma a tornarem a economia mais competitiva. Foi neste contexto político de urgência que se justificou uma “terapia de choque” sem alternativa, que lembrava o discurso TINA (“there is no alternative”) que caracterizou a narrativa neoliberal dos anos 80.

*“We should be under no illusions. Our work is far from finished. There is no room for complacency. Budgetary expansion played its role to counter the decline in economic activity. But it is now time to exit. Without structural reforms, we will not create sustainable growth. We must use the next 12 months to accelerate our reform agenda. Now is the time to modernise our social market economy so that it can compete globally and respond to the challenge of demography.” (CE 2010)*

Em nome do “crescimento sustentável” a CE apresentou um conjunto de

---

<sup>84</sup> “Many of the decisions we will take this year will have long-term implications. They will define the kind of Europe we want.” (CE 2010)

propostas no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento de forma a conferir uma maior “vigilância” e “cumprimento” da aplicação das “reformas estruturais”. O Presidente adotou um discurso cada vez mais disciplinador para tratar os países endividados, usando termos associados a “vigilância”, “cumprimento”, “disciplina” entre outros. Todo este discurso, se encontra patente nas ideias ordoliberais que justificam a necessidade de regras e instituições que disciplinem os Estados de acordo com as leis de mercado.

Estas regras disciplinadoras de cariz ordoliberal, apresentaram-se como medidas que iriam disciplinar o comportamento dos países “incumpridores”, que foram responsabilizados pela crise das dívidas soberanas. Esta responsabilização dos países periféricos pela origem da crise, ocultou o papel do euro na criação de assimetrias que contribuíram para a criação de défices na periferia, o endividamento privado dos bancos e empresas que foi assumido pelo Estado, bem como a desregulação financeira que esteve na origem da crise financeira (Catro Caldas 2012; Busch et al, 2013, Stiglitz 2016). O discurso da CE, ao centrar a sua narrativa no problema do endividamento público, acabou por secundarizar as origens estruturais para o crescimento exponencial deste endividamento e as assimetrias na zona euro.

*“Our proposals will strengthen the Stability and Growth Pact through increased surveillance and enforcement.” (CE 2010)*

Foi no contexto de um discurso que repousava sobre a dicotomia entre países “cumpridores” e “incumpridores”, que a CE congratulou o facto de os Governos aceitarem uma “forte monitorização”, constituída por incentivos negativos como regras disciplinares e sanções. Todo este complexo de normas e sanções acabou por impor um comportamento político-económico aos Estados na direção das “reformas estruturais”. As medidas ordoliberais que reforçavam a monitorização e a rigidez das sanções foram justificadas em nome da “estabilidade a longo prazo do euro” e em nome do “sucesso económico”.

Neste discurso, os países incumpridores que estão na origem da crise da zona euro, deveriam ser fortemente monitorizados e disciplinados de forma a que os comportamentos desviantes não fossem novamente repetidos.

Em todo este processo, a CE apresentou-se como um “árbitro” da ordem económica, de acordo com a concepção ordoliberal do “guardião da constituição económica”, de forma a despolitizar as medidas defendidas nos tratados. A CE garantia apenas que a instituição zelava unicamente pelo cumprimento dos critérios aparentemente técnicos ou neutrais. Para este efeito, a CE pretendia apresentar-se como estando a executar um programa técnico e objetivo que não devia ser questionado para bem da competitividade e a estabilidade da zona euro.

*“I now see a willingness of governments to accept stronger monitoring, backed up by incentives for compliance and earlier sanctions. The Commission will strengthen its role as independent referee and enforcer of the new rules.” (CE 2010)*

O discurso da CE acabou por repetir parte da narrativa neoliberal dos programas de ajustamento estruturais do FMI e BM, através de um programa económico que promovia a liberalização dos serviços, flexibilização do mercado de trabalho, austeridade fiscal e privatização de serviços públicos. Toda esta política que se defenia enquanto promotora de “finanças públicas sãs”, foi justificadas em nome do “crescimento sustentável”.

Desta forma, pode-se apreender que não só o conteúdo do programa político-económico foi semelhante ao apresentado pelo FMI nos célebres programas estruturais iniciados desde os anos 80, mas também a retórica que foi usada para defender essa agenda encontra semelhanças no léxico característico desses mesmos programas estruturais.

No discurso de 2010, a CE reiterou o apelo à rapidez do cumprimento das reformas, de forma a tentar convencer que as medidas eram “promotoras de crescimento”. No discurso de 2010 o Presidente apelou à necessidade das reformas em nome do emprego e do investimento como um desafio difícil que deveria ser feito de uma forma rápida. Estas reformas foram também descritas como “modernizadoras” e “inteligentes”, supondo que todos aqueles que não defendessem as soluções apresentadas pela CE, seriam apoiantes de um modelo social “antigo” e “pouco inteligente”.

A CE mobilizou assim o “estado de emergência” e um léxico “moderno” e técnico como mecanismos retóricos de modo a avançar com medidas político-

económicas impopulares, que não seriam facilmente executadas em tempos normais.

*“Sound public finances are a means to an end: growth for jobs. Our goal is growth, sustainable growth, inclusive growth. This is our overarching priority. This is where we need to invest. Europe 2020 starts now. We must frontload and accelerate the most growth-promoting reforms of our agenda. This could raise growth levels by over a third by 2020.”(CE 2010)*

### 6.2.2 Estado da União 2011

Em novembro de 2010 foi aprovado um segundo “pacote de ajuda financeira”, desta vez à Irlanda, num momento em que se esperava o possível contágio da situação a outros países como Portugal. Nesse mesmo ano, a UE declarou que Portugal não necessitava de um “pacote de ajuda financeira”, mas em maio de 2011 esse mesmo empréstimo foi recebido. Em junho desse mesmo ano, foram aconselhadas novas medidas de austeridade para a Grécia pelo Eurogrupo, em troca de um segundo empréstimo. Essas propostas foram acordadas em julho, e foi assinado um novo “pacote de ajuda financeira” para prevenir o “contágio” da situação grega ao resto da zona euro. Em agosto surgiram dúvidas sobre o possível “contágio” desta situação a países como a Itália ou Espanha. Em setembro foram validados programas de austeridade em nome da “estabilidade” e “confiança” dos mercados nestes dois países, e tornou-se lei constitucional a regra dos 3% de déficit em Espanha. Durante o mês de setembro existiram novas negociações entre o Governo grego, o FMI, BCE, e a CE, (Troika). Ao mesmo tempo que o rating de Itália passou de A + para A pela Standard & Poors, e o FMI e CE reviram as previsões de crescimento económico de forma negativa. No dia 24, os Ministros das Finanças da zona euro, em conjunto com os Presidentes dos Bancos centrais, encontraram-se em Washington tendo em vista uma possível solução para estabilizar os mercados.

Foi neste contexto de incerteza, que aconteceu o discurso do Estado da União de 2011, apresentado num tom mais dramático do que em 2010. No início do discurso, o Presidente apelou a uma “honestidade” e “clareza” na análise. A crise foi descrita como o maior desafio na história da UE, pela multiplicidade de problemas na dimensão financeira, económica, social, mas também na falta de

confiança das populações nas suas lideranças. Foi neste contexto de urgência, que se identificou o principal problema da crise das dívidas soberanas, ou seja, o facto de existirem países a “viverem acima das suas possibilidades”. O discurso da CE, remeteu assim, o ónus da responsabilidade da crise da zona euro para estes países, maioritariamente periféricos e do sul. Nesta narrativa, aludiu-se também à responsabilidade de “certos comportamentos nos mercados financeiros”, que são descritos como “irresponsáveis” e “inadmissíveis”, mas que acabaram por ser secundarizados no discurso a partir da expressão “certos comportamentos”, e pela falta de centralidade deste tema no discurso da CE. O discurso conferiu uma maior responsabilização aos comportamentos dos países que andaram “a viver acima das suas possibilidades”. Segundo a CE, o comportamento do sector público foi o grande problema que originou a crise das dívidas soberanas. Ao acentuar a responsabilidade do sector público na origem da crise, o discurso acabou por identificar o principal alvo das reformas e de justificar uma redução do papel do Estado na economia neoliberal que seria executado através do reforço das regras ordoliberais a nível europeu.

*“The roots of the crisis are well-known. Europe has not met the challenges of competitiveness. Some of our Member States have lived beyond their means. Some behaviours in the financial markets have been irresponsible and inadmissible. We have allowed imbalances between our Member States to grow, particularly in the euro area.” (CE 2011)*

A partir da identificação do problema como tendo tido origem “nos Estados-membros que viveram acima das suas possibilidades”, foi justificada a necessidade de aumentar o controlo sobre as contas públicas a partir do reforço do Pacto de Estabilidade e Crescimento com o “Six-pack”. Este acordo foi descrito como a solução que permitiria resolver os problemas macroeconómicos da zona euro, de modo a garantir o cumprimento dos critérios de Maastricht. Para a CE, a nova legislação prevenia a “indisciplina financeira”, através de um acompanhamento das instituições europeias à estratégia orçamental dos Estados-membro. O discurso “disciplinar”, associou-se à metáfora do “bom e mau aluno”, dos “países cumpridores e incumpridores”, que caracteriza a divisão entre o norte e o sul da Europa.

Neste sentido, estava pressuposto que os países “que viveram acima das suas possibilidades”, que eram maioritariamente do Sul, eram os responsáveis morais pela instabilidade da zona euro. Neste discurso, os países do sul precisavam de ser disciplinados pelos países produtivos do Norte de forma a garantir a estabilidade da zona euro.

*“This “six-pack” reforms the Stability and Growth Pact and widens surveillance to macro-economic imbalances. (...) This legislation will give us much stronger enforcement mechanisms. We can now discuss Member States’ budgetary plans before national decisions are taken. This mix of discipline and integration holds the key to the future of the euro area. Only with more integration and discipline we can have a really credible euro area.” (CE 2011)*

A CE recomendou também aos países que tinham alguma margem fiscal, para que a explorassem de uma forma “sustentável”. Apesar disso, todos os restantes Estados-membros foram aconselhados a executar “reformas estruturais” em nome da “competitividade mundial” e do “crescimento sustentável”. Para realizar este objetivo, defendeu-se um programa que tinha entre as principais medidas a liberalização do mercado de serviços e aprofundamento do mercado único (i.e directiva bolkenstein), pretendendo-se por este modo melhorar a competitividade da UE.<sup>85</sup>

Simultaneamente, foram propostas “reformas estruturais”, que incidiam especialmente sobre o “mercado laboral”, “finanças públicas” e “sistema de pensões”. As reformas defendidas, foram justificadas como sendo “mudanças necessárias” sem alternativa viável de forma a preservar a estabilidade da economia europeia. Os programas de reformas estruturais foram também apresentados como sendo compatíveis com os valores da “justiça”, “inclusão” e “solidariedade”, apesar de terem aumentado os níveis de pobreza e de desigualdade entre países da zona euro (Castro Caldas 2012; Busch et al, 2013).

---

<sup>85</sup> “Second, all member states need to promote structural reforms so that we can increase our competitiveness in the world and promote growth. Together, we can and must tap the potential of the Single Market, exploit all the benefits of trade and mobilise investment at the Union level. Let me start with the Single Market. Full implementation of the Services Directive alone could, according to our estimates, deliver up to € 140 billion in economic gains. But today, two years after the deadline for implementation, several Member States have still not adopted the necessary laws. So, we are not benefiting from all the possible gains from having a true services liberalisation in Europe.” (CE 2011)



*“Reforms to our labour markets, public finances and pension systems require a major effort from all parts of society. We all know these changes are necessary, so that we can reform our social market economy and keep our social model. But it is imperative that we hold on to our values – values of fairness, of inclusiveness and of solidarity.” (CE 2011)*

### 6.2.3 Estado da União 2012

As reuniões de negociação iniciadas em dezembro 2011 pelo Presidente Sarkozy, estabeleceram o Pacto Orçamental (TECG). O Tratado assinado em janeiro de 2012 - por todos os países da UE com a exceção do Reino Unido e República Checa – teve como principal objetivo reforçar a “disciplina” através de medidas corretivas a adotar em caso de “incumprimento” orçamental. A 12 de Fevereiro, o governo Grego aprovou novas medidas de austeridade de forma a receber um segundo empréstimo por parte dos credores. A 13 de março, é assinado o novo “pacote de ajuda financeira” prestado pela UE à Grécia.

O discurso do Estado da União de 2012, acabou por fazer uma reflexão sobre os primeiros anos das reformas executadas pela Troika no conjunto de países.

A CE identificou que apesar de todas as reformas executadas até esse momento, estas ainda não tinham sido suficientes para convencer os cidadãos, mercados, e parceiros institucionais. As responsabilidades por estes sinais negativos foram imputadas às dúvidas que alguns países tinham em relação aos programas estruturais. Para a CE a origem deste problema de ausência de confiança dos mercados nestes países, residiu nas “dúvidas” sobre a execução das reformas por parte de alguns países, descritas como sendo essenciais para “ganhar competitividade” e na dúvida de apoio ao “resgate” financeiro por parte dos países credores. Esta falta de confiança entre os credores e devedores acabou por ser um problema identificado pela CE durante as negociações da zona euro. Neste período usou-se a expressão de países “cumpridores” e “incumpridores”, e entre os países “incumpridores” existia ainda a divisão entre os “bons e maus alunos”. Os países como Portugal e Irlanda foram apelidados de “bons alunos”, de forma a distingui-los do “mau exemplo” grego (Castro Caldas 2012). Neste sentido, o discurso de 2012, apela aos países a abandonar as dúvidas em relação às “reformas estruturais”

e a seguir o bom exemplo da obediência, para que pudesse existir uma recuperação económica.

*“Over the last four years, we have made many bold decisions to tackle this systemic crisis. But despite all these efforts, our responses have not yet convinced citizens, markets or our international partners. Why? Because time and again, we have allowed doubts to spread. Doubts over whether some countries are really ready to reform and regain competitiveness. Doubts over whether other countries are really willing to stand by each other so that the Euro and the European project are irreversible.” (CE 2012)*

No discurso da CE, existiu um apelo aos países apelidados de “vulneráveis”, para não terem “dúvidas” sobre as reformas e mostrarem o seu compromisso na execução do programa proposto. Simultaneamente, acentuou-se a ideia de inevitabilidade das reformas propostas pela CE, e designaram-se as alternativas como “falsas”, sem qualquer tipo de justificação argumentativa. Todo este discurso foi baseado na ideia de inevitabilidade, na ausência de dúvida, na necessidade de rapidez, que acabou por criar uma situação de emergência que impediu a reflexão sobre as alternativas ao programa de ajustamento.

*“The idea that we can grow without reform, or that we can prosper alone is simply false. We must recognise that we are in this together and must resolve it together.” (CE 2012)*

A CE usou termos “modernization”, “sustainable”, “smart”, “open”, “flexible”, “sound”, “reform”, como conceitos vazios ou “floating signifiers” (Laclau 2001), de modo a aparentar que estas reformas seriam feitas em nome de uma agenda “progressista” e “moderna”. Estes termos, que não têm um significado definido, foram mobilizados como conceitos que evitaram uma abordagem mais direta das medidas impopulares (Laclau 2001).

A suposta “modernização” pressupunha uma oposição em relação a uma economia social de mercado demasiado “antiga” ou “rígida” para os novos tempos. Os sistemas sociais vigentes foram concebidos como antigos, fechados, e pouco flexíveis. Foi contra esta “economia de social de mercado”, antiga e desadequada aos tempos que as “reformas estruturais” se propuseram a “abrir” e

a “modernizar”. Neste discurso, o sector público foi concebido como despesa, os trabalhadores e sindicatos entendidos como interesses instalados e privilegiados. Simultaneamente à crítica dos funcionários públicos, faz-se por oposição uma apologia ao empreendedorismo e à liberalização do mercado único, que fica patente no discurso sobre a necessidade de “quebrar barreiras” económicas. Para cumprir este objetivo de “modernização”, promoveu-se a facilitação do despedimento, reduziu-se o subsídio de desemprego, privatizaram-se empresas públicas, liberalizou-se o mercado de energia e habitação, reduziram-se salários no sector público e pensões, e cortou-se no orçamento da saúde e educação.

*“At the national level it means undertaking structural reforms that have been postponed for decades. Modernising public administration. Reducing wasteful expenditure. Tackling vested interests and privileges. Reforming the labour market to balance security with flexibility. And ensuring the sustainability of social systems. At the European level, we need to be more decisive about breaking down barriers, whether physical, economic or digital. We need to complete the single market.”(CE 2012)*

As “reformas” foram também caracterizadas como permanentes e inevitáveis, sendo impossível voltar ao “*status quo*” do antigamente. Neste discurso existia a ideia de uma suspensão da velha normalidade que pretendia transformar a sociedade de modo a “dar forma a um novo normal”, a qual está patente na expressão “*shape a new normal*”. Existia, portanto, a ideia de utilizar a “urgência” do momento de forma a instaurar um novo paradigma político-económico, que caso fosse aplicado em tempos normais, dificilmente seria aprovado pelos eleitores (Castro Caldas 2012). Reconheceu-se que o processo era “*sometimes very painful*”, mas que era justificado a longo prazo em nome de um melhor futuro, no mesmo sentido da ideia da “terapia de choque” do FMI associada à imagem do médico que administra uma terapia sofrida para o paciente de forma a resolver o problema de maneira radical (Stiglitz 2016). Todo este processo “*sometimes very painful*” tinha como objetivo mudar o papel do Estado na sua relação com a economia, em conformidade com a lógica do mercado. No entanto, neste mesmo período, as reformas continuaram a agravar a recessão, com impacto no aumento do nível de desemprego, descida do PIB, e aumento dos níveis de endividamento em Portugal, Espanha e Grécia (Castro Caldas 2012;

Busch et al, 2013). Todos estes indicadores económicos evidenciavam que a solução administrada estava a ter resultados negativos (anexo A, B, C, D, E) (Stiglitz 2016).

*“The Commission is very aware that in the Member States implementing the most intense reforms, there is hardship and there are – sometimes very painful – difficult adjustments. But it is only through these reforms that we can come to a better future. They were long overdue. Going back to the status quo ante is simply impossible.” (CE 2012)*

#### 6.2.4 Estado da União 2013

Após três anos de “reformas estruturais” e de cinco anos de turbulência económica sentida por diversos países da zona euro, o Estado da União de 2013 ficou marcado por uma retrospectiva da situação. Neste discurso de 2013, fez-se essencialmente um balanço sobre as reformas executadas desde 2010.

A CE acabou por recapitular a origem do problema financeiro de 2008, e ao contrário dos discursos anteriores, existiu uma maior responsabilização do sistema financeiro em relação aos Estados-membros. A crise financeira foi referida como o evento que agravou os problemas de dívida dos governos, mas a responsabilidade da crise foi ainda colocada no comportamento dos Estados-membros. O Presidente da CE reconheceu que os problemas ainda não tinham sido resolvidos, mas indicou que nestes últimos 5 anos, os europeus deram uma “resposta determinada”<sup>86</sup>.

Segundo a CE, os últimos anos foram marcados por uma “reforma do sector financeiro” e pela proposta de uma taxa de Transação Financeira - que acabou por nunca ser concretizada – como no melhoramento da coordenação dos Estados-membros. Neste discurso, referiu-se que os países tinham voltado às “*sound public finances*”, e que estavam no caminho da modernização das suas economias, apesar dos altos níveis de endividamento e desemprego das economias

---

<sup>86</sup> “As we speak, exactly 5 years ago, the United States government took over Fannie Mae and Freddie Mac, bailed out AIG, and Lehman Brothers filed for bankruptcy protection. These events triggered the global financial crisis. It evolved into an unprecedented economic crisis. And it became a social crisis with dramatic consequences for many of our citizens. These events have aggravated the debt problem that still distresses our governments. They have led to an alarming increase in unemployment, especially amongst young people. And they are still holding back our households and our companies. But Europe has fought back. In those 5 years, we have given a determined response. We suffered the crisis together. We realised we had to fight it together. And we did, and we are doing it.” (CE 2013)

periféricas como Portugal ou a Grécia (Busch et al, 2013; Stiglitz 2016). No entanto, a CE afirmou que a crise ainda não tinha terminado, fazendo um balanço essencialmente positivo do plano de austeridade aplicado. Os países “vulneráveis”, foram descritos como estando a fazer mais esforços para reformar as economias, e o cenário económico foi descrito como estando a dar sinais positivos de recuperação económica. Apesar do discurso otimista, este acabou por contrastar com os indicadores negativos destes países em termos de emprego, investimento, e crescimento económico (anexo C, D e E) (Busch et al, 2013; Stiglitz 2016)<sup>87</sup>.

Foi também referido que Portugal estava no “caminho certo”, da mesma forma que se afirmou que a Grécia tinha completado 3 anos de um “ajustamento fiscal” verdadeiramente extraordinário, apesar da quantidade de desemprego, emigração e do aumento exponencial da dívida (anexo C). Este último país, segundo a CE, estava a ganhar “competitividade”, bem como o Chipre. Segundo o Presidente da CE, a recuperação em 2013 estava em vista. No entanto, o Presidente continuava a alertar para a necessidade de os países permanecerem vigilantes no controlo das contas públicas. Para a CE o “bom caminho”, não devia fazer abrandar o ritmo das reformas.

Apesar do discurso otimista da CE em 2013 que dava a impressão das medidas estarem a ir “no bom caminho”, a economia dos países intervencionados pela Troika continuava com sinais negativos. Em 2013 a Grécia tinha um desemprego ainda em ascensão de 26%, um endividamento de 177% do PIB (anexo C) (Eurostat 2013). Nesta altura, Portugal tinha um desemprego de 15% e um endividamento em ascensão de 129% do PIB (anexo D) (Eurostat 2013).

No entanto, o discurso da CE em 2013, foi pautado por uma tentativa de dar um horizonte de confiança para a realização do “*longo caminho*”, mitigando os problemas que estavam a enfrentar estas economias, insistindo que os países deviam continuar as reformas. Houve, portanto, uma gestão por parte da CE num

---

<sup>87</sup> We have come a long way since the start of the crisis. In last year's State of the Union speech, I stated that 'despite all [our] efforts, our responses have not yet convinced citizens, markets or our international partners'. One year on, the facts tell us that our efforts have started to convince. Overall spreads are coming down. The most vulnerable countries are paying less to borrow. Industrial output is increasing. Market trust is returning. Stock markets are performing well. The business outlook is steadily improving. Consumer confidence is sharply rising. We see that the countries who are most vulnerable to the crisis and are now doing most to reform their economies, are starting to note positive results.” (CE 2013)

sentido de um otimismo moderado que aparentava uma outra realidade. O discurso da CE em 2013, mostrava confiança numa “recuperação” fictícia, mas que simultaneamente avisava os países a não se sentirem demasiado confiantes para colocarem as “*reformas estruturais*” em causa. Segundo o Presidente, a Europa continuava a precisar de aumentar a velocidade do “passo” das reformas estruturais e de liberalizar o mercado único de forma a resolver o problema económico, apesar de todos os sinais negativos em termos de desemprego, pobreza, imigração e aumento do endividamento destas economias.

*“Europe therefore must speed up the pace of structural reforms. Our Country Specific Recommendations set out what the member states must do in this respect. At EU level - because there is what can be done at national level and what can be done at European level -, the focus should be on what matters most for the real economy: exploiting the full potential of the single market comes first. We have a well-functioning single market for goods, and we see the economic benefits of that. We need to extend the same formula to other areas: mobility, communications, energy, finance and e-commerce, to name but a few. We have to remove the obstacles that hold back dynamic companies and people. We have to complete connecting Europe.” (CE 2013)*

No discurso do Estado da União de 2013, o Presidente da CE reiterou novamente a ideia da inevitabilidade das reformas estruturais, referindo que estas eram permanentes e profundas. O discurso voltou a acentuar a ideia da ausência de alternativas (“TINA”) patente desde o início da execução dos programas de ajustamento estrutural. Nesta narrativa, todos aqueles que questionavam as reformas, eram designados como “*some people*” apelidados de “iludidos”, “errados”, ou “interesses particulares” (“*vested interests*”). Segundo o Presidente da CE, os “*some people*” que duvidam das reformas, acreditavam que as reformas eram reversíveis. Para a CE, estes estavam “errados” nas suas propostas. Na perspetiva da CE, os “*some people*” que resistiam à mudança, eram um obstáculo num período “transformativo” que exigia uma mudança estrutural. O período da crise, foi concebido como uma “oportunidade” para trazer uma mudança estrutural na político-económica, mas também da mentalidade (Castro Caldas 2012). Para a CE este foi um período transformativo que permitia alterar de forma profunda a política europeia.

*“The path of permanent and profound reform is as demanding as it is unavoidable. Let's make no mistake: there is no way back to business as usual. Some people believe that after this everything will come back as it was before. They are wrong, This crisis is different. This is not a cyclical crisis, but a structural one. We will not come back to the old normal. We have to shape a new normal. We are in a transformative period of history. We have to understand that, and not just say it. But we have to draw all the consequences from that, including in our state of mind, and how we react to the problems.” (CE 2013)*

No discurso de 2013, foi reiterada a ideia “disciplinar” e corretiva dos comportamentos dos países indisciplinados. Acentuando a ideia de que todos aqueles que não cumpriam ou duvidavam das reformas estruturais eram “punidos” tanto pelos “mercados” como pelos eleitorados. Para o Presidente da CE, o “caminho certo” devia ser seguido com uma forte convicção no programa de ajustamento estrutural. Caso contrário, as medidas dificilmente seriam aplicadas, criando-se uma dinâmica de questionamento que ofereceria maior resistência à aplicação do programa. Todos os países que questionassem as reformas e não mostrassem determinação em seguir os programas recomendados seriam punidos pelos mercados, e seriam convencidos a adotar o “bom caminho” das reformas estruturais. Esta ideia, vai no sentido de conformar os Estados de acordo com os princípios do mercado internacional a um nível em que estes têm de realizar programas económicos de forma a não serem punidos pelas leis do mercado. A CE usou o medo da punição dos mercados internacionais e da instabilidade financeira, como uma forma de coagir os países a adotarem o programa de ajustamento estrutural.

*“At this point in time, with a fragile recovery, the biggest downside risk I see is political: lack of stability and lack of determination. Over the last years we have seen that anything that casts doubt on governments' commitment to reform is instantly punished. On the positive side, strong and convincing decisions have an important and immediate impact.” (CE 2013)*

Em 2013, a CE continuou a rejeitar as ideias de todos aqueles que colocavam a responsabilidade da crise na conceção errada da moeda única do Tratado de Maastricht e nos programas estruturais propostos para responder à crise. Para o

Presidente, a responsabilidade pela crise estava em primeiro lugar nos Estados nacionais, mas também na irresponsabilidade dos mercados financeiros. Apesar do Presidente referir como um dos fatores a irresponsabilidade dos mercados financeiros, esta responsabilidade foi mitigada em todo o mandato da CE 2010-2014. A responsabilidade do sector financeiro foi secundarizada, em relação à grande responsabilidade dos Estado-membros que “viveram acima das suas responsabilidades” na causa da crise da zona euro. Em todo este período, omitiu-se a conceção monetarista do Tratado de Maastricht baseada numa moeda forte e centrada no controlo da inflação ordoliberal como um dos grandes problemas que criou a divergência das economias da zona euro, levando até países como a Finlândia a terem graves problemas económicos (Stiglitz 2016). No discurso da CE, omitiu-se a arquitetura da moeda única como a causa estrutural das disparidades e da divergência das economias, culpando-se o comportamento individual de certos países.

*“I know some people out there will say Europe is to blame for the crisis and the hardship. But we can remind people that Europe was not at the origin of this crisis. It resulted from mismanagement of public finances by national governments and irresponsible behaviour in financial markets.” (CE 2013)*

### 6.3 Perfil do Comissário dos Assuntos Económicos e Monetários

Oli Rehn, nasceu a 31 de março de 1962 na Finlândia. Em 1982-83 estudou economia, relações internacionais e jornalismo em Macalester College em Sant Paul Minnesota EUA. Foi estudante de mestrado em Ciência Política na Universidade de Helsínquia e de doutoramento de Política económica internacional em Oxford, com a tese de doutoramento sobre “Corporatism and Industrial Competitiveness in Small European States: Austria, Finland and Sweden, 1945-95”.

Foi colunista em diversos jornais desde 1985, e publicou diversos artigos e livros internacionais, entre eles, “The Comeback of History: Rebounds of Liberalism in Europe since 1989”, “Europe's Next Frontier” em 2006. As publicações em Finlandês, “Liike vai puolue?” (Negócios ou festas?) em 1989, Pieni valtio Euroopan unionissa em 1999 (Um pequeno estado na União Europeia), Suomen EU-puheenjohtajuuden eurooppalaiset haasteet (Os desafios da



Presidência Europeia da Finlândia) em 1998, “Suomen eurooppalainen valinta ei ole suhdannepolitiikkaa” (Escolhas europeias da Finlândia) em 2006, e *Myrskyn silmässä* (No olho tempestuoso) em 2012.

A sua vida política iniciou-se na “juventude de centro finlandesa”, juventude do partido liberal finlandês do grupo político ALDE, que se caracterizava por ter uma forte base de apoio rural e agrícola. A ideologia deste partido baseava-se no princípio da “descentralização” e num “ruralismo”, apesar de não ter uma ideologia bem definida. Este partido apesar de congregar diversas tendências, evidenciava uma tensão entre tendência eurocética e europeísta que ficou patente no debate sobre a adesão da Finlândia ao Euro. É desta juventude partidária que Oli Rehn se tornou “Chairman” (1987 - 1989). O economista finlandês, foi também deputado do parlamento (1991 - 1995) membro do parlamento europeu (1995 - 1996) e chefe de gabinete da CE (1998 - 2002). Mas foi só em 2004, se tornou Comissário para os “assuntos empresariais e sociedade de informação”, cargo que deixou para a função de Comissário para o “Alargamento”, acabando por assumir o cargo de Comissário para os “Assuntos Económicos e Monetários” (2010 - 2014).

#### *6.4 O discurso do Comissário dos Assuntos Económicos e Monetários*

Antes e durante as funções, Oli Rehn apresentou um pensamento político descrito pelo próprio como “liberal”. Para o ex-Comissário dos Assuntos Económicos e Monetários, a UE representa claramente um projeto político liberal, não só do ponto de vista estritamente político, mas também na dimensão económica.

No “press release” sobre o seu livro “The Next Frontier” - lançado antes de ainda ser Comissário dos Assuntos Económicos e Monetários - Oli Rehn revelava que tinha como principal objetivo melhorar a competitividade e a inovação da economia europeia. Para realizar este objetivo Oli Rehn defendia uma flexibilização do mercado laboral, que pensava ser compatível com a segurança laboral, ao mesmo tempo que negava uma possível contradição entre estes dois princípios.

*“To enhance job creation, we must improve the employability of Europeans by*

*investing more in education and training and conducting labour market reforms that enhance flexibility and security. Many citizens oppose such reforms because they believe that the reforms only mean flexibility and not security. We should show them that the reforms can achieve both.” (Rehn 2006)*

Foi no âmbito do seu mandato enquanto Comissário dos Assuntos Económicos e Monetários, que declarou que entre os seus principais desígnios do mandato constava a estabilidade económica e a competitividade da economia europeia. Todo o discurso do Comissário durante o mandato foi marcado por um uso de uma linguagem técnica que obscurecia o significado das medidas. O discurso do Comissário ficou conhecido por se basear na repetição de conceitos como reformas estruturais, finanças sãs, crescimento sustentável, flexibilização, crescimento sustentável, ou medidas orientadas para o crescimento<sup>88</sup>.

O mandato do Comissário ficou marcado pelas medidas da Troika e pela defesa da liberalização do mercado, redução salarial, bem como a flexibilização laboral. O Comissário a partir de linguagem técnica, acabou por obscurecer as intenções impopulares das medidas defendidas. Em vez de afirmar que se pretendia que países como Itália ou França reduzissem o nível salarial dos seus trabalhadores, o Comissário utilizou uma linguagem das ciências económicas afirmando que “o custo do trabalho” representava um desafio para a competitividade tanto na Itália como em França.

*“Cost competitiveness especially in terms of labour costs remains a challenge in several member states, such as Italy and France.” (Rehn 2014)*

Em relação ao programa aplicado à Grécia, o Comissário afirmou que as autoridades gregas estavam a melhorar a flexibilidade e o potencial de crescimento da economia grega. Segundo Oli Rehn, melhorou-se a economia grega, através da reforma do mercado em diversos sectores da economia, desde o processamento de comida, turismo, materiais de construção e venda ao público, mas também na liberalização dos transportes, rendas e ordens profissionais. O Comissário referiu

---

<sup>88</sup> “Of course, high debt levels must in any case be addressed first and foremost through responsible fiscal policies and growth-enhancing structural reforms.” (Rehn, 2014 Speaking points by Vice-President Rehn at the press conference on the Winter economic governance package)

também que as reformas feitas no sector público, foram feitas de forma a reduzir a burocracia para o cidadão grego.

*“They are committed to implementing a very large majority of product market reforms identified by the recent OECD study in the areas of food processing, tourism, building materials, and retail; to taking concrete measures to liberalise the transport and rental markets and open up closed professions; and to reducing social security contribution rates and nuisance taxes.” (Rehn, 2014)*

O Comissário finlandês, além de referir o alegado sucesso das reformas estruturais feitas pela Grécia no sentido da liberalização do mercado laboral e de serviços (ex: energia), também defendeu a concretização das privatizações de vários ativos do Estado grego como uma forma de estimular a competitividade do país. Para Oli Rehn, o programa de privatizações desbloqueou ativos importantes para financiar a dívida do Estado e abriu oportunidades de mercado para os investidores. As medidas propostas, estavam em sintonia com a filosofia neoliberal dos programas do FMI e BM desde os anos 80. Oli Rehn partilha da mesma identificação da rigidez do mercado laboral e da regulação como os problemas essenciais da economia tal como o “Consenso de Washington”. É sob a identificação do problema da “rigidez” que tanto Oli Rehn como as principais organizações internacionais, justificavam o processo de liberalização.

*“Competitiveness will be further enhanced by energy market reforms, such as the rationalisation of pricing policies to ensure adequate cost recovery and avoid hidden subsidies, the split of the Public Power Company into two entities ahead of privatisation, and the launch of a fundamental reform of the gas market. The authorities also agreed to revitalize the privatisation of other corporate and real estate assets, which would provide needed financing to the state while unlocking investment.” (Rehn 2014)*

O programa que o Comissário defendeu para a Grécia, foi composto por medidas como a liberalização do mercado (serviços), programa de privatizações e flexibilização laboral. Todas estas medidas estiveram em sintonia com os programas de ajustamento estrutural propostos pelo FMI desde os anos 80. As reformas estruturais aplicadas desde 2010 pela CE, foram no sentido do aprofundamento da tendência de liberalização económica iniciada desde a criação

dos primeiros programas estruturais. O programa apresentado, repetiu novamente o discurso da necessidade de liberalização de forma a melhorar a competitividade, que caracterizou os programas de ajustamento estrutural aplicados pelo FMI na década de 80 e 90.

A CE de 2010 a 2014, baseou o seu discurso na ideia de que aquele era um momento extraordinário para aplicar as reformas, para o qual a sociedade teria de romper com o passado em ordem a progredir para um novo futuro. Esta ideia de mudança inevitável e irreversível de paradigma, está patente no texto de Oli Rehn (2013) publicado no “Diário Económico”, com o título “Portugueses têm de romper com o passado económico”. O passado ao qual Oli Rehn se referia, está patente no texto quando refere que as reformas tiveram como principais obstáculos o Tribunal Constitucional e os interesses instalados. Neste texto, exaltou-se os cidadãos portugueses a perceberem a crise como uma oportunidade para “romper de vez com o passado”, espelhando a ideia de que a crise era uma oportunidade para aplicar uma agenda político-económica baseada na extensão do princípio do mercado e na redução do papel do Estado.

*“Neste sentido, Portugal usar a crise e o programa de ajustamento como uma oportunidade para romper de vez com o seu passado económico.” (Rehn 2013)*

O discurso da CE no mandato de 2010-2014, foi no sentido de repetir as soluções baseadas nos princípios do “Consenso de Washington”. A filosofia ordoliberal da CE conseguiu ser compatibilizada com as medidas essenciais do neoliberalismo. Todo este processo pode ser sintetizado na ideia de estabilizar, privatizar e liberalizar, estabelecida por instituições fortes que disciplinam os orçamentos públicos. Depois de sete anos de programas de ajustamento estrutural, Oli Rehn mostrou o seu vigor na defesa da continuidade das reformas no Congresso dos Liberais Europeus, ao afirmar que era preciso promover o espírito empresarial, mais inovação, competitividade, e de apostar numa modernização da economia europeia. Resta perguntar: Até quando vão as reformas estruturais iniciadas nos anos 80?

## 6.5 Sumário dos discursos

Com a análise dos diversos discursos do Estado da União entre 2010 e 2014, observou-se que a responsabilidade da crise das dívidas soberanas é imputada aos Estados-membros afetados. Em todo o discurso omite-se a responsabilidade dos critérios de Maastricht na produção destes “*imbalances*” nas economias periféricas. O discurso secundariza também a responsabilidade da crise das dívidas soberanas no sistema financeiro ao longo dos vários anos do mandato.

A partir da identificação da origem da “crise do euro”, a CE elabora uma resposta ordoliberal para resolver a situação económico-financeira destes países que está patente no Pacto Orçamental (TECG) e no reforço da vigilância dos orçamentos públicos, as medidas defendidas pela CE no âmbito dos programas da Troika apresenta uma continuidade com a tradição neoliberal iniciada nos anos 80 com os primeiros programas de ajustamento estrutural. É sob esta justificação, da necessidade de conferir “estabilidade” ou “competitividade” aos “países que viveram acima das suas possibilidades”, que se sustenta a necessidade das “reformas estruturais” que são executadas através do reforço da disciplina orçamental. O Pacto Orçamental (TECG), acaba por garantir o aprofundamento das regras de Maastricht inspiradas na tradição ordoliberal.

No contexto analisado entre 2010 e 2014, a CE acaba também defender um programa neoliberal, e de utilizar um discurso tecnocrático semelhante ao encontrado nos relatórios do FMI, BM nos anos 80 e 90. A linguagem tecnocrática usa recorrentemente eufemismos e termos técnicos que escondem a impopularidade das medidas defendidas com conceitos como “reformas estruturais”, “consolidação”, “flexibilização” ou “crescimento sustentável”, que são executadas num ambiente de “urgência” de forma a instaurar um novo paradigma económico que dificilmente se aplicaria em tempos normais. Todo este “modus operandi” tem semelhanças com os programas de “terapia de choque” neoliberal, executados na liberalização económica dos anos 80 e 90.

Em todo este processo a CE concebeu-se como o “guardião” ordoliberal da constituição económica forte que disciplina os Estados às leis do mercado. As “reformas” foram concebidas como a única solução para resolver a crise das dívidas soberanas. Todo este programa que pretendeu “reformular” as bases do

modelo social europeu de forma a ajustá-lo de acordo com os princípios do mercado internacional a partir de regras ordoliberais, acabou por condicionar uma redução da intervenção dos Estados nacionais na economia do tipo neoliberal. As reformas estruturais aplicadas e negociados no âmbito da Troika, acabaram por revelar que a CE desempenhou um papel mais activo na promoção da austeridade que o próprio FMI (Moury 2016). Desta forma, podemos concluir que a CE 2010-2014 acaba por conciliar a tradição ordoliberal regional com a tendência neoliberal anglo-saxónica internacional, construindo um discurso híbrido inspirado nestas duas tendências do pensamento político-económico.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho, analisou-se o discurso neoliberal e ordoliberal das diversas definições existentes e enquadramentos epistemológicos, mas também se elaborou uma história dos discursos que influenciaram a CE 2010 – 2010.

No primeiro capítulo, descreveram-se as teorias pela quais se enquadrou o objeto de estudo e a metodologia. No segundo capítulo, analisou-se a complexidade polissêmica do “neoliberalismo” e “ordoliberalismo”, bem como se identificaram as diversas definições utilizadas por autores de referência.

No terceiro capítulo, investigou-se o surgimento histórico do discurso neoliberal e ordoliberal. Concluiu-se que estes discursos se tornaram dominante através de uma ampla comunidade epistêmica, organizada desde o pós-guerra por grupos de académicos, técnicos, jornalistas, empresários e políticos que elaboraram redes de cooperação internacional entre universidades, fundações, institutos e partidos políticos. O sucesso eleitoral de Margaret Thatcher e Ronald Reagan revelou-se importante para a disseminação destas ideias políticas a nível internacional. E o sucesso da economia alemã acabou por se revelar importante para a institucionalização do pensamento ordoliberal no âmbito europeu com o Tratado de Maastricht.

No quarto capítulo, analisou-se a institucionalização do discurso neoliberal e a conjuntura marcada pela afirmação do poder material e simbólico dos EUA. Um contexto em que os EUA se afirmavam como potência preponderante no sistema internacional tanto do ponto de vista militar, mas também como modelo de referência ideológica, proporcionado pela desintegração da União Soviética enquanto inimigo material e simbólico, que acabou por favorecer as ideias apoloéticas da liberalização do mercado. Neste capítulo investigou-se também a institucionalização do discurso neoliberal durante os anos 80 no FMI e BM, recorrendo a uma análise discursiva dos relatórios anuais destas organizações. Verificou-se que nos anos 90, existiu uma preponderância do discurso neoliberal que se cristalizou no “Consenso de Washington” e na criação da OMC. As principais ideias destes relatórios afirmavam que a liberalização, privatização e consolidação fiscal promoviam o desenvolvimento económico. No entanto, os

críticos referiam que estas medidas careciam de sustento empírico e que não tinham em conta o contexto económico dos países. Para estes, os programas apresentados pelo FMI, levaram a um aumento das desigualdades e não se refletiram num maior crescimento económico.

No quinto capítulo, abordou-se a influência das ideias neoliberais e ordoliberais na integração europeia, recorrendo a uma análise dos principais Tratados e Pactos. Verificou-se que as os primeiros Tratados são marcados por ideias liberais que estão patentes numa tradição que vai desde Kant a Schuman, e que o Tratado de Maastricht reflete uma orientação político-económica ordoliberal. Esta tendência ordoliberal foi aprofundada desde Maastricht de forma a garantir o cumprimento dos critérios do défice da dívida (ex: PEC's) como forma de adaptação regional à globalização neoliberal. A crise das dívidas soberanas e a identificação da crise como tendo origem em países “indisciplinados”, levou a um aprofundamento das medidas ordoliberais e a um reforço da “disciplina financeira” com o Pacto Orçamental (TECG) e os “programas de ajustamento estrutural” aplicados pela Troika, que tiveram como objectivo aumentar a competitividade no âmbito de um mercado internacional liberalizado.

No sexto e último capítulo, analisaram-se os discursos do Estado da União entre 2010 e 2014 do Presidente da CE Durão Barroso, e do Comissário para os Assuntos Económicos e Monetários, Oli Rehn. Concluiu-se que existe uma preponderância do discurso ordoliberal na CE 2010-2014, que coexiste com a influência do discurso neoliberal das principais instituições do “Consenso de Washington”. Neste discurso identifica-se a “rigidez” dos salários e da regulação como o problema económico, que deve ser ultrapassado a partir de um programa político que reduz o papel do Estado na economia a partir da aplicação de medidas concentradas na disciplina fiscal e na liberalização do mercado. O programa de austeridade executado pela CE 2010-2014, reproduziu o discurso e medidas político-económicas testadas pelo FMI nos diferentes processos de ajustamento ao longo dos anos 80 e 90. O discurso ordoliberal da CE acaba conjugado com os princípios neoliberais patentes no “Consenso de Washington”. Este discurso da CE 2010-2014 repete a ideia da ausência de alternativa (“TINA”), da “terapia de choque” e a linguagem economicista e tecnocrata que caracterizou os programas neoliberais. O discurso da CE conciliou a doutrina ordoliberal com alguns dos



princípios que sintetizam o consenso neoliberal resumido nas palavras estabilização, liberalização e privatização.

No entanto, o discurso ordoliberal da CE utilizou menos expressões diretamente conectadas com os processos de privatização ou liberalização da economia, do que os discursos do FMI dos anos 80 e 90. Construindo um léxico que defendeu as mesmas medidas dos programas estruturais anteriores, mas partindo de conceitos mais indiretos, como “crescimento sustentável”, “smart growth” ou “modernização”. Este discurso ganhou contornos “disciplinadores” com a narrativa dos países “incumpridores” que “viveram acima das suas possibilidades”, que foi utilizado para justificar as medidas de austeridade.

A presente dissertação concluiu que o discurso neoliberal ganhou hegemonia entre as instituições internacionais sob a predominância dos EUA, acabando por se conciliar com uma abordagem ordoliberal da integração europeia. O ordoliberalismo regional institucionalizou-se com a preponderância política da Alemanha na zona euro. A análise dos discursos do Estado da União revelou que existe um discurso ordoliberal que se concilia com a defesa de programas neoliberais de redução da intervenção dos Estados nacionais na economia. A redução do papel do Estado a nível nacional, encontrou-se patente na defesa da austeridade fiscal, liberalização do mercado laboral e de serviços e no vasto programa de privatizações. Este discurso tornou-se mais sofisticado com a inclusão de novos conceitos vazios e a narrativa moral e disciplinadora dos países que “viveram acima das suas possibilidades” de cariz ordoliberal. No entanto, tanto o discurso ordoliberal e neoliberal começaram a ser contestados por parte de uma opinião pública europeia descontente com os programas de austeridade e as consequências da crise financeira. O surgimento do populismo eurocéptico, que se sustenta também na impopularidade das medidas económico-financeiras das últimas décadas da globalização, coloca um grave problema para as democracias liberais e ao projecto europeu. Por outro lado, parece surgir um discurso cada vez mais atento às questões sociais e ambientais que pretende reformar a UE no sentido de uma maior justiça social. Apesar de tudo isso, a Comissão Juncker que se seguiu, não conseguiu inverter a tendência do aumento dos populismos. Resta saber para onde vai a Europa pós-2019.

## BIBLIOGRAFIA

- Altwater, E. Art, D. (2015). The German rescue of the Eurozone: How Germany is getting the Europe it always wanted. *Political Science Quarterly*
- Babb (2013): The Washington Consensus as transnational policy paradigm: Its origins, trajectory and likely successor *Review of International Political Economy* 202 268-297
- Barro R, Lee JW. (2005). IMF Programs: Who Is Chosen and What Are the Effects?. *Journal of Monetary Economics*. October. Pp.1245-1269. Disponível em: <https://scholar.harvard.edu/barro/publications/imf-programs-who-chosen-and-what-are-effects> (Consultado a 13.3.2018)
- Beck, T. e Kotz, H.H, eds (2017). *Ordoliberalism: A German Oddity*. London. CEPR press.
- Bonefeld, W. (2012). Freedom and the strong state: On German ordoliberalism. *New Political Economy*, 17(5), 633-656. (Consultado a 11.03.2019)
- Bourdieu, P. (1998). The essence of neoliberalism. *Le Monde Diplomatique english*. Dezembro. Disponível em: <https://mondediplo.com/1998/12/08bourdieu> (Consultado a 6.15.2018)
- Brenner, N., Peck, J., & Theodore, N. (2010). After neoliberalization?. *Globalizations*. Volume 7. Nº 3. Pp.327-345. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/254290576\\_After\\_Neoliberalization](https://www.researchgate.net/publication/254290576_After_Neoliberalization) (Consultado a 10.1.2018)
- Busch, K, Hermann, C, Hinrichs, K., & Schulten, T. (2013). Euro crisis, austerity policy and the European Social Model. *International Policy Analysis*, Friedrich Ebert Foundation. Berlin. Disponível em: [http://europe-solidarity.eu/documents/ES\\_crisis.pdf](http://europe-solidarity.eu/documents/ES_crisis.pdf) (Consultado a 14.06. 2018)
- Burlamaqui, L., Castro, A. C., & Chang, H. J. (Eds.). (2000). *Institutions and the Role of the State*. Edward Elgar Publishing. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/5cbe/b0b274a121ea0c0a5089f058882128bfc6d0.pdf> (Consultado a 4.6.2018)
- Cassirer, E. (1992). *An essay on man: An introd. to a philosophy of human culture*. New Haven. Yale Univ. Press.

- Cassirer, E. (1962), *The Myth of the State*. New Haven, Yale. University Press.
- Castro Caldas, J. (2012): *The consequences of austerity policies in Portugal*. Berlin. Friedrich-Ebert-Stiftung, Internationale Politikanalyse. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/41961/1/The%20Consequences%20of%20Austerity%20Policies%20in%20Portugal.pdf> (Consultado a 10.07.2018)
- Clarke, J. (2008). 'Living with/in and without Neo-liberalism'. *Focaal*. Volume 51. Pp.135-147. Disponível em: [http://oro.open.ac.uk/18127/1/10\\_Clarke.pdf](http://oro.open.ac.uk/18127/1/10_Clarke.pdf) (Consultado a 10.1.2018)
- Colgan, J e Keohane, R. (2017). *The Liberal Order is Rigged*. *Foreign Affairs*. Volume 96. Nº 3. Pp. 36-44. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2017-04-17/liberal-order-rigged> (Consultado a 16.07.2018)
- Corporate Europe Observatory. (2014a). *The Record of a captive commission*. Disponível em: [https://corporateeurope.org/sites/default/files/attachments/record\\_captive\\_commission.pdf](https://corporateeurope.org/sites/default/files/attachments/record_captive_commission.pdf) (Consultado a 14.03.2018)
- Council of the European Union (2001) *Conclusions of the heads of state or Government of the euro area* (Brussels, 11 of March). Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/21423/20110311-conclusions-of-the-heads-of-state-or-government-of-the-euro-area-of-11-march-2011-en.pdf> (Consultado a 05.06.2018)
- Cox, R. W. (1981). *Social forces, states and world orders: beyond international relations theory*. *Millennium*. Volume 10. N º 2. Pp. 126-155. Disponível em: [https://www.uni-erfurt.de/fileadmin/public\\_docs/Internationale\\_Beziehungen/cox.pdf](https://www.uni-erfurt.de/fileadmin/public_docs/Internationale_Beziehungen/cox.pdf) (Consultado a 10.1.2018)
- Chorev and Baab. 2009. *The crisis of neoliberalism and the future of international institutions: A comparison IMF and the WTO*. *Theory and Society*. Volume 38. Nº 5. Pp. 459-484. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/225117900\\_The\\_Crisis\\_of\\_Neoliberalism\\_and\\_the\\_Future\\_of\\_International\\_Institutions\\_A\\_Comparison\\_of\\_the\\_IMF\\_and\\_the\\_WTO](https://www.researchgate.net/publication/225117900_The_Crisis_of_Neoliberalism_and_the_Future_of_International_Institutions_A_Comparison_of_the_IMF_and_the_WTO) (Consultado a 10.1.2018)
- Crouch, C. (2011). *The Strange Non--Death of Neo--liberalism*. Cambridge: Polity.

- Davies, W. (2014). Neoliberalism: A bibliographic review. *Theory, Culture & Society*. Volume 31. Nº 7/8. Pp. 309-317. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0263276414546383> (Consultado a 10.1.2018)
- Deetz, S.A. (1992), *Democracy in an Age of Corporate Colonization*. Albany. State University of New York Press
- De Grauwe e Yi Yuemei (2013). Panic-driven austerity in the Eurozone and its implications. 21 de fevereiro. Vox CEPR Policy Portal. Disponível em: <https://voxeu.org/article/panic-driven-austerity-eurozone-and-its-implications> (Consultado a 07.08.2018)
- Derrida, J.; Spivak, G. C. (2013): *Of Grammatology*: Johns Hopkins University Press.
- Die Bundesregierung. (2011). Pressestatements von Bundeskanzlerin Angela Merkel und dem Ministerpräsidenten der Republik Portugal, Pedro Passos Coelho. Presse und Informationsamt der Bundesregierung. Disponível em: <https://archiv.bundesregierung.de/archiv-de/dokumente/pressestatements-von-bundeskanzlerin-angela-merkel-und-dem-ministerpraesidenten-der-republik-portugal-pedro-passos-coelho-848964> (Consultado a 16.10.2018)
- Doyle, M. W. (1986). Liberalism and world politics. *American political science review*. Volume 80. Nº 4. Pp. 1151-1169. Disponível em: [https://is.muni.cz/el/1423/podzim2009/MVZ200/Doyle\\_Liberalism\\_World\\_Politics\\_APSR\\_1986.pdf](https://is.muni.cz/el/1423/podzim2009/MVZ200/Doyle_Liberalism_World_Politics_APSR_1986.pdf) (Consultado a 14.6.2018)
- Doyle, M. W. (2008). *Liberalism and foreign policy*. Foreign Policy: Theories, Actors, Cases. Oxford. Oxford University Press. Pp. 50-70.
- Drahokoupil, J., & Horn, L. (Eds.). (2009). *Contradictions and limits of neoliberal European governance: from Lisbon to Lisbon*. London. Palgrave Macmillan. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Bastiaan\\_Apeldoorn/publication/260434604\\_Contradictions\\_and\\_Limits\\_of\\_Neoliberal\\_European\\_Governance/inks/546914770cf2397f782d6d5c/Contradictions-and-Limits-of-Neoliberal-European-Governance.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Bastiaan_Apeldoorn/publication/260434604_Contradictions_and_Limits_of_Neoliberal_European_Governance/inks/546914770cf2397f782d6d5c/Contradictions-and-Limits-of-Neoliberal-European-Governance.pdf) (Consultado a 8.2.2018)
- Dukelow, F. (2015). ‘Pushing against an open door’: Reinforcing the neo-liberal policy paradigm in Ireland and the impact of EU intrusion. *Comparative European Politics*. Volume 13. Nº 1. Pp. 93-111. Disponível em:

<https://www.ingentaconnect.com/content/pal/14724790/2015/00000013/0000001/art00006> (Consultado a 14.4.2018)

Dullien, S., & Guérot, U. (2012). The long shadow of ordoliberalism: Germany's approach to the euro crisis. London. European Council on Foreign Relations (ECFR). Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/8da0/9ef76b1598eadd96966c9757054bfc3652f5.pdf> (Consultado a 20.3.2018)

Dumenil, G., & Levy, D. (2004). Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution. Cambridge (Mass.) Harvard University.

Eagleton-Pierce, M. (2016). Neoliberalism The Key Concepts. London Routledge

Easterly, W. (2005). What did structural adjustment adjust? The association of policies and growth with repeated IMF and World Bank adjustment loans. Journal of Development Economics. Volume 76. Nº 1. Pp. 1-22. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/97b9/214aae653f821ebfb582c0f6d54c529d5181.pdf> (Consultado a 01.10.2018)

El Pais. (2011). ECB asked Spain for wages cuts in return for bond purchases. El País english edition. 7 de Dezembro. Disponível em: [http://elpais.com/elpais/2011/12/07/inenglish/1323238849\\_850210.html](http://elpais.com/elpais/2011/12/07/inenglish/1323238849_850210.html) (Consultado a 26.05.2018)

European Commission (2010) State of the Union speech. 07 Setembro 2010. SPEECH/10/411. Estrasburgo. Disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-10-411\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-10-411_en.htm) (Consultado a 25.04.2018)

European Commission (2011) State of the Union speech. 28 Setembro 2011. SPEECH/11/607. Estrasburgo. Disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-11-607\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-11-607_en.htm) (Consultado a 25.04.2018)

European Commission (2012) State of the Union speech. 12 Setembro 2012. Estrasburgo. Disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-12-596\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-12-596_en.htm) (Consultado a 25.04.2018)

European Commission (2013) State of the Union speech. 11 Setembro 2013. Estrasburgo Disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-13-684\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-684_en.htm) (Consultado a 25.04.2018)

European Commission (2012): The Second Economic Adjustment Programme for Greece. European Economy Occasional Papers 94. Brussels. Disponível em: [http://ec.europa.eu/economy\\_finance/publications/occasional\\_paper/2012/pdf/ocp94\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/occasional_paper/2012/pdf/ocp94_en.pdf) (Consultado a 04.08.2018)

European Commission (2011): Annual Growth Survey 2012, COM(2011) 815 final, Brussels, 23.11. Disponível em: <https://www.eesc.europa.eu/en/our-work/opinions-information-reports/opinions/annual-growth-survey-2012> (Consultado a 04.08.2018)

European Council (2011): The Euro Plus Pact: stronger economic policy coordination for competitiveness and convergence, Conclusions of the European Council of 24/25 March 2011, Annex 1, EUCO 10/1/11 REV 1, Brussels. Disponível em: [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/en/ec/120296.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/120296.pdf). (Consultado a 04.08.2018)

European Council / European Parliament (2011a): Regulation (EU) No. 1176/2011 on the prevention and correction of macroeconomic imbalances of 16 November 2011, Official Journal of the European Union L 306, 25–32. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:306:0025:0032:en:PDF>

European Council / European Parliament (2011b): Regulation (EU) No. 1174/2011 on enforcement measures to correct excessive macroeconomic imbalances in the euro area of 16 November 2011, Official Journal of the European Union L 306, 8–11. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:306:0008:0011:EN:PDF> (Consultado a 10.01.2018)

European Parliament. (1970). Commemoration du 20 anniversaire de la déclaration du président Robert Schuman. Strasbourg, European Parliament. Disponível em: <http://aei.pitt.edu/14143/1/S27.pdf> (Consultado a 05.06.2018)

Eurostat. (2013). Labour force survey overview 2013. Eurostat Labour Market. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics->

[explained/index.php/Archive:Labour force survey overview 2013](http://explained/index.php/Archive:Labour_force_survey_overview_2013)  
(Consultado a 19.08.2018)

Fairclough, N. (1992). Discourse and social change. Cambridge. Polity press.

Ferguson, J. (2010). 'The Uses of Neoliberalism'. Antipode. Volume 41. Nº 1. Pp.166--184. Disponible en:  
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8330.2009.00721.x>  
(Consultado a 10.1.2018)

Fleck, Ludwik. (1979). The Genesis and Development of a Fact. Chicago. University of Chicago Press.

Foucault, M. (1972). The archaeology of knowledge (A. Sheridan, Trans.). New York. Pantheon.

Foucault, M (2008). The Birth of Biopolitics. Palgrave Macmillan.

Foucault, M. (1977). "Nietzsche, Genealogy, History." In Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews. Ithaca. Cornell University Press.

Foucault, M. (1977). A. Discipline and punish. New York: Pantheon.

Foucault, M. (1978) The History of Sexuality: An Introduction. Hardmonstown. Penguin

Fukuyama, F. (1992). The end of history and the last man. New York. Free Press

Gadamer, H.-G., & Weinsheimer, J. (2011). Truth and method. London. Continuum.

Gallino, L. (2011). Finanzcapitalismo; la civiltà del denaro in crisis. Turin. Passaggi Einaudi.

Gill, S. (1994). Gramsci, historical materialism and international relations; New York: Cambridge University Press

Gilpin, R. (1981). War and Change in World Politics. Cambridge: Cambridge University Press.

- Gilpin, R. (2016). The political economy of international relations. Princeton University Press.
- Gore, C. (2000). The Rise and Fall of Washinton Consensus as a Paradigm for Developing countries. World Development. Volume 28. Nº 5. Pp. 789-804. Disponível em: <https://www.gsid.nagoya-u.ac.jp/sotsubo/gore.pdf> (Consultado a 17.04.2018)
- Gramsci, A. (1992). Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci. New York. International
- Haas, E. B., & Dinan, D. (1958). The uniting of Europe: Political, social, and economic forces, 1950-1957. Stanford. Stanford University Press.
- Habermas, J. (1987). The theory of communicative action. Vol. 2. Lifeworld and system: A critique of functionalist reason. Cambridge. Polity Press.
- Habermas, J. (2014). Europe the Faltering Project. Oxford, Wiley.
- Habermas, J., & Cronin, C. (2012). The crisis of the European Union: a response. Cambridge. Polity Press.
- Hacker, B., & Koch, C. M. (2016). Reform discourses on the Euro zone. Friedrich-Ebert-Stiftung. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/id/ipa/13000.pdf> (Consultado a 5.03.2018)
- Hall, S. (1992). Formations of modernity. Cambridge. Polity Press
- Han, B.-C (2017). Psychopolitics: neoliberalism and new technologies of power. London. Verso.
- Harvey, D. (2007). A brief history of neoliberalism. Oxford. University Press.
- Hayek, F. A. (1978). In support of Pinochet, Letter published in Times of London. Margaret Thatcher Foundation. 11 de Julho. Disponível em: <https://c59574e9047e61130f13-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.ssl.cf1.rackcdn.com/5B5A9A8A7EC342BE825B84199C21BF7B.pdf> (Consultado a 18.06.2018)



- Harvey, D. (2014). *Seventeen contradictions and the end of capitalism*. London. Profile Books.
- Harvey, D. (2008) The right to the city. *New Left Review*. Nº53. Pp. 23–40. Disponível em: <https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city> (Consultado a 01.10.2018)
- Hayek, F. (1960). *The Constitution of Liberty: The Definitive Edition*, ed. Ronald Hamowy. The Collected Works of FA Hayek
- Hayek, F. A. V. (1945). *The road to serfdom, a condensation from the book*. New York. Reader's digest.
- Heidegger, M., & STAMBAUGH, J. (2002). *On time and being*. Chicago. University of Chicago Press.
- Held, D. (2013). *Introduction to Critical Theory Horkheimer to Habermas*. New York. John Wiley & Sons.
- Heywood, A. (2015). *Political theory: an introduction*. Macmillan International Higher Education.
- Hilgers, M. (2010). The three anthropological approaches to neoliberalism\*. *International Social. Science Journal*. Volume 61. Nº 202. Pp. 351–364. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-2451.2011.01776.x> (Consultado a 10.01.2018)
- Holborow, M. (2015). *Language and Neoliberalism*. London: Routledge.
- Howarth, D. (2005). *Discourse theory in European politics: identity, policy and governance*. New York. Palgrave Macmillan
- Howarth, D. (2009). Power, discourse, and policy: articulating a hegemony approach to critical policy studies. *Critical Policy Studies*. Volume 3. Nº 3. 309-335. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19460171003619725?journalCode=rcps20> (Consultado a 9.02.2018)
- Marcuse, H. (2006). *Negations: Essay in critical theory*. London. MayFlyBooks. Disponível em:

[https://monoskop.org/images/5/57/Marcuse\\_Herbert\\_Negations\\_Essays\\_in\\_Critical\\_Theory\\_2009.pdf](https://monoskop.org/images/5/57/Marcuse_Herbert_Negations_Essays_in_Critical_Theory_2009.pdf) (Consultado a 12.11.2017)

Huke, N, Clua-losada, M & Bailey, D. (2015). Disrupting the European Crisis: A Critical Political Economy of Contestation, Subversion and Escape. *New Political Economy*. Volume 20. Nº 5. Pp.725-751. Disponível em: [http://pure-oai.bham.ac.uk/ws/files/21081089/Huke\\_et\\_al\\_Disrupting\\_the\\_european\\_crisis\\_New\\_political\\_economy\\_2015.pdf](http://pure-oai.bham.ac.uk/ws/files/21081089/Huke_et_al_Disrupting_the_european_crisis_New_political_economy_2015.pdf) (Consultado a 17.03.2018)

Hurt, S. R. (2012). The EU–SADC Economic Partnership Agreement Negotiations: locking in the neoliberal development model in southern Africa? *Third World Quarterly*. Volume 33. Nº 3. Pp. 495-510. Disponível em: <https://radar.brookes.ac.uk/radar/file/85c6dba2-5c1b-3762-1c49-28ffcfd8231a/1/SR%20Hurt%20EPAs%20Article%20TWQ%202012.pdf> (Consultado a 24.02.2018)

Iber, P. (2018). “Worlds apart: how neoliberalism shapes the global economy and limits the power of democracies”. *The New Republic*. 6 de Abril. Disponível em: <https://newrepublic.com/article/147810/worlds-apart-neoliberalism-shapes-global-economy> (Consultado a 08.06.2018)

International Monetary Fund. (1981). Annual Report 1981. Washington, International Monetary Fund. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/archive/pdf/ar1981.pdf> (Consultado a 24.05.2018)~

International Monetary Fund. (1982). Annual Report 1982. Washington, D.C., International Monetary Fund. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/archive/pdf/ar1981.pdf> (Consultado a 24.05.2018)

International Monetary Fund. (1983). Annual Report 1983. Washington, D.C., International Monetary Fund. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/archive/pdf/ar1983.pdf> (Consultado a 24.05.2018)

International Monetary Fund. (1985). Annual Report 1985. Washington, D.C., International Monetary Fund. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/archive/pdf/ar1985.pdf> (Consultado a 24.05.2018)

International Monetary Fund. (1987). Annual Report 1987. Washington, D.C. International Monetary Fund. Disponível em:

<https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/archive/pdf/ar1987.pdf>  
(Consultado a 24.05.2018)

International Monetary Fund. (1990). Annual Report 1990. Washington, D.C.  
International Monetary Fund. Disponível em:  
<https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/archive/pdf/ar1990.pdf>  
(Consultado a 24.05.2018)

International Monetary Fund. (1995). Annual Report 1995. Washington, D.C.  
International Monetary Fund. Disponível em:  
<https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/archive/pdf/ar1995.pdf>  
(Consultado a 24.05.2018)

International Monetary Fund. (2000). Annual Report 2000: Making the Global  
Economy Work for All. Washington, International Monetary Fund.  
Disponível em:  
<https://www.imf.org/en/Publications/AREB/Issues/2016/12/31/Annual-Report-of-the-Executive-Board-for-the-Financial-Year-Ended-April-30-2000>  
(Consultado a 24.05.2018)

International Monetary Fund. (2010). World economic outlook, October 2010:  
recovery, risk, and rebalancing. Washington, D.C., International Monetary  
Fund. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2010/02/>  
(Consultado a 24.05.2018)

International Monetary Fund. (2012). Greece. Request for Extended Arrangement  
under the Extended Fund Facility. Washington DC. N° 12/57. Disponível  
em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr1257.pdf> (Consultado  
a 04.08.2018)

Johnston, D., & Saad-Filho, A. (2005). Neoliberalism: a critical reader. London.  
Pluto Press.

Kant, I. (1903). To perpetual peace: A philosophical essay. London. Swan  
Sonnenschein & Co, Lim. Disponível em:  
<https://archive.org/details/perpetualpeacea00kantgoog> (Consultado a  
20.11.2017)

Karanikolos, M. (2013). Financial crisis, austerity, and health in Europe. The  
Lancet. Volume 38. N° 9874. Pp. 1323-1331. Disponível em:

[http://www.antonioacasella.eu/salute/lancet\\_crisis\\_health\\_27mar13.pdf](http://www.antonioacasella.eu/salute/lancet_crisis_health_27mar13.pdf)  
(Consultado a 09.07.2018)

Kindleberger, C. P. (1978). Economic response. Cambridge, Mass. Harvard University Press.

Kindleberger, C. P. (1986). Hierarchy versus inertial cooperation. International Organization. Volume 40. N° 4. Pp. 841-847. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/hierarchy-versus-inertial-cooperation/E072C2BA809C69C856C9E037C00B43F6>

(Consultado a 16.06.2018)

Konrad e Welsh (1990). One Germany in Europe. German History in Documents and Images. German Historical Institute. Washington, DC. Volume 10. Disponível em: [www.germanhistorydocs.ghi-dc.org](http://www.germanhistorydocs.ghi-dc.org) (Consultado a 7.4.2018)

Kowalsky.W. (2012).“From “Chicago boys” to “neoliberal talibans”: Towards a new financial world order”. Social Europe. 14 de Março. Disponível em: <https://www.socialeurope.eu/from-chicago-boys-to-neoliberal-taliban-towards-a-new-financial-world-order-ii> (Consultado a 03.04.2018)

Krasner, S. D. (2009). Think again: sovereignty. Foreign Policy. 20 de Novembro. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2009/11/20/think-again-sovereignty/> (Consultado a 14.07.2018)

Krugman, P. (2012). Europe’s austerity madness. New York Times. Volume 28. N° A35. Disponível em: <http://teamsters952.org/NEWSPAPER%20ARTICLES/Europe's%20Austerity%20Madness.PDF> (Consultado a 14.07.2018)

Krugman, P. (1987). Is free trade passé?. Journal of economic Perspectives. Volume 1. N° 2. Pp. 131-144. Disponível em: <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.1.2.131> (Consultado a 28.09.2018)

Krugman, P. (2010). Myths of austerity. The New York Times. 10 de Junho. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2010/07/02/opinion/02krugman.html> (Consulta do a 14.07.2018)

Krugman, P. (2010). The euro trap. New York Times. 29 de Abril. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2010/04/30/opinion/30krugman.html> (Consultado a 14.07.2018)

Krugman, P. (2015). The austerity delusion. The Guardian. 29 de Abril. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/ng-interactive/2015/apr/29/the-austerity-delusion> (Consultado a 14.07.2018)

Laclau, E. and Mouffe, C., 2001. Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics. London. Verso. Disponível em: <https://altexploit.files.wordpress.com/2017/08/ernesto-laclau-chantal-mouffe-hegemony-and-socialist-strategy-towards-a-radical-democratic-politics-second-edition-verso-2001.pdf> (Consultado a 04.02.2018)

Large, W. (2015). Levinas' "Totality and Infinity". London. Bloomsbury.

Linklater, Andrew (1986). "Realism, Marxism and Critical International Theory". Review of International Studies. 12 (4): 301–312. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/realism-marxism-and-critical-international-theory/EA4F03A0775742C7D5038A2D265E6B91> (Consultado a 10.01.2018)

Lütz, S., & Kranke, M. (2014). The European rescue of the Washington Consensus? EU and IMF lending to Central and Eastern European countries. Review of International Political Economy, 21(2), 310-338. (Consultado a 11.03.2019)

Mandeville, B. (1714/1924). The Fable of the Bees. Hardmondsworth, Penguin.

Mannheim, K. Ideology and Utopia: An introduction to sociology of knowledge. New York: Harcourt, Brace, London : Routlage & Kegan Paul.

Mcelveen, J., Siekmeier, J. F., & Howard, A. M. (2014). Foreign relations of the United States, 1969-1976. XXI, XXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v21> (Consultado a 12.07.2018)

Micocci, A., & Di Mario, F. (2018). The fascist nature of neoliberalism. New York: Routledge.

- Milliken, J. (1999). The study of discourse in international relations: A critique of research and methods. *European journal of international relations*. Volume 5. Nº2. Pp.225-254. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066199005002003> (Consultado a 20.07.2018)
- Milner H.V.(1999). The political economy of international trade. *Annu. Rev. Polit. Sci.*. Volume 2. Nº 9. Pp. 91-114. Disponível em: <https://web.stanford.edu/class/polisci243c/readings/v0002017.pdf> (Consultado a 20.07.2018)
- Mirowski, P., & Plehwe, D. (2015). *The road from Mont Pelerin: the making of the neoliberal thought collective*. London. Harvard University Press
- Mises, L.V. (2002). *Liberalism: the classical tradition*. New York. Cobden Press and The Foundation for Economic Education. Disponível em: <https://fee.org/resources/liberalism-by-ludwig-von-mises/> (Consultado a 10.01.2018)
- Moschella, M. (2015). The institutional roots of incremental ideational change: The IMF and capital controls after the global financial crisis. *The British Journal of Politics and International Relations*, 17(3), 442-460. (Consultado a 11.03.2019)
- Moravcsik, A. (1998). *The choice for Europe: social purpose and state power from Messina to Maastricht*. Ithaca, Cornell University Press.
- Morton, A. D. (2003). Social forces in the struggle over hegemony: neo-gramscian perspectives in international political economy. *Rethinking Marxism*. Volume 15. Nº 2. Pp. 153–179. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0893569032000113514?journalCode=rrmx20> (Consultado a 10.01.2018)
- Moury, C. (2016). *A democracia na Europa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Moury, C., & Standring, A. (2017). ‘Going beyond the Troika’: Power and discourse in Portuguese austerity politics. *European Journal of Political Research*, 56(3), 660-679.
- Nedergaard, P. (2013). *The Influence of Ordoliberalism in European Integration Processes-A Framework for Ideational Influence with Competition Policy*

and the Economic and Monetary Policy as Examples. University Library of Munich, Germany. (Consultado a 12.03.2019)

Nietzsche, F. (1989). On Rethoric and Language. New York. Oxford University Press. Disponível em: <https://archive.org/details/NietzscheOnTruthAndLying> (Consultado a 13.11.2017)

Nietzsche, F. (2007). On the genealogy of morality and other writings. Cambridge. University Press.

Nousios, P.; Overbeek, H.; Tsolakis, A. (2012). Globalisation and European Integration: Critical Approaches to Regional Order and International Relations. Routledge. Disponível em: [https://books.google.de/books?id=osJWt691SVMC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.de/books?id=osJWt691SVMC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false) (Consultado a 08.02.2018)

Nozick, R. 1999. Anarchy, State and Utopia. Oxford. Blackwell Publishers.

Observatório da Emigração. (2015). Portuguese Emigration Factbook 2015. Lisboa. Observatório da Emigração, CIESIUL ISCTE-IUL. Disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/4447.html> (Consultado a 13.07.2018)

OCDE. (2013). OCDE Economic surveys Greece. Paris. OCDE Publishing. Disponível em: [https://read.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-economic-surveys-greece-2013\\_eco\\_surveys-grc-2013-en#page6](https://read.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-economic-surveys-greece-2013_eco_surveys-grc-2013-en#page6) (Consultado a 19.08.2018)

OCDE. (2017a). Understanding the socio-economic divide in europe. Paris. OCDE Publishing. Disponível em: <https://www.oecd.org/els/soc/cope-divide-europe-2017-background-report.pdf> (Consultado a 20.07.2018)

Ostry et al. (2016). Neoliberalism Oversold?. Finance and Development. Junho. Volume 53. Nº2. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm> (Consultado a 12.01.2018)

Overbeek, H., & van Apeldoorn, B. (2012). Neoliberalism in Crisis. Basingstoke. Palgrave Macmillan.

- Peck, J. (2010a). *Constructions of Neoliberal Reason*. Oxford. Oxford University Press.
- Peck, J. & Theodore, N. (2007) Variegated capitalism, *Progress in Human Geography*, 31(6), pp. 731–772. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.547.5154&rep=rep1&type=pdf> (Consultado a 10.01.2018)
- Peck, J. (2008). *Remaking Laissez Faire*. *Progress in Human Geography*. Volume 32. N° 1. Pp. 3-43. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.553.324&rep=rep1&type=pdf> (Consultado a 10.01.2018)
- Piketty, T., Sachs, J., Flassbeck, H., Rodrik, D., & Wren-Lewis, S. (2015). Austerity has failed: An open letter from Thomas Piketty to Angela Merkel. *The Nation*. Volume 7. N° 7. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/austerity-has-failed-an-open-letter-from-thomas-piketty-to-angela-merkel/> (Consultado a 16.06.2018)
- Piketty, T., & Goldhammer, A. (2017). *Capital in the twenty-first century*. Cambridge Massachusetts. The Belknap Press of Harvard University Press.
- Popper, K. (2012). *The open society and its enemies*. Routledge.
- Polanyi, K. (1944) *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press.
- Przeworski and Vreeland 2000. The effect of IMF programs on economic growths. *Journal of Development Economics*. Volume 62. Pp. 385–421. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.610.9437&rep=rep1&type=pdf> (Consultado a 10.01.2018)
- Rabinow, P (1984). *The Foucault Reader*. New York. Pantheon Books
- Raworth, K. (2018). *Doughnut Economics: seven ways to think like a 21st-century economist*. London. Random House Penguin
- Rodrik, D. (2006). *Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion: A review of the World Bank's Economic Growth in the 1990s: Learning from a decade*. *Journal of Economic Literature*. Volume XLIV. Pp. 973–



987. Disponível em:  
<https://pdfs.semanticscholar.org/17ee/4be452bb041848f5f5eef84aa83c10906a99.pdf> (Consultado a 24.03.2018)
- Rodrik, D.(2017). The fatal flaw of neoliberalism: it's bad economics. The Guardian. 14 de Novembro 2017. Disponível em:  
<https://www.theguardian.com/news/2017/nov/14/the-fatal-flaw-of-neoliberalism-its-bad-economics> (Consultado a 15.04.2018)
- Ruggie, J. G. (1982). International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order. International Organization, 36, 2. Disponível em: [http://ftp.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/rug\\_ocr.pdf](http://ftp.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/rug_ocr.pdf) (Consultado a 27.06.2018)
- Schipper, S. (2011). 'Not the Market Has Failed, but the State. The Hegemony of Urban: Neoliberalism in the Case of Frankfurt am Main during the Crisis 2008–2010'. Paper presented at the International RC21 conference. Disponível em:  
<http://www.rc21.org/conferences/amsterdam2011/edocs/Session%204/4-1-Schipper.pdf> (Consultado a 12.03.2018)
- Schuman, R. (1950/2015). Declaration Schuman of 9 May 1950. Luxemburg. Commission européenne Direction générale de la communication Information des citoyens. Disponível em:  
[http://eubg.eu/upload/files/662783579\\_Shumann.pdf](http://eubg.eu/upload/files/662783579_Shumann.pdf) (Consultado a 11.04.2018)
- Selwyn B. (2015). "Friderich Hayek: in the defense of dictatorship". Open Democracy. 9 de Junho. Disponível em  
<https://www.opendemocracy.net/benjamin-selwyn/friedrich-hayek-dictatorship> (Consultado a 09.07.2018)
- Serra, N., & Stiglitz, J. (2008) (Eds.). The Washington Consensus Reconsidered: Towards a New Global Governance. Oxford University Press. Disponível em: <http://www.library.fa.ru/files/Stiglitz-Washington.pdf> (Consultado a 09.07.2018)
- Smith, A. (1776/1950). An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations. Methuen.
- Stiglitz, J. et al (2014). A call for policy change in Europe. Challenge. Volume 58. Nº4. Pp. 5-17. Disponível em:

<https://www.du.edu/korbel/media/documents/grabel-call-for-policy-change.pdf> (Consultado a 07.05.2018)

Stiglitz, J. E. (2014). Europe's austerity zombies. Project Syndicate. 26 de Setembro. Disponível em: [https://www.universidadpermanente.com/iniciativas/sites/default/files/Europe\\_Austerity\\_Zombies\\_by\\_Joseph\\_E\\_Stiglitz\\_Project\\_Syndicate.pdf](https://www.universidadpermanente.com/iniciativas/sites/default/files/Europe_Austerity_Zombies_by_Joseph_E_Stiglitz_Project_Syndicate.pdf) (Consultado a 14.05.2018)

Stiglitz, J. E. (2002). Globalization and its discontents. New York. Norton.

Stiglitz, J. E. (2016). The euro: How a common currency threatens the future of Europe. New York. WW Norton & Company.

Streeck, W. (2016). A problem with Democracy. Verso. Disponível em: <https://www.versobooks.com/blogs/2943-wolfgang-streeck-a-problem-with-democracy> (Consultado a 16.10.2018)

Thatcher, M. (1980). Speech to Conservative Party Conference (the lady's not turning) [The Reason why?]. Margaret Thatcher Foundation. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/104431> (Consultado a 13.07.2018)

Thatcher, M. (1981). Speech at Conservative Party Conference (plus address to overflow meeting). Margaret Thatcher Foundation. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/104717> (Consultado a 13.07.2018)

Thatcher, M. (1993). The Downing Street Years. London. Harper Collins Publishers.

The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank 2005. Economic growth in the 1990s: learning from a decade of reform. Washington D.C. Disponível em: <http://www1.worldbank.org/prem/lessons1990s/chaps/frontmatter.pdf> (Consultado a 30.05.2018)

Titscher, S., Meyer, M., Wodak, R., & Vetter, E. (2000). Methods of text and discourse analysis: In search of meaning. London. Sage Publications.

Treaty of Amsterdam, Amending the Treaty on European Union, the Treaties Establishing the European Communities and Certain Related Acts (1997), in Official Journal of the European Communities, C340, 10 November.

Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/topics/treaty/pdf/amst-en.pdf> (Consultado a 08.06.2018)

Treaty of Lisbon, Amending the Treaty on European Union and the Treaty Establishing the European Community (2007), in Official Journal of the European. Disponível em: [http://publications.europa.eu/resource/ellar/688a7a98-3110-4ffe-a6b3-8972d8445325.0007.01/DOC\\_19](http://publications.europa.eu/resource/ellar/688a7a98-3110-4ffe-a6b3-8972d8445325.0007.01/DOC_19) (Consultado a 08.06.2018)

Treaty on European Union, Together with the Complete Text of the Treaty Establishing the European Community (1992), in Official Journal of the European Communities, C244, 31 August. Disponível em: [https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty\\_on\\_european\\_union\\_en.pdf](https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_on_european_union_en.pdf) (Consultado a 08.06.2018)

Treaty of Nice, Amending the Treaty on European Union, the Treaties Establishing the European Communities and Certain Related Acts10.0pt; line-height:150%;font-family:Verdana" > (2001), in Official Journal of the European Communities, C80, 10 March 2001. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:12001C/TXT&from=EN> (Consultado a 08.06.2018)

Trichet, J.C. (2010). Interview with Jean-Claude Trichet, President of the ECB. Le Figaro. 3 de Setembro. Disponível em: [http://www.ecb.int/press/key/date/2010/html/sp100903\\_1.en.html](http://www.ecb.int/press/key/date/2010/html/sp100903_1.en.html) (Consultado a 14.03.2018)

Vanberg, V. J. (2004). The Freiburg School: Walter Eucken and Ordoliberalism (No. 04/11). Freiburg discussion papers on constitutional economics.

Venugopal, R (2015) Neoliberalism as concept. Economy and Society. Volume 44. N° 2. Pp. 165-187. Disponível em: [http://eprints.lse.ac.uk/60471/1/lse.ac.uk\\_storage\\_LIBRARY\\_Secondary\\_libfile\\_shared\\_repository\\_Content\\_Venugopal%2C%20R\\_Neoliberalism%20as%20concept\\_Venugopal\\_Neoliberalism%20as%20concept\\_2015.pdf](http://eprints.lse.ac.uk/60471/1/lse.ac.uk_storage_LIBRARY_Secondary_libfile_shared_repository_Content_Venugopal%2C%20R_Neoliberalism%20as%20concept_Venugopal_Neoliberalism%20as%20concept_2015.pdf) (Consultado a 10.01.2018)

Wallerstein, I. (2008). The demise of neoliberal globalization. YaleOnline. 4 de Fevereiro. Disponível em: <https://yaleglobal.yale.edu/content/2008-demise-neoliberal-globalization> (Consultado a 10.01.2018)

- Warlouzet, L. (2019). The EEC/EU as an Evolving Compromise between French Dirigism and German Ordoliberalism (1957–1995). *JCMS: Journal of Common Market Studies*.
- Weiss, G., & Wodak, R. (2003). Introduction: Theory, interdisciplinarity and critical discourse analysis. In *Critical discourse analysis*. London. Palgrave Macmillan
- Wendt, A. (1992) "Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics". *International Organization*. Volume 46. Nº.2. Disponível em: <https://people.ucsc.edu/~rlipsch/migrated/Pol272/Wendt.Anarch.pdf> (Consultado a 15.01.2018)
- Williamson, J. (1990/2002). Latin American Adjustment: How Much Has Happened? What Washington means by policy reform. Peterson Institute for International Economics. Disponível em: <https://piie.com/commentary/speeches-papers/what-washington-means-policy-reform> (Consultado a 23.02.2018)
- Wittgenstein, L. (2011). *Tratado lógico-filosófico: investigações filosóficas*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Wodak, R., & Meyer, M. (Eds.). (2009). *Methods for critical discourse analysis*. London. Sage Publications. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/261773565\\_Methods\\_of\\_Critical\\_Discourse\\_Analysis\\_Vol\\_1](https://www.researchgate.net/publication/261773565_Methods_of_Critical_Discourse_Analysis_Vol_1) (Consultado a 10.01.2018)
- World Bank. (1981). *World Bank Annual Report 1981*. Washington, D.C. : World Bank Group. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/233361468764733839/pdf/multi-page.pdf> (Consultado a 20.05.2018)
- World Bank. (2000). *World Bank Annual Report 2000*. Washington, D.C. : World Bank Group. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/931281468741326669/pdf/multi-page.pdf> (Consultado a 20.05.2018)
- World Bank. (1987). *World Bank Annual Report 1987*. Washington, D.C. : World Bank Group. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/860471468765028142/pdf/multi-page.pdf> (Consultado a 20.05.2018)

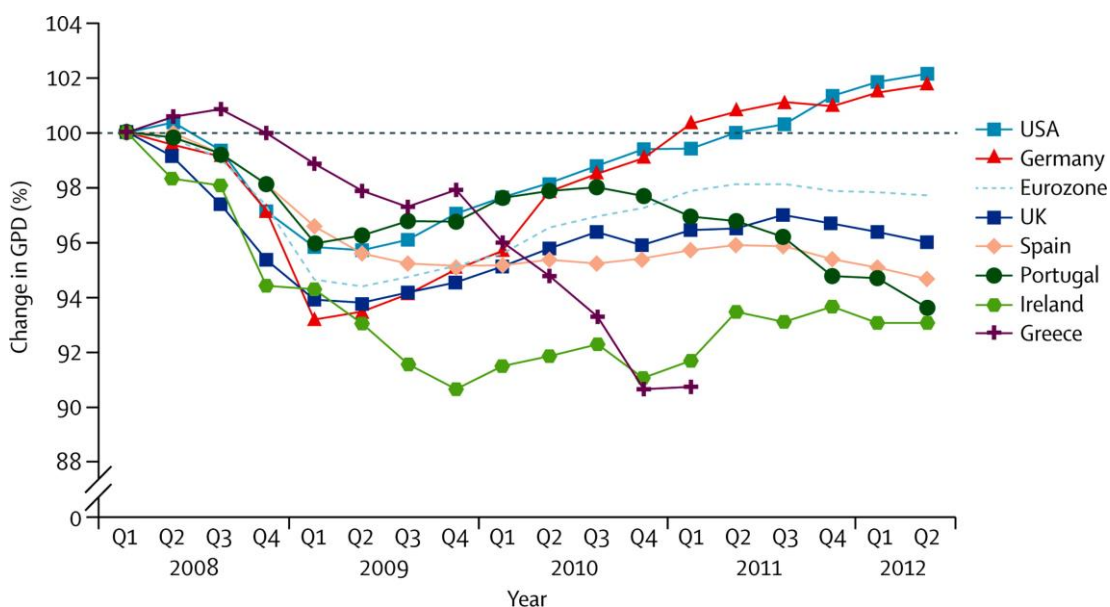
World Bank. (1985). First Structural Adjustment Loan: Program Performance Audit Report. Washington, D.C. World Bank Group. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/997641468913852005/pdf/multi-page.pdf> (Consultado a 20.05.2018)

Wren-Lewis, S. (2015). The knowledge transmission mechanism and austerity: Why policy makers, rather than academic economists, made macroeconomic errors in 2010 (No. 160). IMK Working Paper. (Consultado a 11.03.2019)

Wörsdörfer, M. (2013). Von Hayek and Ordoliberalism on Justice. Journal of the History of Economic Thought, 35(3), 291-317. (Consultado a 11.03.2019)

## ANEXOS

### Anexo A: Evolução do PIB

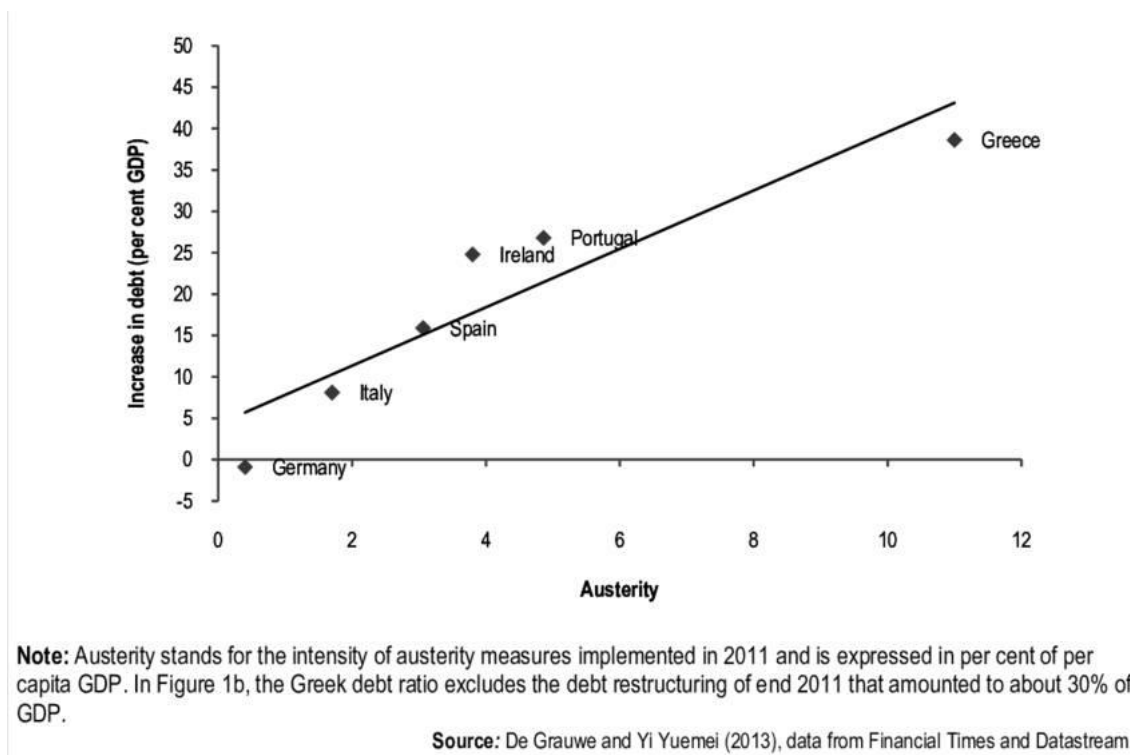


Este gráfico mostra a diferença na evolução do PIB entre os países que não executaram as medidas de austeridade, como os EUA e a Alemanha, e aqueles que foram alvo dessas mesmas medidas. Os EUA, que apostaram numa estratégia de estímulo económico acabaram por recuperar mais rápido da crise, tal como a Alemanha que não executou um programa de austeridade. Entre os países que foram alvo das “reformas estruturais”, pode-se distinguir aqueles que aplicaram um programa mais duro como Grécia que iniciou o programa em 2010 e que teve uma queda subsequente de cerca de 8% do PIB, ou Portugal que ao aplicar o programa em 2011 perdeu neste período cerca de 4% do PIB. O único país que ao ter aplicado os programas da Troika parece não ter perdido crescimento do PIB foi a Irlanda que ao assinar o programa de ajustamento aumentou cerca de 2% do PIB e estagnou até 2012. Os países como a Espanha e o Reino Unido que aplicaram medidas de austeridade sem executarem os programas da Troika, continuaram desde 2010 estagnados.

Pode-se concluir que os países que insistiram numa estratégia de austeridade não foram bem-sucedidos em lançar uma rápida recuperação económica, como os países que não adotaram estas políticas.

**Fonte:** Karanikolos, M, et al. (2013). Financial crisis, austerity, and health in Europe. The Lancet. Volume 381. Nº 9874. Pp. 1323-1331. Dados: Organisation for Economic Co-operation and Development. Disponível em: [http://www.antoniocasella.eu/salute/lancet\\_crisis\\_health\\_27mar13.pdf](http://www.antoniocasella.eu/salute/lancet_crisis_health_27mar13.pdf)

## Anexo B: Correlação entre austeridade e dívida pública



Este gráfico evidencia a correlação entre a intensidade da austeridade e o nível de crescimento da dívida. Os países que aplicaram o programa da Troika, como Irlanda, Portugal e Grécia, tiveram um crescimento maior da dívida do que países que executaram um programa de austeridade menos intenso como a Espanha ou Itália. O país que não executou medidas de austeridade, neste caso a Alemanha, foi o único que registou um decréscimo do nível de endividamento.

**Fonte:** De Grauwe e Yi Yuemei. (2013). Panic-driven austerity in the Eurozone and its implications. Vox CEPR Policy Portal. Dados: Financial Times and Datastream. Disponível em: <https://voxeu.org/article/panic-driven-austerity-eurozone-and-its-implications>

## Anexo C: Dívida pública grega

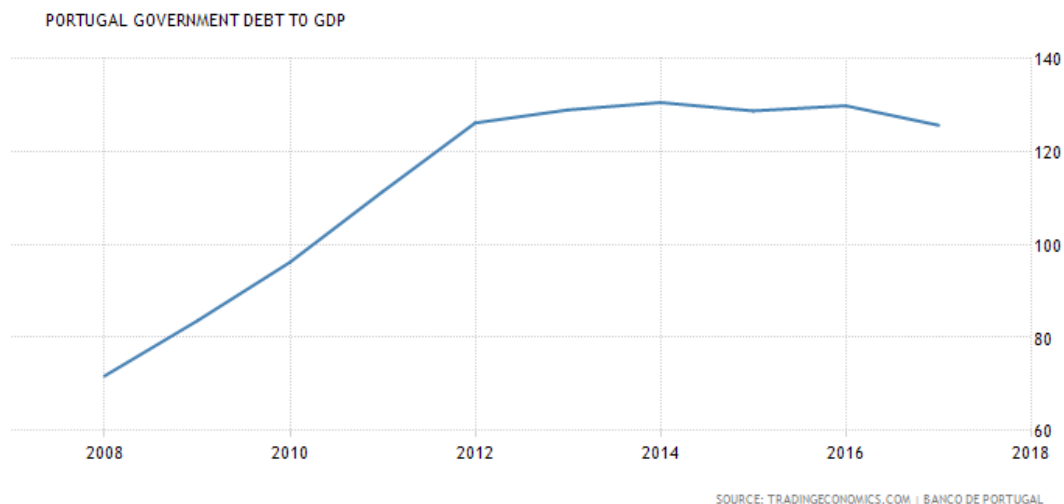


O gráfico da evolução da dívida Grega, evidencia que a partir da aplicação do programa da Troika em 2010, existe uma subida dos níveis de endividamento que passam de cerca de 125% do PIB para uma dívida pública de 170% do PIB. Regista-se, portanto, um aumento da dívida pública durante os programas de ajustamento estrutural.

**Fonte:** Trading Economics. “Greece Government Debt to GDP”. Dados: National Statistical Service of Greece. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/greece/government-debt-to-gdp>



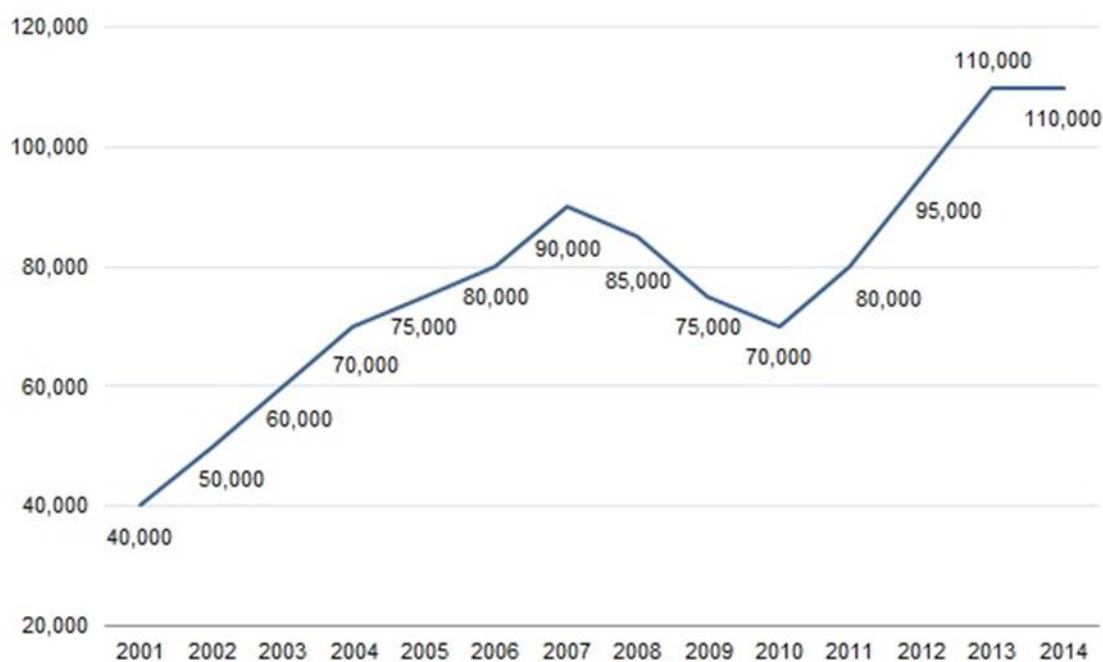
## Anexo D: Dívida pública portuguesa



O gráfico da dívida pública portuguesa, mostra a tendência de evolução entre o início da aplicação do programa da Troika em que o endividamento público se situava nos 108% do PIB em 2011 e o endividamento de cerca de 130% do PIB em 2014. Regista-se um aumento da dívida pública durante o programa de ajustamento estrutural.

**Fonte:** Trading Economics. “Greece Government Debt to GDP”. Dados: Banco de Portugal. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/portugal/government-debt-to-gdp>

## Anexo E: Emigração portuguesa



O gráfico sobre a emigração portuguesa evidencia que houve um aumento exponencial da emigração durante a aplicação do programa da Troika. Os 80.000 emigrantes registados em 2010, passaram para os 110.000. Regista-se um crescimento acelerado da emigração no período 2010 – 2014.

**Fonte:** Observatório da Emigração. (2015). “Portuguese Emigration Factbook 2015”. Lisbon. Observatório da Emigração, CIESIUL ISCTE-IUL. Disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/4447.html>

## **Anexo – F “State of the Union 2010” (Strasbourg, 7th September 2010)**

President,

Honourable Members,

It is a great privilege to deliver the first State of the Union address before this House.

From now on the State of the Union address will be the occasion when we will chart our work for the next 12 months. Many of the decisions we will take this year will have long-term implications. They will define the kind of Europe we want. They will define a Europe of opportunity where those that aspire are elevated and those in need are not neglected. A Europe that is open to the world and open to its people. A Europe that delivers economic, social and territorial cohesion.

Over the last year, the economic and financial crisis has put our Union before one of its greatest challenge ever. Our interdependence was highlighted and our solidarity was tested like never before.

As I look back at how we have reacted, I believe that we have withstood the test. We have provided many of the answers needed – on financial assistance to Member States facing exceptional circumstances, on economic governance, on financial regulation, on growth and jobs. And we have been able to build a base camp from which to modernise our economies. Europe has shown it will stand up and be counted. Those who predicted the demise of the European Union were proved wrong. The European institutions and the Member States have demonstrated leadership. My message to each and every European is that you can trust the European Union to do what it takes to secure your future.

The economic outlook in the European Union today is better than one year ago, not least as a result of our determined action. The recovery is gathering pace, albeit unevenly within the Union. Growth this year will be higher than initially forecast. The unemployment rate, whilst still much too high, has stopped increasing. Clearly, uncertainties and risks remain, not least outside the European Union.

We should be under no illusions. Our work is far from finished. There is no room for complacency. Budgetary expansion played its role to counter the decline in economic activity. But it is now time to exit. Without structural reforms, we will not create sustainable growth. We must use the next 12 months to accelerate our reform agenda. Now is the time to modernise our social market economy so that it can compete globally and respond to the challenge of demography. Now is the time to make the right investments for our future.

This is Europe's moment of truth. Europe must show it is more than 27 different national solutions. We either swim together, or sink separately. We will only succeed if, whether acting nationally, regionally or locally we think European.

Today, I will set out what I see as the priorities for our work together over the coming year. I cannot now cover every issue of European policy or initiative we will take. I am sending you through President Buzek a more complete programme document.

Essentially, I see five major challenges for the Union over the next year: dealing with the economic crisis and governance; restoring growth for jobs by accelerating the Europe 2020 reform agenda; building an area of freedom, justice and security; launching negotiations for a modern EU budget, and pulling our weight on the global stage.

Let me start with the economic crisis and governance. Earlier this year, we acted decisively when euro area members and the euro itself needed our help.

We have learned hard lessons. Now we are making important progress on economic governance. The Commission has put its ideas on the table in May and in June. They have been well received, in this Parliament, and in the Task Force chaired by President of the European Council. They are the basis around which a consensus is being developed. We will present the most urgent legislative proposals on 29 September, so as not to lose the momentum.

Unsustainable budgets make us vulnerable. Debt and deficit lead to boom and bust. And they unravel the social safety net. Money that's spent on servicing debt is money that cannot be

spent on the social good. Nor to prepare ourselves for the costs of an ageing population. A debt generation makes an unsustainable nation. Our proposals will strengthen the Stability and Growth Pact through increased surveillance and enforcement.

And we need to tackle severe macro-economic imbalances, especially in the Euro area. That is why we have made proposals early on to detect asset bubbles, lack of competitiveness and other sources of imbalances.

I now see a willingness of governments to accept stronger monitoring, backed up by incentives for compliance and earlier sanctions. The Commission will strengthen its role as independent referee and enforcer of the new rules.

We will match monetary union with true economic union.

If implemented as we propose, these reforms will also guarantee the long-term stability of the euro. It is key to our economic success.

For the economy to grow, we also need a strong and sound financial sector. A sector that serves the real economy. A sector that prides itself on proper regulation and proper supervision.

We took action to increase bank transparency. Today we are better than one year ago. With the publication of the stress test results, banks should now be able to lend to each other, so that credit can flow to Europe's citizens and companies.

We have proposed to protect people's savings up to €100,000. We will propose to ban abusive naked short selling. We will tackle credit default swaps. The days of betting on someone else's house burning down are over. We continue to insist that banks, not taxpayers, must pay up front to cover the costs of their own risks of failure. We are legislating to outlaw bonuses for quick-wins today that become big losses tomorrow. As part of this approach, I am also defending taxes on financial activities and we will come with proposals this autumn.

The political deal on the financial supervision package just concluded is very good news. The Commission proposals based on the de Larosière report will give us an effective European supervision system. I want to thank the Parliament for the constructive role it has played and I hope it will give its final agreement this month.

We will also go further on regulation. Initiatives on derivatives, further measures on credit rating agencies and a framework for bank resolution and crisis management will soon be before you. Our goal is to have a reformed financial sector in place by the end of 2011.

Sound government finances and responsible financial markets give us the confidence and economic strength for sustainable growth. We need to move beyond the debate between fiscal consolidation and growth. We can have both.

Honourable Members,

Sound public finances are a means to an end: growth for jobs. Our goal is growth, sustainable growth, inclusive growth. This is our overarching priority. This is where we need to invest.

Europe 2020 starts now. We must frontload and accelerate the most growth-promoting reforms of our agenda. This could raise growth levels by over a third by 2020.

This means concentrating on three priorities: getting more people in jobs, boosting our companies' competitiveness and deepening the single market.

Let me start with people and jobs.

Over 6.3 million people have lost their jobs since 2008. Each one of them should have the chance to get back into employment. Europe's employment rates are at 69% on average for those aged between 20 and 64. We have agreed these should rise to 75% by 2020, bringing in particular more women and older workers into the work force.

Most of the competences for employment policy remain with Member States. But we won't stand on the sidelines. I want a European Union that helps its people to seize new opportunities; and I want a Union that is social and inclusive. This is the Europe we will build if Member States, the European institutions and the social partners move ahead on our common reform agenda.

It should be centred on skills and jobs and investment in life-long learning.

And it should focus on unlocking the growth potential of the single market, to build a stronger single market for jobs.

The opportunities exist. We have very high levels of unemployment but Europe has now 4 million job vacancies. The Commission will propose later this year a "European Vacancy Monitor". It will show people where the jobs are in Europe and which skills are needed. We will also come forward with plans for a European skills passport.

We must also tackle problems of poverty and exclusion. We must make sure that the most vulnerable are not left behind. This is the focus of our "Platform Against Poverty". It will bring together European action for vulnerable groups such as children and old people.

As more and more people travel, study or work abroad, we will also strengthen citizens' rights as they move across borders. The Commission will address persisting obstacles as early as this autumn.

Honourable Members,

Growth must be based on our companies' competitiveness.

We should continue to make life easier for our Small and Medium-Sized Enterprises. They provide two out of every three private sector jobs. Among their main concerns are innovation and red tape. We are working on both.

Just before the summer, the Commission has announced the biggest ever package from the Seventh Research Framework Programme, worth €6.4 billion. This money will go to SMEs as well as to scientists.

Investing in innovation also means promoting world class universities in Europe. I want to see them attracting the brightest and the best, from Europe and the rest of the world. We will take an initiative on the modernisation of European universities. I want to see a Europe that is strong in science, education and culture.

We need to improve Europe's innovation performance not only in universities. Along the whole chain, from research to retail, notably through innovation partnerships. We need an Innovation Union. Next month, the Commission will set out how to achieve this.

Another key test will be whether Member States are ready to make a breakthrough on a patent valid across the whole European Union. Our innovators are often paying ten times the price faced by their competitors in the United States or in Japan. Our proposal is on the table. It would reduce the cost fundamentally and double the coverage. After decades of discussion, it is time to decide.

We will also act further on red tape. SMEs are being strangled in regulatory knots. 71% of CEOs say that the biggest barrier to their success is bureaucracy. The Commission has put proposals on the table to generate annual savings of €38 billion for European companies.

Stimulating innovation, cutting red tape and developing a highly-skilled workforce: these are ways to ensure that European manufacturing continues to be world class. A thriving industrial base in Europe is of paramount importance for our future. Next month, the Commission will present a new industrial policy for the globalisation era.

We have the people, we have the companies. What they both need is an open and modern single market.

The internal market is Europe's greatest asset, and we are not using it enough. We need to deepen it urgently.

Only 8% of Europe's 20 million SMEs engage in cross-border trade, still fewer in cross-border investment. And even with the internet, over a third of consumers lack the confidence to make cross-border purchases.

At my request, Mario Monti presented an expert report and has identified 150 missing links and bottlenecks in the internal market.

Next month we will set out how to deepen the Single Market in a comprehensive and ambitious Single Market Act.

Energy is a key driver for growth and a central priority for action: we need to complete the internal market of energy, build and interconnect energy grids, and ensure energy security and solidarity. We need to do for energy what we have done for mobile phones: real choice for consumers in one European marketplace.

This will give us a real energy community in Europe.

We need to make frontiers irrelevant for pipelines or power cables.

To have the infrastructure for solar and wind energy.

To ensure that across the whole of Europe, we have a common standard so that charging electric car batteries becomes as natural as filling up the tank.

Over the next year, we will bring forward an energy action plan, an infrastructure package and an energy efficiency action plan to put this vision in place. I myself will travel to the Caspian region later this year to promote the Southern Corridor as a means of enhancing our security of supply.

To build a resource-efficient Europe, we need to look beyond energy. In the 20th century the world enjoyed phenomenal resource-intensive growth. We saw in the 20th century globally a four-fold growth in population accompanied by a 40-fold growth in economic output. But in the same period we also increased our use of fossil fuels 16 times, our fishing catches 35 times, our water use 9 times. And our carbon emissions increased 17 times.

That means we have to deliver on our climate and energy package, as a core driver for change. This means integrating the different strands of policy on climate change, energy, transport and environment into a coherent approach on resource efficiency and a low carbon future.

A forward-looking agricultural sector will play a major role in European measures to address some of the biggest challenges ahead, such as global food security, biodiversity loss and the sustainable management of natural resources. So will our maritime policy.

All of this will not only strengthen our economy tomorrow: it will provide new openings today. Jobs in the eco-industry have been increasing by 7% a year since 2000. I want to see 3 million "green jobs" by 2020, 3 million green collar workers that complement our blue and white collar workers.

We need sustainable growth, and we need smart growth. Half of European productivity growth over the last 15 years was driven by information and communication technologies. This trend is set to intensify. Our European Digital Agenda will deliver a single digital market worth 4% of EU GDP by 2020.

Honourable Members,

Everything we do is for the citizens of Europe. A fundamental dimension of our European project is precisely building an area of freedom, security and justice.

We are working hard to implement the Stockholm action plan. We will make a real push on asylum and migration.

Legal migrants will find in Europe a place where human values are respected and enforced. At the same time, we will crack down on the exploitation of illegal immigrants within Europe and at our borders. The Commission will make new proposals on policing our external borders.

And we will bring forward an internal security strategy to tackle threats of organised crime and terrorism.

Europeans will find that their fundamental rights and obligations exist wherever they go. Everyone in Europe must respect the law, and the governments must respect human rights, including those of minorities. Racism and xenophobia have no place in Europe. On such sensitive issues, when a problem arises, we must all act with responsibility. I make a strong appeal not to re-awaken the ghosts of Europe's past.

An area of freedom, liberty and security, will create a place where Europeans can prosper.

Honourable Members,

Another challenge is sorting out the future budget of the European Union.

Next month, we will come forward with the Commission's first ideas for the budget review. It shall launch an open debate without taboos to prepare our legislative proposals that will be presented in the second quarter of next year.

We need to spend our money where we get most value for it. And we should invest it where it leverages growth and delivers on our European agenda. The quality of spending should be the yardstick for us all.

So it is not only important to discuss the quantity, but also the quality of spending and investment.

I believe Europe offers real added value. That is why I will be pushing for an ambitious post-2013 budget for Europe.

I believe we should pool our means to back our policy priorities.

The issue is not about spending more or less, but spending more intelligently, by looking at European and national budgets together. The EU budget is not for Brussels – it is for the people that you represent: for the unemployed workers being retrained by the Social Fund; for the students that participate in the Erasmus programme; for the regions that benefit from the Cohesion Fund.

Energy interconnections, research, and development aid are obvious examples where a Euro spent at European level gets you more than a Euro spent at national level. Some Member States are seeing this logic even in areas of core national competence, like defence. They recognize that huge savings could be made if they pool some of their means and activities. Pooling money at the European level allows Member States to cut their costs, avoid overlaps and get a better return on their investment.

That's why we should also explore new sources of financing for major European infrastructure projects. For instance, I will propose the establishment of EU project bonds, together with the European Investment Bank. We will also further develop Public Private Partnerships.

As this Parliament has made clear, we must also address the issue of own resources. The present system is stretched to its limits – propped up by a byzantine set of corrections. Our citizens deserve a fairer and more efficient and transparent system. Some will not agree with all the ideas we will raise; I find it extraordinary that some are already rejecting them, even before knowing what they will be.

I know that one issue of interest to this Parliament is the duration of the next budget. Various options exist. I would like to look at a 10-year framework, with a mid-term review of the financial dimension after five years – a "five plus five" option. This will give us longer term planning and a clearer link with the mandates of both our institutions.

Of course, part of a credible European budget is the rigorous pursuit of savings. I am looking at the administrative costs within the Commission and other Community bodies like Agencies. We need to eliminate all pockets of inefficiency. We will build on recommendations from the Court of Auditors to improve financial management.

Honourable Members,

The final challenge I want to address today is how we pull our weight on the global stage.

When we deal with our every day problems, we sometimes lose perspective and forget our achievements. A peaceful and successful transition to a European Union that has doubled in size and is negotiating further accessions. A sound currency, the euro, that is a major currency of the world. A strong partnership with our neighbourhood that strengthens us all. If we act decisively, then we have nothing to fear from the 21st century.

As the strategic partnerships of the 21st century emerge, Europe should seize the chance to define its future. I am impatient to see the Union play the role in global affairs that matches its economic weight. Our partners are watching and are expecting us to engage as Europe, not just as 27 individual countries. If we don't act together, Europe will not be a force in the world, and they will move on without us: without the European Union but also without its Member States. This is why, in my political guidelines, I called for Europe to be a global player, a global leader – a key task and test for our generation.

Together with High Representative and Vice-President Ashton, I will present our vision of how we can maximise Europe's role in the world. With the European External Action Service, we have the means to match our aspirations.

In our globalized world, the relationships we build with strategic partners determine our prosperity. To be effective on the international stage, we need the weight of the European Union. Size matters, now more than ever.

A good example is the fight against climate change. Copenhagen showed that, while others did not match our ambition, we did not help ourselves by not speaking with one voice. Negotiations may have stalled but climate change has not. I want us to intensify our engagement with international partners to turn their press releases into credible commitments to cut emissions and push forward with fast-start funding.

The next two months will see crucial Summits with strategic partners. The more we are able to establish a common agenda with a clearly defined European interest, the more we will achieve. For example, I see huge potential in developing a transatlantic agenda for growth and jobs.

Where we are already punching our weight is the G20, the forum where the key economic global players address common challenges. When President Van Rompuy and I go to Seoul in November and represent the European Union, we want to see concrete results:

Further progress in global economic coordination.

More stable and responsible financial markets and agreement on reform of international financial institutions.

More effective global financial safety nets.

More progress on a G20 development agenda.

We will continue to show leadership in this forum and work closely with the French G8/G20 Presidency next year.

We also want to see support for the Doha Round. Trade boosts growth and prosperity. We will also pursue bilateral and regional Free Trade Agreements. In October, the Commission will present a renewed trade policy to drive new benefits for Europe.

Being open to the world also means standing side by side with developing countries, especially with Africa. When I go to the Millennium Development Goals High-Level Event in New York in 2 weeks' time, I intend to commit, with your support and on behalf of the European Union, an extra €1 billion to the Millennium Development Goals.

Being a global player also means standing up for our values. Human rights are not negotiable. I am shocked about how the rights of women are being infringed in many countries. I am appalled when I hear that Sakineh Mohammadi Ashtiani is sentenced to death by stoning. This is barbaric beyond words. In Europe we condemn such acts which have no justification under any moral or religious code.

Our values also mean that we must come to the aid of those facing a crisis situation, anywhere around the world.

Our humanitarian aid to Pakistan is the latest example of Europe's solidarity in action. It is a striking example of the need to present the different contributions of the Commission and the Member States as a truly European aid package. The Member States have the helicopters; they have the civil protection teams. We now need to pool them to create a real European crisis response capacity. This is what the Commission will propose in October. And I urge the Member States to show they are serious about the Union punching its weight in this area.

We are making progress on a common foreign policy. But let's be under no illusions: we will not have the weight we need in the world without a common defence policy. I believe now is the moment to address this challenge.

Honourable Members,

We are still bedding down the new institutional set-up of Europe created by the Lisbon Treaty.



What really matters is what the institutions deliver to the people. What matters is the difference Europe makes in their daily lives.

The secret of Europe's success is its unique Community model. More than ever, the Commission must drive the political agenda with its vision and proposals.

I have called for a special relationship between the Commission and Parliament, the two Community institutions par excellence. I am intensifying my political cooperation with you.

Europe is not only Brussels or Strasbourg. It is our regions. It is the cities, towns and villages you come from. When you walk round your constituencies, you can point to the European projects that are so important for their prosperity.

At the end of the day, we are all in the same boat, the European institutions, the Member states, the regions. The Union will not achieve its objectives in Europe without the Member States. And the Member States will not achieve their objectives in the world without the European Union.

Honourable Members,

The citizens of Europe expect us to take the action needed to get out of this crisis.

We must show them that the common efforts we are making today will lead to new jobs, new investments, and a Europe fit for the future.

I am confident that Europe has what it takes. We will get the results we are reaching for.

One thing is certain, it is not with pessimism that we will win this battle. It is with confidence, with a strong common will.

Today, I have outlined how I see the European Union doing that.

I have committed to deliver the proposals to build our economic union.

I have made the case to fast-track our reform agenda.

I have set out how to modernise our social market economy to deliver growth and jobs in a smart, sustainable and inclusive economy through our Europe 2020 flagship initiatives.

I have set out how to achieve a common energy policy in Europe.

I have defended the need for an area of freedom, security and justice, where Europeans will find that their fundamental rights and obligations exist wherever they go.

I have made clear that the Commission will strive for an ambitious budget.

I have proposed to develop EU project bonds to finance major European projects.

I have announced our reinforced commitment to the Millennium Development Goals.

I have made the case clear of why we need a common crisis response capacity and a also a common foreign and a common defence policy.

And I have urged European leaders to act together if they want Europe to be a global player and defend the European interest.

It is indeed a transformational, an ambitious and challenging agenda.

For Europe to succeed, the Commission needs your support for a stronger, a fairer Europe for the benefits of our citizens

Thank you.

**Fonte:** European Comission (2010) State of the Union speech. 07 Setembro 2010. SPEECH/10/411. Estrasburgo. Disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-10-411\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-10-411_en.htm) (Consultado a 25.04.2018)

## **Anexo G – “State of the Union 2011” (Strasbourg, 28th September)**

Mr President,

Honourable Members,

Minister,

We must be honest and clear in our analysis of the state of the Union.

We are facing the biggest challenge in the history of our Union.

This crisis is financial, economic and social. But it is also a crisis of confidence. A crisis of confidence in our leaders, in Europe itself, and in our capacity to find solutions.

The roots of the crisis are well-known. Europe has not met the challenges of competitiveness. Some of our Member States have lived beyond their means. Some behaviours in the financial markets have been irresponsible and inadmissible. We have allowed imbalances between our Member States to grow, particularly in the euro area.

Tectonic shifts in the world order and the pressures of globalisation, have made matters even worse.

The result is clear: concern in our societies. Fear among our citizens for the future. A growing danger of a retreat into national, not to say nationalist, feeling.

Populist responses are calling into question the major successes of the European Union: the euro, the single market, even the free movement of persons.

Today we can say that the sovereign debt crisis today is, above all, a crisis of political confidence. And our citizens, but also people in the outside world, are observing us and wondering – are we really a Union? Do we really have the will to sustain the single currency?

Are the most vulnerable Member States really determined to carry out essential reforms?

Are the most prosperous Member States really ready to show solidarity?

Is Europe really capable of achieving growth and creating jobs?

I assert here today:

Yes, the situation is serious. But there are solutions to the crisis.

Europe has a future, if we restore confidence.

And to restore confidence we need stability and growth. But also political will, political leadership.

Together we must propose to our citizens a European renewal.

We must translate into deeds what was stated in the Berlin Declaration, signed by the Commission, by Parliament and by the European Council on the occasion of the 50th anniversary of the signature of the Rome Treaties. It was said then: ‘Wir leben heute miteinander, wie es nie zuvor möglich war. Wir Bürgerinnen und Bürger der Europäischen Union sind zu unserem Glück vereint.’ - ‘Today we live together as was never possible before. We, the citizens of the European Union, have united for the better.’ It is a declaration. And words count. This expression of will must be translated into everyday courage.

Working with our institutions, and not working against them, we can succeed.

For some, the main consideration is the need for stability. For others, it is growth.

I say we need both.

Some preach discipline. Others, solidarity.

We need both.

The time for piecemeal solutions is over. We need to set our minds on global solutions. A greater ambition for Europe.

Today we are at a turning point in our history. A moments when, if we do not integrate further, we risk fragmentation.

It is therefore a question of political will, a test for our whole generation.

And I say to you, yes, it is possible to emerge from this crisis. It is not only possible, but it is necessary. And political leadership is about making possible that which is necessary.

Honourable members,

Let me start with Greece. Greece is, and will remain, a member of the euro area. Greece must implement its commitments in full and on time. In turn, the other euro area members have pledged to support Greece and each other. As stated at the euro area Summit on 21 July: "We are determined to continue to provide support to countries under programmes until they have regained market access, provided they successfully implement those programmes."

That is why I created the Task Force for Greece.

We have just launched an action plan based on two major pillars:

Around 100 viable and high-quality projects, investing in all Greek regions, to make the best use of Greece's remaining allocation of the structural funds.

And a major drive to reduce bureaucratic procedures for European co-funded projects.

€ 15 billion remain to be spent in Greece from the structural funds. This will support the Greek economy with an urgent programme of technical assistance to the Greek administration.

A programme of € 500 million Euros to guarantee European Investment Bank loans to Greek SMEs is already under way. The Commission is also considering a wider guarantee mechanism to help banks lend again to the real economy.

All of this represents a huge support to Greece's fight back and Greece will have to deliver concrete results. It must break with counter productive practices and resist vested interests.

But we have to be clear about this. This is not a sprint, but a marathon.

The task of building a Union of stability and responsibility is not only about Greece.

The economic outlook that we face is very difficult. We are confronted with the negative effects of an ongoing global re-assessment of risks. It is therefore our responsibility to rebuild confidence and trust in the euro and our Union as a whole.

And we can do this by showing that we are able to take all the decisions needed to run a common currency and an integrated economy in a competitive, inclusive and resource-efficient way. For this we need to act in the short, in the medium and the long term.

The first step is to quickly fix the way we respond to the sovereign debt crisis.

This will require stronger mechanisms for crisis resolution. We need credible firepower and effective firewalls for the euro.

We have to build on the EFSF and the upcoming European Stability Mechanism.

The EFSF must immediately be made both stronger and more flexible. This is what the Commission proposed already in January. This is what Heads of State and Government of the euro area agreed upon on 21 July. Only then, when you ratify this, will the EFSF be able to: deploy precautionary intervention; intervene to support the recapitalisation of banks, intervene in the secondary markets to help avoid contagion

Once the EFSF is ratified, we should make the most efficient use of its financial envelope. The Commission is working on options to this end.

Moreover we should do everything possible to accelerate the entry into force of the ESM.

And naturally we trust that the European Central Bank – in full respect of the Treaty – will do whatever is necessary to ensure the integrity of the euro area and to ensure its financial stability.

But we cannot stop there. We must deepen economic coordination and integration, particularly in the euro area.

This is at least as big a political task as an economic one.

Today, you will vote on the so-called "six-pack" proposals that we put in front of you and the Council one year ago. This "six-pack" reforms the Stability and Growth Pact and widens surveillance to macro-economic imbalances. We are now back very close to what the Commission originally put on the table. You have played a decisive role in keeping the level of ambition of these proposals, and I really want to thank you and congratulate you for that.

This legislation will give us much stronger enforcement mechanisms. We can now discuss Member States' budgetary plans before national decisions are taken. This mix of discipline and integration holds the key to the future of the euro area. Only with more integration and discipline we can have a really credible euro area.

Honourable members,

These are indeed important steps forward, but we must go further. We need to complete our monetary union with an economic union. We need to achieve the tasks of Maastricht.

It was an illusion to think that we could have a common currency and a single market with national approaches to economic and budgetary policy. Let's avoid another illusion that we can have a common currency and a single market with an intergovernmental approach.

For the euro area to be credible – and this not only the message of the federalists, this is the message of the markets – we need a truly Community approach. We need to really integrate the euro area, we need to complete the monetary union with real economic union. And this truly Community approach can be built how? In the coming weeks, the Commission will build on the six-pack and present a proposal for a single, coherent framework to deepen economic coordination and integration, particularly in the euro area. This will be done in a way that ensures the compatibility between the euro area and the Union as a whole. We do not want the euro area to break of course the great acquis of the single market and all our four freedoms.

At the same time, we can pool decision making to enhance our competitiveness. This could be done by integrating the Euro Plus Pact into this framework, in full respect of the national implementation competences.

For all of this to work, we need more than ever the independent authority of the Commission, to propose and assess the actions that the Member States should take. Governments, let's be frank, cannot do this by themselves. Nor can this be done by negotiations between governments.

Indeed, within the Community competences, the Commission is the economic government of the Union, we certainly do not need more institutions for this.

For a reason the Treaties have created supra-national institutions. For a reason the European Commission, the European Central Bank, the European Court of Justice were created. The Commission is the guarantor of fairness. Moreover, the Commission, which naturally works in partnership with the Member States, is voted by and accountable to this House. The directly elected Parliament both of the euro area and of the European Union as a whole.

Honourable members,

It is also time to have unified external representation of the euro area. In accordance with the Treaty the Commission will make proposals for this purpose.

A Union of stability and responsibility built on this basis and with common approach will also allow the Member States to seize fully the advantages of a bigger market for the issuance of sovereign debt.

Once the euro area is fully equipped with the instruments necessary to ensure both integration and discipline, the issuance of joint debt will be seen as a natural and advantageous step for all. On condition that such Eurobonds will be "Stability Bonds": bonds that are designed in a way that rewards those who play by the rules, and deters those who don't. As I already announced to this house, the Commission will present options for such "Stability Bonds" in the coming weeks.

Some of these options can be implemented within the current Treaty, whereas fully fledged 'Eurobonds' would require Treaty change. And this is important because, Honourable Members, we can do a lot within the existing Treaty of Lisbon. And there is no excuse for not doing it, and for not doing it now.

But it may be necessary to consider further changes to the Treaty.

I am also thinking particularly of the constraint of unanimity. The pace of our joint endeavour cannot be dictated by the slowest. And today we have a Union where it is the slowest member that dictates the speed of all the other Member States. This is not credible also from the markets' point of view, this is why we need to solve this problem of decision making. A Member State has of course the right not to accept decisions. That is a question, as they say, of national sovereignty. But a Member State does not have the right to block the moves of others, the others also have their national sovereignty and if they want to go further, they should go further.

Our willingness to envisage Treaty change should not be a way or an excuse to delay the reforms that are necessary today but I believe that this longer term perspective will reinforce the credibility of our decisions now.

A Union of stability and responsibility means swiftly completing the work on a new system of regulation for the financial sector. We need well-capitalised, responsible banks lending to the real economy.

Much has been said about the alleged vulnerability of some of our banks. European banks have substantially strengthened their capital positions over the past year. They are now raising capital to fill the remaining gaps identified by the stress tests in summer. This is necessary to limit the damage to financial market turbulence on the real economy and on jobs.

Over the last three years, we have designed a new system of financial regulation.

Let's remember, we have already tabled 29 pieces of legislation. You have already adopted several of them, including the creation of independent supervising authorities, which are already working. Now it is important to approve our proposals for new rules on derivatives; naked short selling and credit default swaps; fair remuneration for bankers.

These propositions are there, they should be adopted by the Council and by the Parliament. The Commission will deliver the remaining proposals by the end of this year, namely rules on: credit rating agencies; bank resolution; personal responsibility of financial operatives.

So we will be the first constituency in the G20 to have delivered on our commitment to global efforts for financial regulation.

Honourable members,

In the last three years, Member States - I should say taxpayers - have granted aid and provided guarantees of € 4.6 trillion to the financial sector. It is time for the financial sector to make a contribution back to society. That is why I am very proud to say that today, the Commission adopted a proposal for the Financial Transaction Tax. Today I am putting before you a very important text that if implemented may generate a revenue of about € 55 billion per year. Some people will ask "Why?". Why? It is a question of fairness. If our farmers, if our workers, if all the sectors of the economy from industry to agriculture to services, if they all pay a contribution to the society also the banking sector should make a contribution to the society.

And if we need – because we need – fiscal consolidation, if we need more revenues the question is where these revenues are coming from. Are we going to tax labour more? Are we going to tax consumption more? I think it is fair to tax financial activities that in some of our Member States do not pay the proportionate contribution to the society.

It is not only financial institutions who should pay a fair share. We cannot afford to turn a blind eye to tax evasion. So it is time to adopt our proposals on savings tax within the European Union. And I call on the Member States to finally give the Commission the mandate we have asked for to negotiate tax agreements for the whole European Union with third countries.

Honourable members,

Stability and responsibility are not enough on their own. We need stability but we also need growth. We need responsibility but we also need solidarity.

The economy can only remain strong if it delivers growth and jobs. That's why we must unleash the energy of our economy, especially the real economy.

The forecasts today point to a strong slowdown.

But significant growth in Europe is not an impossible dream. It will not come magically tomorrow. But we can create the conditions for growth to resume. We have done it before. We must and we can do it again.

It is true that we do not have much room for a new fiscal stimulus.

But that does not mean that we cannot do more to promote growth.

First, those who have fiscal space available must explore it – but in a sustainable way.

Second, all member states need to promote structural reforms so that we can increase our competitiveness in the world and promote growth.

Together, we can and must tap the potential of the Single Market, exploit all the benefits of trade and mobilise investment at the Union level.

Let me start with the Single Market.

Full implementation of the Services Directive alone could, according to our estimates, deliver up to € 140 billion in economic gains.

But today, two years after the deadline for implementation, several Member States have still not adopted the necessary laws.

So we are not benefiting from all the possible gains from having a true services liberalisation in Europe.

But we can also do more.

We must adopt what is on the table. We have adopted the Single Market Act in the European Commission. A number of key initiatives are ready.

We are close to having a European patent which would cut the cost of protection to 20% of current costs. I expect this is to be concluded by the end of this year.

Moreover, for the Single Market Act, we should consider a fast track legislative procedure. By the way, in many areas we should take a fast track legislative procedure because we are living in real emergency times. This will allow us to respond to these extraordinary circumstances.

And growth in the future will depend more and more on harnessing information technology. We need a digital single market, which will benefit each and every European by around €1500 per year – by using the possibilities of e-commerce to ending, for instance, mobile roaming charges.

An extra 10 % in broadband penetration would bring us between 1 and 1.5 % of extra annual growth.

In a competitive world we must be also well-educated with skills to face these new challenges. We must innovate. And we must act in a sustainable way.

We have already presented detailed proposals on innovation, resource-efficiency and how we can strengthen our industrial base.

Modern industrial policy is about investing in research and innovation.

We need to accelerate the adoption of our efforts to boost the use of venture capital to fund young, innovative companies across Europe.

Sustainable jobs will come if we focus on innovation and new technologies, including green technologies. We must see that "green" and growth go together.

For example, the renewables sector has already created 300,000 jobs in past 5 years in the European Union. The global green technology market will triple over the next decade.

We must focus our action on where it makes a real impact. Growth of the future means we must actively pursue also our smart regulation agenda, which will give a saving of € 38 billion for European companies, particularly for SMEs. But Member States must also do their part in reducing the administrative burden.

But we also need investment. These reforms are important but we also need some kind of investment at European level.

A Union of growth and solidarity needs modern, interconnected infrastructures.

We have proposed for the next Multi-Annual Financial Framework (MFF) to create a facility to connect Europe – in energy, in transport, in digital.

This innovative part of our MFF proposal has to be seen together with another very important innovative idea: the project bond.

In the coming weeks the Commission will publish its proposals for EU project bonds. We are also proposing pilot projects, so that we can fund that growth. We can do it even before the MFF is adopted. In this way we can frontload some of the major infrastructure investments Europe needs.

The Union and its Member States should urgently consider how to allow our own policy-driven bank, the European Investment Bank to do more – and possibly much more – to finance long-term investment.

To do so, we need to explore ways to reinforce the EIB's resources and capital base so that it can lend to the real economy.

In the year 2000, there was € 22 billion of venture capital in Europe. In 2010 there was only € 3 billion. If we want to promote entrepreneurship we must reverse this decline and we need that support namely for SMEs.

We can also get more growth out of the Structural Funds, by increasing absorption capacity, using the Structural Funds to support macroeconomic performance. They are essential for innovation, for training and employment, and for SMEs.

I would also like to urge this House to adopt by the end of the year the proposals we made in August to increase cofinancing rates to those countries with assistance programmes. This will inject essential funding into these economies, while reducing pressure on national budgets.

Honourable members,

Reforms to our labour markets, public finances and pension systems require a major effort from all parts of society.

We all know these changes are necessary, so that we can reform our social market economy and keep our social model. But it is imperative that we hold on to our values – values of fairness, of inclusiveness and of solidarity.

Right now we need to give concrete hope to the 1 in 5 of our young people who cannot find work. In some countries, the situation of our young people is simply dramatic. I want to call on companies to make a special effort to provide internships and apprenticeships for young people. These can be supported by the European Social Fund.

By getting businesses, the social partners, national authorities and the Union level working in a "Young Opportunities Initiative", we can make a difference. This I believe is the most urgent social matter to respond to the anxiety of our young people that cannot find a job and it is much better to have an apprenticeship, a traineeship, than to be with that anxiety in the streets expressing that lack of confidence in the Union as a whole.

We must accelerate the most urgent parts of our Growth and Jobs Plan, Europe 2020. The Commission will focus on the situation of young people in each and every Member State in its Country-specific recommendations for next year.

I believe we must give our future a real chance.

Right now we also need to act to help the 80 million Europeans at risk of poverty. This means that the Council must finally approve our proposal to safeguard the programme for the supply of food for the most deprived persons. I would like to thank this Parliament for the political support it has given to our proposed solution.

Honourable Members,

Fifty years ago, 12 countries in Europe came together to sign the Social Charter. It was exactly in October 50 years ago. Today, that Charter has 47 signatories, including all our Member States.

To guarantee these fundamental values in Europe, I believe we need to boost the quality of social dialogue at European level. The renewal of Europe can only succeed with the input and the ownership of all the social partners – of trade unions, of workers, of businesses, civil society in general.

We should remember that our Europe is a Europe of citizens. As citizens, we all gain through Europe. We gain a European identity and citizenship apart from our national citizenship. European citizenship adds a set of rights and opportunities. The opportunity to freely cross borders, to study and work abroad. Here again, we must all stand up and preserve and develop these rights and opportunities. Just as the Commission is doing now with our proposals on Schengen. We will not tolerate a rolling back of our citizens' rights. We will defend the freedom of circulation and all the freedoms in our Union.

Honourable Members,

The Commission's activities, as you well know, cover many other fields. I cannot discuss them all here, but they are mentioned in the letter which I sent to the Parliament's President and which you have all received.

Before I conclude, however, let me speak about the European Union's external responsibilities. I want to see an open Europe, a Europe engaging with the world.

European action in the world is not only the best guarantee for our citizens and for the defence of our interests and our values: it is also indispensable to the world. Today it is fashionable to talk of a G2. I believe the world does not want a G2. It is not in the interests of the Two themselves. We know the tension that bipolarity created during the Cold War. If we want to have a just world and an open world, I believe that Europe is more necessary than ever.

The rapidly-changing world needs a Europe that assumes its responsibilities. An influential Europe, a Europe of 27 - with the accession of Croatia soon to be 28. A Europe that continues to show the way, whether in matters of trade or of climate change. At a time when major events await us, from Durban to Rio +20, Europe must retain its position of leadership on these questions.

Let us also turn our attention to our southern neighbours. The Arab Spring is a profound transformation which will have lasting consequences not only for those peoples but also for Europe. Europe should be proud. We were the first to stand alongside those Tunisians, Egyptians and Libyans who wanted democracy and freedom. Europe is supporting these legitimate aspirations, namely through our Partnership for Democracy and Shared Prosperity.

The Arab Spring should give hope for peace throughout the region. Europe wishes to see a Palestinian State living in peace alongside the State of Israel.

Let us also turn our attention to our eastern neighbours. On Friday I shall take part in the Eastern Partnership Summit in Warsaw. I shall go there with the ambition to forge a closer political relationship and tighter economic integration between us and our partners in the region. The EU has extraordinary transformational power. It is an inspiration for many people in the world, and if those countries embark on a thorough process of reform we can help them. We can further political and economic ties.

Finally, let us not forget the most deprived of all and let us live up to our commitments in attaining the Millennium Development Goals.

We must also be realistic and recognise that, if Europe is to exert its influence fully, if Europe really wants to be a power, we must strengthen the Common Foreign and Security Policy. It must be credible. It must be based on a common security and defence dimension if we are really to count in the world.

Long gone is the time when people could oppose the idea of European defence for fear that it might harm the Transatlantic relationship. As you have noticed, today it is the Americans themselves who are asking us to do more as Europeans. The world has changed, the world is still changing fundamentally. Do we really want to count in the world?

Hence, at a time when defence budgets are under pressure, we must do more together with the means at our disposal.



The Commission is assuming playing its part: we are working towards a single defence market. We are using our under the Treaty with a view to developing a European defence industrial base.

Honourable Members,

Let us not be naive: the world is changing and if Europe is to count in the world and defend its citizens' interests we need the political dimension and the defence dimension to give us weight and a say in the world's future.

Honourable Members,

I conclude. At the end of our mandate, in 2014, it will be exactly a century since the Great War broke out on our continent. A dark period which was followed by the Second World War, one of the most dramatic pages in the history of Europe and the world. Today such horrors are unimaginable in Europe, largely because we have the European Union. Thanks to the European vision, we have built a guarantee of peace in our continent through economic and political integration. That is why we cannot allow this great work to be placed in jeopardy. It was a gift from previous generations. It will not be our generation that calls it into question. And let us be clear: if we start to break up Europe, if we start to backtrack on Europe's major achievements, we will doubtless have to face the risk of fragmentation.

As I said, the root of the crisis we are now facing is a political problem. It is a test of our willingness to live together. That is why we have built common institutions. That is why we must safeguard the European interest.

The reality today is that intergovernmental cooperation is not enough to pull Europe out of this crisis, to give Europe a future. On the contrary, certain forms of intergovernmentalism could lead to renationalisation and fragmentation. Certain forms of intergovernmentalism could be the death of the united Europe we wish for.

Let us not forget that the decisions we take now, or fail to take, are going to shape our future. I feel hurt when I hear people in other parts of the world, with a certain condescension, telling us Europeans what we should do. I think, frankly, we have problems, very serious problems, but I also think we do not have to apologise for our democracies. We do not have to apologise for our social market economy. We should ask our institutions, but also our Member States, Paris, Berlin, Athens, Lisbon and Dublin, to show a burst of pride in being European, a burst of dignity, and say to our partners: 'Thanks for the advice, but we can overcome this crisis together'. I feel that pride in being European.

And pride in being European is not just about our great culture, our great civilisation, everything to which we have given birth. It is not pride only in the past, it is pride in our future. That is the confidence that we have to re-create among ourselves. It is possible.

Some say it is very difficult, it is impossible. I would remind them of the words of a great man, a great African, Nelson Mandela: 'It always seems impossible until it is done'. Let's do it. We can do it with confidence. We can do it, we can renew our Europe.

Thank you for your attention.

Mr President,

Honourable Members,

### **1. Analysis of the situation**

It is an honour to stand before you today to deliver this third State of the Union address.

At a time when the European Union continues to be in crisis.

A financial and economic crisis. A social crisis. But also a political crisis, a crisis of confidence.

At its root, the crisis results from:

- Irresponsible practices in the financial sector;
- Unsustainable public debt, and also;

- A lack of competitiveness in some Member States.

On top of that, the Euro faces structural problems of its own. Its architecture has not been up to the job. Imbalances have built up.

This is now being corrected. But it is a painful, difficult, effort. Citizens are frustrated. They are anxious. They feel their way of life is at risk.

The sense of fairness and equity between Member States is being eroded. And without equity between Member States, how can there be equity between European citizens?

Over the last four years, we have made many bold decisions to tackle this systemic crisis. But despite all these efforts, our responses have not yet convinced citizens, markets or our international partners.

Why? Because time and again, we have allowed doubts to spread. Doubts over whether some countries are really ready to reform and regain competitiveness. Doubts over whether other countries are really willing to stand by each other so that the Euro and the European project are irreversible.

On too many occasions, we have seen a vicious spiral. First, very important decisions for our future are taken at European summits. But then, the next day, we see some of those very same people who took those decisions undermining them. Saying that either they go too far, or that they don't go far enough. And then we get a problem of credibility. A problem of confidence.

It is not acceptable to present these European meetings as if they were boxing events, claiming a knockout victory over a rival. We cannot belong to the same Union and behave as if we don't. We cannot put at risk nine good decisions with one action or statement that raises doubts about all we have achieved.

This, Honourable Members, reveals the essence of Europe's political crisis of confidence. If Europe's political actors do not abide by the rules and the decisions they have set themselves, how can they possibly convince others that they are determined to solve this crisis together?

Mr President,

Honourable Members,

## **2. The challenge – a new thinking for Europe**

A crisis of confidence is a political crisis. And, the good thing is that, in a democracy, there is no political problem for which we cannot find a political solution.

That is why, here today, I want to debate with you the fundamental political questions - where we are now and how we must move forward. I want to focus on the political direction and the vision that shall inspire our policy decisions.

I will of course not list all these individual decisions. You are receiving the letter I addressed to the President of the European Parliament, and that sets out the Commission's immediate priorities. We will discuss them with you before adopting the Commission Work Programme later in the autumn.

My message to you today is this: Europe needs a new direction. And, that direction can not be based on old ideas. Europe needs a new thinking.

When we speak about the crisis, and we all speak about the crisis, have we really drawn all the consequences for our action? When we speak about globalisation, and we all speak a lot about globalisation, have we really considered its impact on the role of each of our Member States?

The starting point for a new thinking for Europe is to really draw all the consequences of the challenges that we are facing and that are fundamentally changing our world.

The starting point is to stop trying to answer the questions of the future with the tools of the past.

Since the start of the crisis, we have seen time and again that interconnected global markets are quicker and therefore more powerful than fragmented national political systems. This undermines the trust of citizens in political decision making. And it is fuelling populism and extremism in Europe and elsewhere.

The reality is that in an interconnected world, Europe's Member States on their own are no longer able to effectively steer the course of events. But at the same time, they have not yet equipped their Union - our Union —with the instruments needed to cope with this new reality. We are now in a transition, in a defining moment. This moment requires decisions and leadership.

Yes, globalisation demands more European unity.

More unity demands more integration.

More integration demands more democracy, European democracy.

In Europe, this means first and foremost accepting that we are all in the same boat.

It means recognising the commonality of our European interests.

It means embracing the interdependence of our destinies.

And it means demanding a true sense of common responsibility and solidarity.

Because when you are on a boat in the middle of the storm, absolute loyalty is the minimum you demand from your fellow crew members.

This is the only way we will keep up with the pace of change. It is the only way we will get the scale and efficiency we need to be a global player. It is the only way to safeguard our values, because it is also a matter of values, in a changing world.

In the 20th century, a country of just 10 or 15 million people could be a global power. In the 21st-century, even the biggest European countries run the risk of irrelevance in between the global giants like the US or China.

History is accelerating. It took 155 years for Britain to double its GDP per capita, 50 years for the US, and just 15 years for China. But if you look at some of our new Member States, the economic transformation going on is no less impressive.

Europe has all the assets it takes. In fact much more so than previous generations faced with similar or even greater challenges.

But we need to act accordingly and mobilize all these resources together.

It is time to match ambitions, decisions, and actions.

It is time to put a stop to piecemeal responses and muddling through.

It is time to learn the lessons from history and write a better future for our Europe.

Mr President,

Honourable Members,

### **3. Response to the situation – the 'decisive deal for Europe'**

What I demand and what I present to you today is a Decisive Deal for Europe.

A decisive deal to project our values, our freedom and our prosperity into the future of a globalized world. A deal that combines the need to keep our social market economies on one hand and the need to reform them on the other. A deal that will stabilise the EMU, boost sustainable growth, and restore competitiveness. A deal that will establish a contract of confidence between our countries, between Member States and the European institutions, between social partners, and between the citizens and the European Union.

The Decisive Deal for Europe means that:

We must leave no doubt about the integrity of the Union or the irreversibility of the Euro. The more vulnerable countries must leave no doubts about their willingness to reform. About their sense of responsibility. But the stronger countries must leave no doubts about their willingness to stick together. About their sense of solidarity. We must all leave no doubts that we are determined to reform. To REFORM TOGETHER.

The idea that we can grow without reform, or that we can prosper alone is simply false. We must recognise that we are in this together and must resolve it together.

This decisive deal requires the completion of a deep and genuine economic union, based on a political union.

**a) Economic union:**

Let me start with Europe's economy.

Firstly, we need growth. Sustainable growth

Growth is the lifeblood of our European social market model: it creates jobs and supports our standard of living. But we can only maintain growth if we are more competitive.

At the national level it means undertaking structural reforms that have been postponed for decades. Modernising public administration. Reducing wasteful expenditure. Tackling vested interests and privileges. Reforming the labour market to balance security with flexibility. And ensuring the sustainability of social systems.

At the European level, we need to be more decisive about breaking down barriers, whether physical, economic or digital.

We need to complete the single market.

We need to reduce our energy dependence and tap the renewable energy potential.

Promoting competitiveness in sectors such as energy, transport or telecoms could open up fresh competition, promote innovation and drive down prices for consumers and businesses.

The Commission will shortly present a Single Market Act II. To enable the single market to prosper, the Commission will continue to be firm and intransigent in the defence of its competition and trade rules. Let me tell you frankly, If it was left to the Member States, I can tell you they will not resist pressure from big corporations or large external powers.

We need to create a European labour market, and make it as easy for people to work in another country as it is at home.

We need to explore green growth and be much more efficient in our use of resources.

We have to be much more ambitious about education, research, innovation and science.

Europe is a world leader in key sectors such as aeronautics, automotives, pharmaceuticals and engineering, with global market shares above a third. Industrial productivity increased by 35% over the last decade despite the economic slowdown. And today, some 74 million jobs depend on manufacturing. Every year start-up firms in the EU create over 4 million jobs. We need to build on this by investing in our new industrial policy and creating a business environment that encourages entrepreneurship and supports small businesses.

This means making the taxation environment simpler for businesses and more attractive for investors. Better tax coordination would benefit all Member States.

We also need a pro-active trade policy by opening up new markets.

This is the potential of Europe's economy. This is the goldmine that is yet to be fully explored. Fully implementing the Growth Compact agreed at the June European Council can take us a long way.

And we could go further, with a realistic but yet ambitious European Union budget dedicated to investment, growth and reform. Let's be clear. The European budget is the instrument for investment in Europe and growth in Europe. The Commission and this Parliament, indeed all pro-European forces, because most member States support our proposal, must now stand together in support of the right multi-annual financial framework that will take us to 2020. It will place little burden on Member States, especially with our proposed new own resources system. But it would give a great boost to their economies, their regions, their researchers, their students, their young people who seek employment, or their SMEs.

It is a budget for growth, for economic, social and territorial cohesion between Member States and within Member States.

It is a budget that will help complete the single market by bridging gaps in our energy, transport and telecoms infrastructure through the Connecting Europe Facility.

It is a budget for a modern, growth-oriented agriculture capable of combining food security with sustainable rural development.

It is a budget that will promote a research intensive and innovative Europe through Horizon 2020. Because we need this European scale for research

This will be a real test of credibility for many of our some Member States. I want to see if the same member States who are all the time talking about investment and growth will now support a budget for growth at the European level.

The budget is also the tool to support investment in our growth agenda, Europe 2020, which we need now more than ever before.

Europe 2020 is the way to modernise and preserve the European social market economy.

Honourable Members,

Our agenda of structural reform requires a major adjustment effort. It will only work if it is fair and equitable. Because inequality is not sustainable.

In some parts of Europe we are seeing a real social emergency.

Rising poverty and massive levels of unemployment, especially among our young people.

That is why we must strengthen social cohesion. It is a feature that distinguishes European society from alternative models.

Some say that, because of the crisis, the European Social model is dead. I do not agree.

Yes, we need to reform our economies and modernise our social protection systems. But an effective social protection system that helps those in need is not an obstacle to prosperity. It is indeed an indispensable element of it. Indeed, it is precisely those European countries with the most effective social protection systems and with the most developed social partnerships, that are among the most successful and competitive economies in the world.

Fairness and equity means giving a chance to our young people. We are already doing a lot. And before the end of the year, the Commission will launch a Youth Package that will establish a youth guarantee scheme and a quality framework to facilitate vocational training.

Fairness and equity also means creating better and fairer taxation systems.

Stopping tax fraud and tax evasion could put extra billions into the public purse across Europe.

This is why the Commission will fight for an agreement on the revised savings tax directive, and on mandates to negotiate stronger savings tax agreements with third countries. Their completion would be a major source of legitimate tax revenues.

And the Commission will continue to fight for a fair and ambitious Financial Transactions Tax that would ensure that taxpayers benefit from the financial sector, not just that the financial sector benefits from taxpayers. Now that it is clear that agreement on this can only happen through enhanced cooperation, the Commission will do all it can to move this forward rapidly and effectively with those Member States that are willing. Because this is about fairness. And fairness is an essential condition to make the necessary economic reforms socially and politically acceptable. And above all fairness is a question of justice, social justice.

Mr President,

Honourable Members,

In the face of the crisis, important decisions have been taken. Across the European Union, reform and consolidation measures are being implemented. Joint financial backstops are being put in place, and the European institutions have consistently shown that they stand by the Euro.

The Commission is very aware that in the Member States implementing the most intense reforms, there is hardship and there are – sometimes very painful – difficult adjustments. But it is only through these reforms that we can come to a better future. They were long overdue. Going back to the status quo ante is simply impossible.

The Commission will continue to do all it can to support these Member States and to help them boost growth and employment, for instance through the re-programming of structural funds.

Allow me to say a word on Greece. I truly believe that we have a chance this autumn to come to the turning point. If Greece banishes all doubts about its commitment to reform. But also if all other countries banish all doubts about their determination to keep Greece in the Euro area, we can do it.

I believe that if Greece stands by its commitments it should stay in the Euro area, as a member of the European family.

Securing the stability of the Euro area is our most urgent challenge. This is the joint responsibility of the Member States and the Community Institutions. The ECB cannot and will not finance governments. But when monetary policy channels are not working properly, the Commission believes that it is within the mandate of the ECB to take the necessary actions, for instance in the secondary markets of sovereign debt. Indeed, the ECB has not only the right but also the duty to restore the integrity of monetary policy. It is of course for the ECB, as an independent institution, to determine what actions to carry out and under what conditions. But all actors, and I really mean all actors, should respect the ECB's independence.

Honourable Members,

I have spoken about the economic measures that we must implement as a matter of urgency. This is indispensable. But it is not sufficient. We must go further.

We must complete the economic and monetary union. We must create a banking union and a fiscal union and the corresponding institutional and political mechanisms.

Today, the Commission is presenting legislative proposals for a single European supervisory mechanism. This is the stepping stone to a banking union.

The crisis has shown that while banks became transnational, rules and oversight remained national. And when things went wrong, it was the taxpayers who had to pick up the bill.

Over the past four years the EU has overhauled the rulebook for banks, leading the world in implementing the G20 commitments. But mere coordination is no longer adequate – we need to move to common supervisory decisions, namely within the Euro area.

The single supervisory mechanism proposed today will create a reinforced architecture, with a core role for the European Central Bank, and appropriate articulation with the European Banking Authority, which will restore confidence in the supervision of the banks in the Euro area.

It will be a supervision for all Euro area banks. Supervision must be able to look everywhere because systemic risks can be anywhere, not just in so-called systemically relevant banks. Of course, this in a system that fully engages the national supervisors.

The package comprises two legal texts, one on the ECB and the other on the EBA, which go together. It is clear that this parliament will have a crucial role to play in the adoption of the new mechanism, and after that in its democratic oversight.

This is a crucial first step towards the banking union I proposed before this House in June. Getting the European supervisor in place is the top priority for now, because it is the precondition for the better management of banking crises, from banking resolution to deposit insurance.

In parallel the Commission will continue to work on the reform of the banking sector, to make sure it plays its role in the responsible financing of the real economy. That means improving long term financing for SMEs and other companies. It means rules on reference indices, so we do not again see the manipulation of bank interest rates affecting companies and mortgage holders alike. It means legislation to ensure that banks give a fair deal to consumers and another look at the structure of banking activities to eliminate inherent risks.

In all of this, the role of this Parliament is essential. The Commission endeavours to work in close partnership with you.

But there is a second element of a deeper economic union it is the move towards a fiscal union.

The case for it is clear: the economic decisions of one Member State impact the others. So we need stronger economic policy co-ordination.

We need a stronger and more binding framework for the national decision making for key economic policies, as the only way to prevent imbalances. While much has been done here, for instance through the six-pack and the Country-Specific Recommendations, further steps are crucial to combine specific conditions with specific incentives and to really make the economic and monetary union sustainable.

To deliver lasting results, we need to develop a fully equipped Community economic governance together with a genuine, credible Community fiscal capacity.

We do not need to separate institutions or to create new institutions for that. Quite the contrary: for this to be effective and quick, the best way is to work with and through the existing institutions: The European Commission as the independent European authority, and overseen by the European Parliament as the parliamentary representation at the European level.

And it is in such a framework that over time, steps for genuine mutualisation of debt redemption and debt issuance can take their place.

So economic reform coupled with a genuine economic and monetary union: these are the engines to get our boat moving forward.

The Commission will publish a blueprint for deepening the economic and monetary union still this autumn.

This blueprint will be presented to this House. Because these questions must be discussed with and by the representatives of the people

At the same time, it will inform the debate at the December European Council that will be prepared by the report that the President of the European Council, myself and the Presidents of the European Central Bank and the Eurogroup have been asked to present.

Our blueprint will identify the tools and instruments, and present options for legal drafting that would give effect to them, from policy coordination to fiscal capacity to debt redemption. And, where necessary – as in the case of jointly and severally guaranteed public debt – it would identify the treaty changes necessary, because some of these changes require modifications to the Treaty. It will present a blue-print for what we need to accomplish not only in the next few weeks and months, but in the next years.

Mr President,

Honourable Members,

**b) Political union:**

Ultimately, the credibility and sustainability of the Economic and Monetary Union depends on the institutions and the political construct behind it.

This is why the Economic and Monetary Union raises the question of a political union and the European democracy that must underpin it.

If we want economic and monetary union to succeed, we need to combine ambition and proper sequencing. We need to take concrete steps now, with a political union as a horizon.

I would like to see the development of a European public space, where European issues are discussed and debated from a European standpoint. We cannot continue trying to solve European problems just with national solutions.

This debate has to take place in our societies and among our citizens. But, today, I would like to make an appeal also to European thinkers. To men and women of culture, to join this debate on the future of Europe. And I make this appeal to you. This is the house of European democracy. We must strengthen the role of the European Parliament at the European level.

And we need to promote a genuine complementarity and cooperation between the European and national parliaments.

This also cannot be done without strengthening European political parties. Indeed, we have very often a real disconnect between political parties in the capitals and the European political parties here in Strasbourg. This is why we have to recognise the political debate is cast all too often as if it were just between national parties. Even in the European elections we do not see the name of the European political parties on the ballot box, we see a national debate between national

political parties. This is why we need a reinforced statute for European political parties. I am proud to announce that the Commission has adopted a proposal for this today.

An important means to deepen the pan-European political debate would be the presentation by European political parties of their candidate for the post of Commission President at the European Parliament elections already in 2014. This can be done without Treaty change. This would be a decisive step to make the possibility of a European choice offered by these elections even clearer. I call on the political parties to commit to this step and thus to further Europeanise these European elections.

Mr President,

Honourable Members,

A true political European Union means we must concentrate European action on the real issues that matter and must be dealt with at the European level. Let's be frank about this not everything can be at the same time a priority. Here, some self-criticism can probably be applied

Proper integration is about taking a fresh look at where is the most appropriate level of action. Subsidiarity is an essential democratic concept and should be practiced.

A political union also means that we must strengthen the foundations on which our Union is built: the respect for our fundamental values, for the rule of law and democracy.

In recent months we have seen threats to the legal and democratic fabric in some of our European states. The European Parliament and the Commission were the first to raise the alarm and played the decisive role in seeing these worrying developments brought into check.

But these situations also revealed limits of our institutional arrangements. We need a better developed set of instruments– not just the alternative between the "soft power" of political persuasion and the "nuclear option" of article 7 of the Treaty.

Our commitment to upholding the rule of law is also behind our intention to establish a European Public Prosecutor's Office, as foreseen by the Treaties. We will come with a proposal soon.

Mr President,

Honourable Members,

A political union also means doing more to fulfil our global role. Sharing sovereignty in Europe means being more sovereign in a global world.

In today's world, size matters.

And values make the difference.

That is why Europe's message must be one of freedom, democracy, of rule of law and of solidarity. In short, our values European values.

More than ever our citizens and the new world order need an active and influential Europe. This is not just for us, for the rest of the world it is important that we succeed. A Europe that stands by its values. And a Europe that stands up for its belief that human rights are not a luxury for the developed world, they should be seen as universal values

The appalling situation in Syria reminds us that we can not afford to be by-standers. A new and democratic Syria must emerge. We have a joint responsibility to make this happen. And to work with those in the global order who need to give also their co-operation to this goal

The world needs an EU that keeps its leadership at the forefront of development and humanitarian assistance. That stands by open economies and fights protectionism. That leads the fight against climate change.

The world needs a Europe that is capable of deploying military missions to help stabilize the situation in crisis areas. We need to launch a comprehensive review of European capabilities and begin truly collective defense planning. Yes, we need to reinforce our Common Foreign and Security Policy and a common approach to defense matters because together we have the power, and the scale to shape the world into a fairer, rules based and human rights' abiding place.



**Fonte:** European Comission (2011) State of the Union speech. 28 Setembro 2011. SPEECH/11/607. Estrasburgo. Disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-11-607\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-11-607_en.htm) (Consultado a 25.04.2018)

## **Anexo H – “State of the Union 2012” (Strasbourg, 12th September)**

Mr President,

Honourable Members

### **4. Treaty change, 17/27 dimension and expanding public debate**

#### **a) Federation of nation states - Treaty change**

A deep and genuine economic and monetary union, a political union, with a coherent foreign and defence policy, means ultimately that the present European Union must evolve.

Let's not be afraid of the words: we will need to move towards a federation of nation states. This is what we need. This is our political horizon.

This is what must guide our work in the years to come.

Today, I call for a federation of nation states. Not a superstate. A democratic federation of nation states that can tackle our common problems, through the sharing of sovereignty in a way that each country and each citizen are better equipped to control their own destiny. This is about the Union with the Member States, not against the Member States. In the age of globalisation pooled sovereignty means more power, not less.

And, I said it on purpose a federation of nation states because in these turbulent times these times of anxiety, we should not leave the defence of the nation just to the nationalists and populists. I believe in a Europe where people are proud of their nations but also proud to be European and proud of our European values.

Creating this federation of nation states will ultimately require a new Treaty.

I do not say this lightly. We are all aware how difficult treaty change has become.

It has to be well prepared.

Discussions on treaty change must not distract or delay us from doing what can and must be done already today.

A deep and genuine economic and monetary union can be started under the current Treaties, but can only be completed with changes in the treaties. So let's start it now but let's have the horizon for the future present in our decisions of today.

We must not begin with treaty change. We must identify the policies we need and the instruments to implement them. Only then can we decide on the tools that we lack and the ways to remedy this.

And then there must be a broad debate all over Europe. A debate that must take place before a convention and an IGC is called. A debate of a truly European dimension.

The times of European integration by implicit consent of citizens are over. Europe can not be technocratic, bureaucratic or even diplomatic. Europe has to be ever more democratic. The role of the European parliament is essential. This is why the European elections of 2014 can be so decisive.

Before the next European Parliament elections in 2014, the Commission will present its outline for the shape of the future European Union. And we will put forward explicit ideas for Treaty change in time for a debate.

We will set out the objectives to be pursued, the way the institutions that can make the European Union more open and democratic, the powers and instruments to make it more effective, and the model to make it a union for the peoples of Europe. I believe we need a real debate and in a democracy the best way to debate is precisely in elections at the European level on our future and our goals;

#### **b) 17/27 dimension**

Mr President, Honourable Members

This is not just a debate for the Euro area in its present membership.

While deeper integration is indispensable for the Euro area and its members, this project should remain open to all Member States.

Let me be very clear: in Europe, we need no more walls dividing us!. Because the European Union is stronger as a whole in keeping the integrity of its single market, its membership and in its institutions.

No one will be forced to come along. And no one will be forced to stay out. The speed will not be dictated by the slowest or the most reluctant

This is why our proposals will be based on the existing Union and its institutions, On the Community method. Let's be clear – there is only one European Union. One Commission. One European Parliament. More democracy, more transparency, more accountability, is not created by a proliferation of institutions that would render the EU more complicated, more difficult to read less coherent and less capable to act.

### **c) Expanding public debate:**

This is honourable members the magnitude of the decisions that we will need to make over time.

That's why I believe we need a serious discussion between the citizens of Europe about the way forward.

About the possible consequences of fragmentation. Because what can happen some times is to have, through unintended consequences, to have fragmentation when we do not want it.

About what we could achieve if leaders avoid national provincialism what we can achieve together.

We must use the 2014 election to mobilise all pro-European forces. We must not allow the populists and the nationalists to set a negative agenda. I expect all those who call themselves Europeans to stand up and to take the initiative in the debate. Because even more dangerous than the scepticism of the anti-Europeans, is the indifference or the pessimism of the pro-Europeans.

Mr President,

Honourable Members,

### **5. Conclusion: is this realistic?**

To sum up, what we need is a decisive deal to complete the EMU, based on a political commitment to a stronger European Union.

The sequence I put before you today is clear.

We should start by doing all we can to stabilise the euro area and accelerate growth in the EU as a whole. The Commission will present all the necessary proposals and we have started today with the single supervisor to create a banking union, in line with the current Treaty provisions.

Secondly, we will present our blueprint on a deep and genuine economic and monetary union, including the political instruments, and this will be done still this autumn

We will present here again all proposals in line with the current Treaty provisions.

And thirdly, where we cannot move forward under the existing treaties, we will present explicit proposals for the necessary Treaty changes ahead of the next European Parliamentary election in 2014, including elements for reinforced democracy and accountability

This is our project. A project which is step by step but with a big ambition for the future with a Federation as our horizon for Europe.

Many will say that this is too ambitious, that it is not realistic.

But let me ask you - is it realistic to go on like we have been doing? Is it realistic to see what we are seeing today in many European countries? Is it realistic to see taxpayers paying banks and afterwards being forced to give banks back the houses they have paid for because they can not pay their mortgages? Is it realistic to see more than 50% of our young people without jobs in some of our Member States? Is it realistic to go on trying to muddle through and just to accumulate

mistakes with unconvincing responses? Is it realistic to think that we can win the confidence of the markets when we show so little confidence in each other?

To me, it is this reality that is not realistic. This reality cannot go on.

The realistic way forward is the way that makes us stronger and more united. Realism is to put our ambition at the level of our challenges. We can do it! Let's send our young people a message of hope. If there is a bias, let it be a bias for hope. We should be proud to be Europeans. Proud of our rich and diverse culture. In spite of our current problems, our societies are among the most human and free in the world.

We do not have to apologise for our democracy our social market economy and for our values. With high levels of social cohesion. Respect for human rights and human dignity. Equality between men and women and respect for our environment. These European societies, with all its problems, are among the most decent societies in human history and I think we should be proud of that. In our countries two or three girls do not go to prison because they sing and criticise the ruler of their country. In our countries people are free and are proud of that freedom and people understand what it means to have that freedom. In many of our countries, namely the most recent Member States, there is a recent memory of what was dictatorship and totalitarianism.

So Previous generations have overcome bigger challenges. Now it is for this generation to show they are up to the task.

Now is the moment for all pro-Europeans to leave business as usual behind and to embrace the business of the future. The European Union was built to guarantee peace. Today, this means making our Union fit to meet the challenges of globalization.

That is why we need a new thinking for Europe, a decisive deal for Europe. That is why we need to guide ourselves by the values that are at the heart of the European Union. Europe I believe has a soul. This soul can give us the strength and the determination to do what we must do.

You can count on the European Commission. I count on you, the European Parliament. Together, as Community institutions we will build a better, stronger and a more united Europe, a citizens' Union for the future of Europe but also the future of the world.

Thank you for your attention.

**Fonte:** European Comission (2012) State of the Union speech. 12 Setembro 2012. Estrasburgo. Disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-12-596\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-12-596_en.htm) (Consultado a 25.04.2018)

## **Anexo I – “State of the Union 2013” (Strasbourg, 11th September)**

Mr. President,  
Presidency of the Council,  
Honourable Members,  
Ladies and gentlemen,

In 8 months' time, voters across Europe will judge what we have achieved together in the last 5 years.

In these 5 years, Europe has been more present in the lives of citizens than ever before. Europe has been discussed in the coffee houses and popular talk shows all over our continent.

Today, I want to look at what we have done together. At what we have yet to do. And I want to present what I believe are the main ideas for a truly European political debate ahead of next year's elections.

Honourable Members,

As we speak, exactly 5 years ago, the United States government took over Fannie Mae and Freddie Mac, bailed out AIG, and Lehman Brothers filed for bankruptcy protection.

These events triggered the global financial crisis. It evolved into an unprecedented economic crisis. And it became a social crisis with dramatic consequences for many of our citizens. These events have aggravated the debt problem that still distresses our governments. They have led to an alarming increase in unemployment, especially amongst young people. And they are still holding back our households and our companies.

But Europe has fought back. In those 5 years, we have given a determined response. We suffered the crisis together. We realised we had to fight it together. And we did, and we are doing it.

If we look back and think about what we have done together to unite Europe throughout the crisis, I think it is fair to say that we would never have thought all of this possible 5 years ago.

We are fundamentally reforming the financial sector so that people's savings are safe.

We have improved the way governments work together, how they return to sound public finances and modernise their economies.

We have mobilised over 700 billion euro to pull crisis-struck countries back from the brink, the biggest effort ever in stabilisation between countries.

I still vividly remember my meeting last year with chief economists of many of our leading banks. Most of them were expecting Greece to leave the euro. All of them feared the disintegration of the euro area. Now, we can give a clear reply to those fears: no one has left or has been forced to leave the euro. This year, the European Union enlarged from 27 to 28 member states. Next year the euro area will grow from 17 to 18.

What matters now is what we make of this progress. *Do we talk it up, or talk it down? Do we draw confidence from it to pursue what we have started, or do we belittle the results of our efforts?*

Honourable members,

I just came back from the G20 in Saint Petersburg. I can tell you: this year, contrary to recent years, we Europeans did not receive any lessons from other parts of the world on how to address the crisis. We received appreciation and encouragement.

Not because the crisis is over, because it is not over. The resilience of our Union will continue to be tested. But what we are doing creates the confidence that we are overcoming the crisis – provided we are not complacent.

We are tackling our challenges together.

We have to tackle them together.

In our world of geo-economic and geopolitical tectonic changes, I believe that only together, as the European Union, we can give our citizens what they aspire: that our values, our interests, our prosperity are protected and promoted in the age of globalisation.

So now is the time to rise above purely national issues and parochial interests and to have real progress for Europe. To bring a truly European perspective to the debate with national constituencies.

Now is the time for all those who care about Europe, whatever their political or ideological position, wherever they come from, to speak up for Europe.

If we ourselves don't do it, we cannot expect others to do it either.

Honourable Members,

We have come a long way since the start of the crisis.

In last year's State of the Union speech, I stated that *'despite all [our] efforts, our responses have not yet convinced citizens, markets or our international partners'*.

One year on, the facts tell us that our efforts have started to convince. Overall spreads are coming down. The most vulnerable countries are paying less to borrow. Industrial output is increasing. Market trust is returning. Stock markets are performing well. The business outlook is steadily improving. Consumer confidence is sharply rising.

We see that the countries who are most vulnerable to the crisis and are now doing most to reform their economies, are starting to note positive results.

In Spain, as a signal of the very important reforms and increased competitiveness, exports of goods and services now make up 33% of GDP, more than ever since the introduction of the euro. Ireland has been able to draw money from capital markets since the summer of 2012, the economy is expected to grow for a third consecutive year in 2013 and Irish manufacturing companies are re-hiring staff.

In Portugal, the external current account, which was structurally negative, is now expected to be broadly balanced, and growth is picking up after many quarters in the red. Greece has completed, just in 3 years, a truly remarkable fiscal adjustment, is regaining competitiveness and is nearing for the first time in decades a primary surplus. And Cyprus, that has started the programme later, is also implementing it as scheduled, which is the pre-condition for a return to growth.

For Europe, recovery is within sight.

Of course, we need to be vigilant. *'One swallow does not make a summer, nor one fine day'*. Let us be realistic in the analysis. Let us not overestimate, but let's also not underestimate what has been done. Even one fine quarter doesn't mean we are out of the economic heavy weather. But it does prove we are on the right track. On the basis of the figures and evolutions as we now see them, we have good reason to be confident.

This should push us to keep up our efforts. We owe it to those for whom the recovery is not yet within reach, to those who do not yet profit from positive developments. We owe it to our 26 million unemployed. Especially to the young people who are looking to us to give them hope. Hope and confidence are also part of the economic equation.

Honourable members,

If we are where we are today, it is because we have shown the resolve to adapt both our politics and our policies to the lessons drawn from the crisis.

And when I say 'we', I really mean: 'we': it has really been a joint effort.

At each and every step, you, the European Parliament, you have played a decisive role through one of the most impressive records of legislative work ever. I personally believe this is not sufficiently known by the citizens of Europe, and you deserve more credit and recognition for this.

So let us continue to work together to reform our economies, for growth and jobs, and to adapt our institutional architecture. Only if we do so, we will leave this phase of the crisis behind us as well.

There is a lot we can still deliver together, in this Parliament's and this Commission's mandate.

What we can and must do, first and foremost, let's be concrete is delivering the banking union. It is the first and most urgent phase on the way to deepen our economic and monetary union, as mapped out in the Commission's Blueprint presented last autumn.

The legislative process on the Single Supervisory Mechanism is almost completed. The next step is the ECB's independent valuation of banks' assets, before it takes up its supervisory role.

Our attention now must urgently turn to the Single Resolution Mechanism. The Commission's proposal is on the table since July and, together, we must do the necessary to have it adopted still during this term.

It is the way to ensure that taxpayers are no longer the ones in the front line for paying the price of bank failure. It is the way to make progress in decoupling bank from sovereign risk.

It is the way to remedy one of the most alarming and unacceptable results of the crisis: increased fragmentation of Europe's financial sector and credit markets - even an implicit re-nationalisation.

And it is also the way to help restoring normal lending to the economy, notably to SMEs. Because in spite of the accommodating monetary policy, credit is not yet sufficiently flowing to the economy across the euro area. This needs to be addressed resolutely.

Ultimately, this is about one thing: growth, which is necessary to remedy today's most pressing problem: unemployment. The current level of unemployment is economically unsustainable, politically untenable, socially unacceptable. So all of us here in the Commission - and I'm happy to have all my Commissioners today here with me - all of us want to work intensively with you, and with the member states, to deliver as much of our growth agenda as we possibly can, we are mobilizing all instruments, but of course we have to be honest, not all are at European level, some are at national level. I want to focus on implementation of the decisions on youth employment and financing of the real economy. We need to avoid a jobless recovery.

Europe therefore must speed up the pace of structural reforms. Our Country Specific Recommendations set out what the member states must do in this respect.

At EU level - because there is what can be done at national level and what can be done at European level -, the focus should be on what matters most for the real economy: exploiting the full potential of the single market comes first.

We have a well-functioning single market for goods, and we see the economic benefits of that. We need to extend the same formula to other areas: mobility, communications, energy, finance and e-commerce, to name but a few. We have to remove the obstacles that hold back dynamic companies and people. We have to complete connecting Europe.

I'd like to announce that, today, we will formally adopt a proposal that gives a push towards a single market for telecoms. Citizens know that Europe has dramatically brought down their costs for roaming. Our proposal will strengthen guarantees and lower prices for consumers, and present new opportunities for companies. We know that in the future, trade will be more and more digital. Isn't it a paradox that we have an internal market for goods but when it comes to digital market we have 28 national markets? How can we grab all the opportunities of the future that are opened by the digital economy if we don't conclude this internal market?

The same logic applies to the broader digital agenda: it solves real problems and improves daily life for citizens. The strength of Europe's future industrial base depends on how well people and businesses are interconnected. And by properly combining the digital agenda with data protection and the defence of privacy, our European model strengthens the trust of the citizens. Both with respect to internal and external developments, adopting the proposed legislation on data protection is of utmost importance to the European Commission.

The single market is a key lever for competitiveness and employment. Adopting all remaining proposals under the Single Market Act I and II, and implementing the Connecting Europe Facility in the next few months, we lay the foundations for prosperity in the years to come.

We are also adapting to a dynamic transformation on a global scale, so we must encourage this innovative dynamism at a European scale. That is why we must also invest more in innovation,

in technology and the role of science. I have great faith in science, in the capacity of the human mind and a creative society to solve its problems. The world is changing dramatically. And I believe many of the solutions are going to come, in Europe and outside Europe, from new science studies, from new technologies. And I would like Europe to be leading that effort globally. This is why we - Parliament and Commission - have made such a priority of Horizon 2020 in the discussions on the EU budget.

That is why we use the EU budget to invest in skills, education and vocational training, dynamising and supporting talent. That is why we have pushed for Erasmus Plus.

And that is why, later this autumn, we will make further proposals for an industrial policy fit for the 21st century. Why we mobilize support for SMEs because we believe a strong dynamic industrial base is indispensable for a strong European economy.

And whilst fighting climate change, our 20-20-20 goals have set our economy on the path to green growth and resource efficiency, reducing costs and creating jobs.

By the end of this year, we will come out with concrete proposals for our energy and climate framework up to 2030. And we will continue to shape the international agenda by fleshing out a comprehensive, legally binding global climate agreement by 2015, with our partners. Europe alone cannot do all the fight for climate change. Frankly, we need the others also on board. At the same time, we will pursue our work on the impact of energy prices on competitiveness and on social cohesion.

All these drivers for growth are part of our 'Europe 2020' agenda, and fully and swiftly implementing it is more urgent than ever. In certain cases, we need to go beyond the 2020 agenda.

This means we must also pursue our active and assertive trade agenda. It is about linking us closer to growing third markets and guaranteeing our place in the global supply chain. Contrary to perception, where most of our citizens think we are losing in global trade, we have a significant and increasing trade surplus of more than 300 billion euro a year, goods, services, and agriculture. We need to build on that. This too will demand our full attention in the months to come, notably with the *Transatlantic Trade and Investment Partnership* with the US and the negotiations with Canada and Japan.

And last but not least, we need to step up our game in implementing the Multiannual Financial Framework, the European budget. The EU budget is the most concrete lever we have at hand to boost investments. In some of our regions, the European Union budget is the only way to get public investment because they don't have the sources at national level.

Both the European Parliament and the Commission wanted more resources. We have been in that fight together. But even so, one single year's EU budget represents more money - in today's prices - than the whole Marshall plan in its time! Let us now make sure that the programmes can start on the 1st of January 2014. That the results are being felt on the ground. And that we use the possibilities of innovative financing, from instruments that have already started, to EIB money, to project bonds.

We have to make good on the commitment we have made in July. From the Commission's side, we will deliver. We will, for example, present the second amending budget for 2013 still this month. There is no time to waste, so I warn against holding it up. In particular, I urge member states not to delay.

I cannot emphasise this enough: citizens will not be convinced with rhetoric and promises only, but only with a concrete set of common achievements. We have to show the many areas where Europe has solved problems for citizens. Europe is not the cause of problems, Europe is part of the solution.

I address what we have to do still more extensively in today's letter to the President of the European Parliament, which you will also have received. I will not go now in detail regarding the programme for next year.

My point today is clear: together, there is a lot still to achieve before the elections. It is not the time to throw in the towel, it is time to roll up our sleeves.

Honourable Members,



None of this is easy. These are challenging times, a real stress test for the EU. The path of permanent and profound reform is as demanding as it is unavoidable. Let's make no mistake: there is no way back to business as usual. Some people believe that after this everything will come back as it was before. They are wrong. This crisis is different. This is not a cyclical crisis, but a structural one. We will not come back to the old normal. We have to shape a new normal. We are in a transformative period of history. We have to understand that, and not just say it. But we have to draw all the consequences from that, including in our state of mind, and how we react to the problems.

We see from the first results that it is possible.

And we all know from experience that it is necessary.

At this point in time, with a fragile recovery, the biggest downside risk I see is political: lack of stability and lack of determination. Over the last years we have seen that anything that casts doubt on governments' commitment to reform is instantly punished. On the positive side, strong and convincing decisions have an important and immediate impact.

In this phase of the crisis, governments' job is to provide the certainty and predictability that markets still lack.

Surely, you all know Justus Lipsius. Justus Lipsius is the name of the Council building in Brussels. Justus Lipsius was a very influential 16th century humanist scholar, who wrote a very important book called *De Constantia*.

*He wrote, 'Constancy is a right and immovable strength of the mind, neither lifted up nor pressed down with external or casual accidents.'* Only a '*strength of the mind*', he argued, based on '*judgment and sound reason*', can help you through confusing and alarming times.

I hope that in these times, these difficult times, all of us, including the governments' representatives that meet at the Justus Lipsius building, show that determination, that perseverance, when it comes to the implementation of the decisions taken. Because one of the issues that we have is to be coherent, not just take decisions, but afterwards be able to implement them on the ground.

Honourable members,

It is only natural that, over the last few years, our efforts to overcome the economic crisis have overshadowed everything else.

But our idea of Europe needs to go far beyond the economy. We are much more than a market. The European ideal touches the very foundations of European society. It is about values, and I underline this word: values. It is based on a firm belief in political, social and economic standards, grounded in our social market economy.

In today's world, the EU level is indispensable to protect these values and standards and promote citizens' rights: from consumer protection to labour rights, from women's rights to respect for minorities, from environmental standards to data protection and privacy.

Whether defending our interests in international trade, securing our energy provision, or restoring people's sense of fairness by fighting tax fraud and tax evasion: only by acting as a Union do we pull our weight at the world stage.

Whether seeking impact for the development and humanitarian aid we give to developing countries, managing our common external borders or seeking to develop in Europe a strong security and defense policy: only by integrating more can we really reach our objectives.

There is no doubt about it. Our internal coherence and international relevance are inextricably linked. Our economic attraction and political traction are fundamentally entwined.

Does anyone seriously believe that, if the euro had collapsed, we or our Member States would still have any credibility left internationally?

Does everyone still realise how enlargement has been a success in terms of healing history's deep scars, establishing democracies where no one had thought it possible? How neighbourhood policy was and still is the best way to provide security and prosperity in regions of vital importance for Europe? Where would we be without all of this?

Today, countries like Ukraine are more than ever seeking closer ties to the European Union, attracted by our economic and social model. We cannot turn our back on them. We cannot

accept any attempts to limit these countries own sovereign choices. Free will and free consent need to be respected. These are also the principles that lie at the basis of our Eastern Partnership, which we want to take forward at our summit in Vilnius.

And does everyone still remember just how much Europe has suffered from its wars during the last century, and how European integration was the valid answer?

Next year, it will be one century after the start of the First World War. A war that tore Europe apart, from Sarajevo to the Somme. We must never take peace for granted. We need to recall that it is because of Europe that former enemies now sit around the same table and work together. It is only because they were offered a European perspective that now even Serbia and Kosovo come to an agreement, under mediation of the EU.

Last year's Nobel Peace Prize reminded us of that historic achievement: that Europe is a project of peace.

We should be more aware of it ourselves. Sometimes I think we should not be ashamed to be proud. Not arrogant. But more proud. We should look towards the future, but with a wisdom we gained from the past.

Let me say this to all those who rejoice in Europe's difficulties and who want to roll back our integration and go back to isolation: the pre-integrated Europe of the divisions, the war, the trenches, is not what people desire and deserve. The European continent has never in its history known such a long period of peace as since the creation of the European Community. It is our duty to preserve it and deepen it.

Honourable members,

It is precisely with our values that we address the unbearable situation in Syria, which has tested, over the last months, the world's conscience so severely. The European Union has led the international aid response by mobilising close to 1.5 billion euros, of which €850 million comes directly from the EU budget. The Commission will do its utmost to help the Syrian people and refugees in neighbouring countries.

We have recently witnessed events we thought had long been eradicated. The use of chemical weapons is a horrendous act that deserves a clear condemnation and a strong answer. The international community, with the UN at its centre, carries a collective responsibility to sanction these acts and to put an end to this conflict. The proposal to put Syria's chemical weapons beyond use is potentially a positive development. The Syrian regime must now demonstrate that it will implement this without any delay. In Europe, we believe that, ultimately, only a political solution stands a chance of delivering the lasting peace that the Syrian people deserve.

Honourable members,

There are those who claim that a weaker Europe would make their country stronger, that Europe is a burden; that they would be better off without it.

My reply is clear: we all need a Europe that is united, strong and open.

In the debate that is ongoing all across Europe, the bottom-line question is: *Do we want to improve Europe, or give it up?*

My answer is clear: let's engage!

If you don't like Europe as it is: improve it!

Find ways to make it stronger, internally and internationally, and you will have in me the firmest of supporters. Find ways that allow for diversity without creating discriminations, and I will be with you all the way.

But don't turn away from it.

I recognize: as any human endeavor, the EU is not perfect.

For example, controversies about the division of labour between the national and European levels will never be conclusively ended.

I value subsidiarity highly. For me, subsidiarity is not a technical concept. It is a fundamental democratic principle. An ever closer union among the citizens of Europe demands that decisions are taken as openly as possible and as closely to the people as possible.

Not everything needs a solution at European level. Europe must focus on where it can add most value. Where this is not the case, it should not meddle. The EU needs to be *big on big things and smaller on smaller things* - something we may occasionally have neglected in the past. The EU needs to show it has the capacity to set both positive and negative priorities. As all governments, we need to take extra care of the quality and quantity of our regulation knowing that, as Montesquieu said, '*les lois inutiles affaiblissent les lois nécessaires*'. [*Useless laws weaken the necessary ones*.]

But there are, honourable members, areas of major importance where Europe must have more integration, more unity. Where only a strong Europe can deliver results.

I believe a political union needs to be our political horizon, as I stressed in last year's State of the Union. This is not just the demand of a passionate European. This is the indispensable way forward to consolidate our progress and ensure the future.

Ultimately, the solidity of our policies, namely of the economic and monetary union, depend on the credibility of the political and institutional construct that supports it.

So we have mapped out, in the Commission *Blueprint for a deep and genuine Economic and Monetary Union*, not only the economic and monetary features, but also the necessities, possibilities and limits of deepening our institutional set-up in the medium and long term. The Commission will continue to work for the implementation of its Blueprint, step by step, one phase after the other.

And I confirm, as announced last year, the intention to present, before the European elections, further ideas on the future of our Union and how best to consolidate and deepen the community method and community approach in the longer term. That way, they can be subject to a real European debate. They will set out the principles and orientations that are necessary for a true political union.

Honourable Members,

We can only meet the challenges of our time if we strengthen the consensus on fundamental objectives.

Politically, we must not be divided by differences between the euro area and those outside it, between the centre and the periphery, between the North and the South, between East and West. The European Union must remain a project for all members, a community of equals.

Economically, Europe has always been a way to close gaps between countries, regions and people. And that must remain so. We cannot do member states' work for them. The responsibility remains theirs. But we can and must complement it with European responsibility and European solidarity.

For that reason, strengthening the social dimension is a priority for the months to come, together with our social partners. The Commission will come with its communication on the social dimension of the economic and monetary union on the 2nd of October. Solidarity is a key element of what being part of Europe is all about, and something to take pride in.

Safeguarding its values, such as the rule of law, is what the European Union was made to do, from its inception to the latest chapters in enlargement.

In last year's State of the Union speech, at a moment of challenges to the rule of law in our own member states, I addressed the need to make a bridge between political persuasion and targeted infringement procedures on the one hand, and what I call the nuclear option of Article 7 of the Treaty, namely suspension of a member states' rights.

Experience has confirmed the usefulness of the Commission role as an independent and objective referee. We should consolidate this experience through a more general framework. It should be based on the principle of equality between member states, activated only in situations where there is a serious, systemic risk to the rule of law, and triggered by pre-defined benchmarks.

The Commission will come forward with a communication on this. I believe it is a debate that is key to our idea of Europe.

This does not mean that national sovereignty or democracy are constrained. But we do need a robust European mechanism to influence the equation when basic common principles are at stake.

There are certain non-negotiable values that the EU and its member states must and shall always defend.

Honourable Members,

The polarisation that resulted from the crisis poses a risk to us all, to the project, to the European project.

We, legitimate political representatives of the European Union, can turn the tide. You, the democratic representatives of Europe, directly elected, will be at the forefront of the political debate. The question I want to pose is: which picture of Europe will voters be presented with? The candid version, or the cartoon version? The myths or the facts? The honest, reasonable version, or the extremist, populist version? It's an important difference.

I know some people out there will say Europe is to blame for the crisis and the hardship.

But we can remind people that Europe was not at the origin of this crisis. It resulted from mismanagement of public finances by national governments and irresponsible behaviour in financial markets.

We can explain how Europe has worked to fix the crisis. What we would have lost if we hadn't succeeded in upholding the single market, because it was under threat, and the common currency, because some people predicted the end of the euro. If we hadn't coordinated recovery efforts and employment initiatives.

Some people will say that Europe is forcing governments to cut spending.

But we can remind voters that government debt got way out of hand even before the crisis, not *because of* but *despite* Europe. We can add that the most vulnerable in our societies, and our children, would end up paying the price if we don't persevere now. And the truth is that countries inside the euro or outside the euro, in Europe or outside Europe, they are making efforts to curb their very burdened public finances.

Some will campaign saying that we have given too much money to vulnerable countries. Others will say we have given too little money to vulnerable countries.

But every one of us can explain what we did and why: there is a direct link between one country's loans and another country's banks, between one country's investments and another country's businesses, between one country's workers and another country's companies. This kind of interdependence means only European solutions work.

What I tell people is: when you are in the same boat, one cannot say: '*your end of the boat is sinking.*' We were in the same boat when things went well, and we are in it together when things are difficult.

Some people might campaign saying: Europe has grabbed too much power. Others will claim Europe always does *too little, too late*. The interesting thing is that sometimes we have the same people saying that Europe is not doing enough and at the same time that's not giving more means to Europe to do what Europe has to do.

But we can explain that member states have entrusted Europe with tasks and competences. The European Union is not a foreign power. It is the result of democratic decisions by the European institutions and by member states.

At the same time we must acknowledge that, in some areas, Europe still lacks the power to do what is asked of it. A fact that is all too easily forgotten by those, and there are many out there, who always like to nationalise success and Europeanise failure. Ultimately, what we have, and what we don't have, is the result of democratic decision-making. And I think we should remind people of that.

Ladies and gentlemen,

Mr President,

Honourable members,

I hope the European Parliament will take up this challenge with all the idealism it holds, with as much realism and determination as the times demand of us.

The arguments are there.

The facts are there.

The agenda has been set out.

In 8 months' time, voters will decide.

Now, it's up to us to make the case for Europe.

We can do so by using the next 8 months to conclude as much as we can. We have a lot to do still.

Adopt and implement the European budget, the MFF. This is critical for investment in our regions all over Europe. This is indispensable for the first priority we have: to fight against unemployment, notably youth unemployment.

Advance and implement the banking union. This is critical to address the problem of financing for businesses and SMEs.

These are our clear priorities: employment and growth.

Our job is not finished. It is in its decisive phase.

Because, Honourable Members, the elections will not only be about the European Parliament, nor will they be about the European Commission or about the Council or about this or that personality.

They will be about Europe.

We will be judged together.

So let us work together - for Europe.

With passion and with determination.

Let us not forget: one hundred years ago –Europe was sleepwalking into the catastrophe of the war of 1914.

Next year, in 2014, I hope Europe will be walking out of the crisis towards a Europe that is more united, stronger and open.

Thank you for your attention.

**Fonte:** European Comission (2013) State of the Union speech. 11 Setembro 2013. Estrasburgo Disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-13-684\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-684_en.htm) (Consultado a 25.04.2018)